

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**

**OS ESPAÇOS DA SOCIABILIDADE
SEGMENTADA: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO
PÚBLICO EM PRESIDENTE PRUDENTE**

OSCAR ALFREDO SOBARZO MIÑO

**PRESIDENTE PRUDENTE
2004**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**

**OS ESPAÇOS DA SOCIABILIDADE SEGMENTADA:
A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO EM
PRESIDENTE PRUDENTE**

OSCAR ALFREDO SOBARZO MIÑO

Tese de Doutorado elaborada junto ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia
– Área de Concentração: Produção do
Espaço Geográfico, para obtenção do
Título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Maria Encarnação Beltrão Sposito

**PRESIDENTE PRUDENTE
2004**

Ficha catalográfica elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação – UNESP – FCT – Campus de Presidente Prudente

S659e

Sobarzo Miño, Oscar Alfredo.

Os Espaços da sociabilidade segmentada : a produção do espaço público em Presidente Prudente / Oscar Alfredo Sobarzo Miño. – Presidente Prudente : [s.n.], 2004.

221 f. : il., graf. + mapas

Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia.

Orientador: Maria Encarnação Beltrão Sposito

1. Geografia urbana. 2. Espaço público. 3. Produção do espaço. 4. Dominação. 5. Apropriação. I. Sobarzo Miño, Oscar Alfredo. II. Sposito, Maria Encarnação Beltrão. III. Título.

CDD (18.ed.) 910.13

OSCAR ALFREDO SOBARZO MIÑO

**OS ESPAÇOS DA SOCIABILIDADE SEGMENTADA:
A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO EM
PRESIDENTE PRUDENTE**

**BANCA EXAMINADORA
TESE PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR**

Presidente e Orientadora: Profa. Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito

2º Examinador: Profa. Dra. Beatriz Ribeiro Soares (UFU)

3º Examinador: Profa. Dra. Margarida Maria de Andrade (USP)

4º Examinador: Prof. Dr. Arthur Magon Whitacker

5º Examinador: Prof. Dr. Raul Borges Guimarães

Presidente Prudente (SP), 11 de março de 2005

Resultado: Aprovado

Para Liz, minha esposa, que me
acompanha no caminho.

Para Rosa, mi madre, que desde Chile
también me acompaña.

Para Oscar, mi padre: tus recuerdos y
enseñanzas me siguen acompañando,
especialmente en esos días cuando nos
encontramos en el espejo.

AGRADECIMENTOS

O caminho não se faz em solitário, por isso agradecemos a todos os que participaram do processo que significou a realização desta pesquisa. Especialmente:

À professora Maria Encarnação Beltrão Sposito, pela amizade e pela orientação na pesquisa, que se caracterizou por uma grande liberdade.

Aos professores Raul Borges Guimarães e Arthur Magon Whitacker, pelos aportes no Exame de Qualificação.

Ao professor Eliseu Savério Sposito, pela amizade e pelas interessantes conversas que vão além da Geografia.

Aos meus sogros, Adão e Sueli, pelo apoio e carinho.

À Marta Sobarzo Moreno, a tia Marta, pelo carinho com que sempre nos recebe em Curitiba.

Ao professor Dióres Santos Abreu, pela ajuda na pesquisa, mas fundamentalmente pela sua amizade e pelo seu gosto irrestrito pelas “empanadas chilenas”.

À professora Maria Luísa Santos Abreu, pela sua compreensão com nosso “portunhol” na hora de corrigir a língua portuguesa e pela preocupação e amizade demonstradas sempre.

Ao professor Messias Modesto dos Passos e à professora Silvana dos Passos, pela amizade e preocupação.

Ao pessoal da Secretaria da Pós-Graduação da FCT/UNESP, especialmente à Márcia, pelo apoio e paciência quando se tratava de resolver os assuntos burocráticos.

Aos colegas da Pós, especialmente àqueles que se transformaram em amigos e amigas: Celso, Denis, Fernanda, Flávia, Gislaine, Jorge, Luciano, Márcia Ajala, Márcia da Silva, Marcelino, María, Sílvia e Sílvio.

Aos colegas do GASPERR (Grupo Acadêmico sobre Produção do Espaço e Redefinições Regionais), pela troca de idéias e pelo compartilhar quase diário na “nossa” sala, especialmente com os colegas da Graduação.

Ao Governo Brasileiro, pela concessão da bolsa CAPES do Programa de Estudante Convênio de Pós-Graduação (PEC/PG), que financiou a realização do doutorado.

Finalmente, a DEUS, que continua mostrando o caminho.

*No te quedes inmóvil
al borde del camino...*

Mario Benedetti
(do poema *No te salves*)

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM PRESIDENTE PRUDENTE	31
1.1 Alguns elementos prévios.....	32
1.2 A gênese de Presidente Prudente.....	36
1.3 A estruturação do espaço urbano atual.....	44
CAPÍTULO 2 – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E A DOMINAÇÃO POLÍTICA	52
2.1 Espaço, poder e dominação.....	53
2.2 Poder municipal, espaço público e dominação.....	57
2.2.1 O centro da cidade.....	66
2.2.2 O Parque do Povo: da “tristeza” ao “cartão postal”.....	77
2.2.3 O Programa de Urbanização de Fundos de Vale.....	84
2.3 Elites locais, espaço público e dominação.....	91
2.3.1 Tênis Clube: o lazer privado construído do público.....	93
2.3.2 O espaço do consumo: do centro ao Prudenshopping.....	97
2.3.3 Loteamentos fechados: morando no <i>Primeiro Mundo</i>	101

CAPÍTULO 3 – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL.....	107
3.1 Novos produtos imobiliários: novas formas para consumo, lazer e moradia.....	114
3.1.1 Prudenshopping: consumo e lazer no mundo privado.....	121
3.1.2 Loteamentos fechados: “viver com estilo”.....	124
3.2 Valorização de áreas: a apropriação privada da produção social do espaço urbano.....	129
3.2.1 Novas avenidas: “transformando em obras o imposto que você paga”.....	131
3.2.2 A valorização a partir do Parque do Povo.....	133
CAPÍTULO 4 – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E A REALIZAÇÃO DA VIDA HUMANA: APROPRIAÇÃO E COTIDIANO.....	141
4.1 Apropriação, cotidiano e espaço público.....	143
4.2 A cidade apropriada e os modos de apropriação da cidade.....	151
4.3 Lugares e apropriação em Presidente Prudente.....	156
4.3.1 A apropriação no/do centro da cidade (ou as evidências da não-morte do centro).....	156
4.3.2 A apropriação nos bairros “periféricos”.....	161
4.3.3 A feira (ou a metamorfose da Avenida Manoel Goulart).....	168
4.3.4 O Parque do Povo (ou o parque da cidade).....	171
4.3.5 A apropriação “limitada” nos mundos privados: loteamentos fechados e <i>shopping centers</i>	173
4.4 Apropriação do espaço público e possibilidades de subversão	178
REFLEXÕES SOBRE O CAMINHO E O CAMINHAR.....	187
O Caminho.....	188
O Caminhar.....	191
APÊNDICE – EVOLUÇÃO GERAL DOS CONCEITOS DE PÚBLICO E PRIVADO.....	194
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	214

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Estado de São Paulo: Localização da cidade de Presidente Prudente.....	19
Mapa 2 – Planta da Vila Goulart (1919).....	39
Mapa 3 – Planta da cidade de Presidente Prudente (1923).....	41
Mapa 4 – Presidente Prudente: Inclusão / Exclusão Social (2003).....	45
Mapa 5 – Presidente Prudente: Loteamentos Populares (1997).....	60
Mapa 6 – Presidente Prudente: Área Central (2004).....	68
Mapa 7 – Presidente Prudente: “Revitalização” do Parque do Povo (2002-2004).....	82
Mapa 8 – Presidente Prudente: Urbanização de Fundos de Vale (2001-2003).....	86
Mapa 9 – Presidente Prudente: Localização do Tênis Clube e dos <i>shopping centers</i> (2004).....	95
Mapa 10 – Presidente Prudente: Loteamentos Fechados (2004).....	104
Mapa 11 – Presidente Prudente: Bairro do Bosque, Jardim Paulista, Jardim Bongiovani e Loteamentos Fechados (2004).....	119
Mapa 12 – Presidente Prudente: Prolongamento de Avenidas (2004).....	132
Mapa 13 – Presidente Prudente: Loteamentos nas adjacências do Parque do Povo (2004).....	136
Mapa 14 – Presidente Prudente: Bairros COHAB, CECAP e Ana Jacinta (2004).....	162
Mapa 15 – Presidente Prudente: Área Central – Feira Av. Manoel Goulart (2004).....	169

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Rebaixamento total da guia frente a estabelecimento comercial na avenida Washington Luiz.....	63
Fotografia 2: Rebaixamento total da guia frente a serviço médico na avenida Washington Luiz.....	63
Fotografia 3: Manifestação de apoio ao prefeito Agripino Lima dos funcionários da Unoeste.....	65
Fotografia 4: Posto da Polícia Militar na Praça 9 de Julho.....	69
Fotografia 5: Camelôs na Praça 9 de Julho.....	69
Fotografia 6: Praça 9 de Julho sem camelôs.....	70
Fotografia 7: Camelódromo na Praça da Bandeira.....	70
Fotografia 8: Obras na Praça Monsenhor Sarrion.....	74
Fotografia 9: Obras na Praça Monsenhor Sarrion.....	74
Fotografia 10: Obras na Praça 9 de Julho.....	76
Fotografia 11: Obras de “revitalização” do Parque do Povo.....	81
Fotografia 12: Obras de “revitalização” do Parque do Povo – Reforma das calçadas na rua Padre João Goetz.....	81
Fotografia 13: Área de lazer em fundo de vale no bairro Ana Jacinta.....	87
Fotografia 14: Área de lazer em fundo de vale na Vila Líder.....	87
Fotografia 15: Reforma do Parque das Andorinhas – Área de lazer em fundo de vale no setor COHAB/CECAP.....	88
Fotografia 16: Área de lazer em fundo de vale no Jardim São Matheus..	88
Fotografia 17: Créditos da obra – Área de lazer do bairro Ana Jacinta....	90
Fotografia 18: Créditos da obra – Área de lazer do Jardim Jequitibás.....	90
Fotografia 19: Exposição sobre o Bar Cruzeiro do Sul realizada no Prudenshopping.....	98
Fotografia 20: Interior aprazível do loteamento fechado Jardim João Paulo II.....	125

Fotografia 21: Muro do loteamento fechado Jardim João Paulo II.....	126
Fotografia 22: Muro do loteamento fechado Jardim João Paulo II.....	126
Fotografia 23: Damha Center.....	128
Fotografia 24: Vila Liberdade – coexistência de antigas e novas formas.	137
Fotografia 25: Vila Liberdade – habitação que conserva o padrão original.....	137
Fotografia 26: Novos padrões habitacionais no Parque do Povo.....	138
Fotografia 27: Novos padrões habitacionais no Jardim Bongiovani.....	138
Fotografia 28: Butique de grifes exclusivas no Parque do Povo.....	139
Fotografia 29: Serviços diversos oferecidos no Parque do Povo.....	139
Fotografia 30: Loja de artigos esportivos no Parque do Povo.....	140
Fotografia 31: Centro médico especializado no Jardim Bongiovani.....	140
Fotografia 32: Exemplo de apropriação restrita.....	149
Fotografia 33: Exemplo de apropriação restrita.....	149
Fotografia 34: Pessoas jogando baralho na Praça 9 de Julho.....	158
Fotografia 35: Manifestação na Praça 9 de Julho contra a construção de presídios na região.....	160
Fotografia 36: Manifestação da União Democrática Ruralista (UDR) na Praça 9 de Julho.....	160
Fotografia 37: Avenida Ana Jacinta – eixo comercial dos bairros COHAB e CECAP.....	164
Fotografia 38: Crianças brincando na área de lazer do bairro Ana Jacinta.....	167
Fotografia 39: Crianças brincando na área de lazer do Jardim São Matheus.....	167
Fotografia 40: Avenida Manoel Goulart sem feira.....	170
Fotografia 41: Avenida Manoel Goulart com feira.....	170
Fotografia 42: Caminhada no Parque do Povo.....	172
Fotografia 43: Crianças brincando no Parque do Povo.....	172
Fotografia 44: <i>Outdoor</i> que expõe o privado para o público.....	175

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Esquema Conceitual da Produção do Espaço.....	25
Figura 2: Evolução Geral dos Conceitos de Público e Privado.....	213

RESUMO

Os espaços públicos de Presidente Prudente são analisados na perspectiva de sua dinâmica geral, visando o entendimento da cidade. Nesse sentido, no seu processo de produção e apropriação demonstram a existência de uma sociabilidade segmentada. As reflexões sobre a produção do espaço público são organizadas em três níveis analíticos: a dominação política, a acumulação de capital e a realização da vida. Os dois primeiros níveis estão relacionados ao campo da dominação – no primeiro caso, trata-se da dominação política analisada por meio das ações do poder municipal e das elites locais; no segundo caso, da dominação econômica, as reflexões giraram em torno dos processos de acumulação e reprodução do capital. O terceiro nível de análise desloca o foco da dominação para a apropriação do espaço, ou seja, para as relações socioespaciais produzidas pelo uso, nas práticas cotidianas que conformam o plano do vivido. É, precisamente, nesse plano que as reflexões permitem a leitura das possibilidades de transformação e abrem campo para a esperança.

Palavras-Chave: Espaço Público; Produção do Espaço; Dominação; Apropriação.

ABSTRACT

The public spaces of Presidente Prudente are analyzed in their general dynamics perspective, looking for the urban space understanding. In this sense, in their production and reproduction process they reveal the existence of a segmented sociability. The concerns about the production of the public space are organized in three analytic levels: political domination, accumulation of capital and the accomplishment of the life. The first and second levels are related to the domination ground. In the first case we argue the political domination analyzed through the local power and the local elites actions. In the second case, the economic domination, our concerns are the accumulation and reproduction of capital. In the third level the focus is the appropriation of space, we mean, the social-spatial relationships, which are produced by the use, in the everyday practices, which conform the lived space. It's, just, in this level that our concerns allow us to read the possibilities of transformation and hope.

Key-words: Public space; Production of Space; Domination; Appropriation.

RESUMEN

Los espacios públicos de Presidente Prudente son analizados en la perspectiva de su dinámica general, buscando el entendimiento de la ciudad. En este sentido, en su proceso de producción y apropiación demuestran la existencia de una sociabilidad segmentada. Las reflexiones sobre la producción del espacio público se organizan en tres niveles analíticos: la dominación política, la acumulación de capital y la realización de la vida. Los dos primeros niveles están relacionados al campo de la dominación – en el primer caso, se trata de la dominación política analizada por medio de las acciones del poder municipal y de las elites locales; en el segundo caso, de la dominación económica, las reflexiones giraron en torno de los procesos de acumulación y reproducción del capital. El tercer nivel de análisis vuelve el foco desde la dominación para la apropiación, o sea, para las relaciones socio-espaciales producidas por el uso, en las prácticas cotidianas que conforman el plano de lo vivido. Es, precisamente, en ese plano que las reflexiones permiten la lectura de las posibilidades de transformación y abren campo para la esperanza.

Palabras clave: Espacio Público; Producción del Espacio; Dominación; Apropiación.

I N T R O D U Ç Ã O

O espaço público não morreu.

É arriscado começar pelo final, mas é preciso, porque desde o início queremos alertar o leitor de que não compartilhamos da tese da morte do espaço público; pelo contrário, ela nos parece simplista demais, já que tende a se fechar em si mesma, limitando as análises.

O espaço público está se transformando.

Partindo dessa hipótese e em seu contexto, um segundo ponto que merece destaque é a preocupação de especificar qual espaço público está em transformação. É fundamental ter presente que o espaço público atual é herdeiro da Modernidade e como tal, assim como Caldeira (2000, p. 302-303)¹ ressalta, carrega os traços do “ideal moderno da vida pública urbana”: ruas abertas, circulação livre, encontros impessoais e anônimos, presença dos diferentes grupos sociais consumindo, observando-se, participando da política, divertindo-se etc. Segundo essa autora, os espaços públicos que estão sendo criados nas grandes metrópoles contemporâneas negam esse ideal e, ao contrário, assumem a desigualdade e a separação como valores estruturantes; entretanto, isso não significa a morte do espaço público, mas sim a transformação de um tipo de espaço para outro².

Um aspecto que nos parece fundamental para a análise da transformação do espaço público é a sua característica de possibilitador de encontros impessoais e anônimos e de co-presença dos diferentes grupos sociais. Tais encontros devem ser entendidos como a possibilidade de compartilhar os mesmos territórios com outras pessoas sem a compulsão para conhecê-las em profundidade. Assim, “o espaço público é o lugar das indiferenças, ou seja, onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as diferenças, quaisquer que sejam, devem se submeter às regras da civilidade” (GOMES, 2002, p. 162)³.

¹ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000.

² Uma análise sobre a evolução geral dos conceitos de público e privado e sua relação com a cidade encontra-se no Apêndice.

³ GOMES, Paulo César da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

Nesse contexto, Gomes (2002), baseado em Sennett (1978)⁴, destaca:

Diferentes segmentos, com diferentes expectativas e interesses, nutrem-se da co-presença, ultrapassando suas diversidades concretas e transcendendo o particularismo, em uma prática recorrente da civilidade e do diálogo. (GOMES, 2002, p. 163)

Esse aspecto norteou a nossa pesquisa, porque nos permitiu partir de uma perspectiva que assume a **diferença** no espaço público, mas que não idealiza o convívio entre a diversidade como se fosse uma relação próxima e profunda; pelo contrário, parte do pressuposto de que o ideal moderno era um convívio **civilizado**, sob normas impessoais. Nesse sentido, a possibilidade de encontros “civilizados” pode ser entendida como a capacidade social, no espaço público, de se propiciar a reunião entre as diferenças, permitir a mútua observação, o diálogo e a co-presença, sem significar, embora muitas vezes tenha acontecido, a manifestação dos conflitos e interesses antagônicos.

A consideração desses elementos é muito importante para se evitarem idealizações extremas e simplistas, e para se oferecerem parâmetros para contextualizar o espaço público que hoje estamos transformando.

A presente pesquisa surgiu das reflexões iniciadas na dissertação de mestrado, na qual analisamos os loteamentos fechados de Presidente Prudente que representam uma clara tendência à privatização do espaço público⁵. Nesse estudo, além de verificar uma privatização de ruas e áreas de lazer dentro dos muros dos loteamentos, ficou em evidência a tendência dos moradores a se distanciarem dos espaços públicos nos momentos de consumo e lazer, e ter com a rua uma relação sempre mediada pelo uso do automóvel.

Com o intuito de avançar nessas reflexões foi definido como objetivo do presente estudo analisar os espaços públicos prudentinos, na perspectiva de sua dinâmica geral, servindo como prisma para o entendimento da cidade. Nesse sentido, não é interesse desta pesquisa analisar, especificamente, um

⁴ SENNETT, Richard. *El declive del hombre público*. Barcelona: Península, 1978. [The fall of public man, 1974]

⁵ Cf. SOBARZO, Oscar. *A segregação socioespacial em Presidente Prudente: análise dos condomínios horizontais*. Presidente Prudente, 1999a. 213 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

ou outro espaço público, uma praça ou uma rua por exemplo, mas desenvolver as reflexões na direção da elaboração de uma abordagem para a análise dos espaços públicos que possibilite a leitura da cidade em seu conjunto, tentando evitar uma análise fragmentada, a partir de elementos isolados. Consideramos que uma possível contribuição do nosso trabalho possa surgir dessa postura: o espaço público como particularidade que permite entender a singularidade – Presidente Prudente – que, por sua vez, numa outra escala, responde a dinâmicas mais amplas, que se referem à totalidade, compreendida pela cidade contemporânea no mundo capitalista. Como aponta Morin (2002, p. 18): “O conhecimento torna-se pertinente quando é capaz de situar toda a informação em seu contexto e, se possível, no conjunto global no qual se insere”⁶.

Assim, é importante também destacar, desde o início, algumas características do nosso recorte territorial: a cidade de Presidente Prudente (Mapa 1). Na perspectiva da análise dos espaços públicos, é fundamental ressaltar que estamos frente a uma cidade média do interior paulista⁷. A condição de cidade média exige um esforço para tentar desvendar dinâmicas com características específicas, sem cair, simplesmente, no risco da repetição direta e sem reflexão de conclusões sobre processos mais evidentes nas grandes cidades ou nos espaços metropolitanos. Nesse contexto, partimos do ponto de vista que processos como as dinâmicas de privatização e mercantilização de parte dos espaços públicos, o esvaziamento e abandono de outros, e a valorização de espaços privados – pseudopúblicos – como locais de sociabilidade, também estão presentes nas cidades médias e nelas se manifestam, mas com características e em intensidades diferenciadas.

Esse apelo, para destacar as singularidades dos processos em cidades médias, surge pela constatação, em várias publicações, da tendência a tratar como sinônimas as palavras “cidade” e “metrópole”, como se as dinâmicas metropolitanas fossem comuns a todas as cidades. Assim, por

⁶ MORIN, Edgar. *Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 2002.

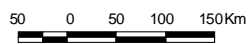
⁷ Segundo o IBGE, a população da cidade de Presidente Prudente era de 182.598 habitantes no ano de 2000. O tamanho demográfico não é o único indicador a ser considerado para se concluir que uma cidade é **média**. A consideração exclusiva do tamanho demográfico indica, apenas, a condição de cidade de **porte médio**.

MAPA 1
ESTADO DE SÃO PAULO:
LOCALIZAÇÃO DA CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE



LEGENDA

- r** PRESIDENTE PRUDENTE
- â** SÃO PAULO (CAPITAL DO ESTADO)
- #** OUTRAS CIDADES IMPORTANTES



Org.: Oscar Sobarzo.

exemplo, são comuns as visões negativas sobre o espaço público, como um espaço totalmente à mercê da mercantilização global, da concorrência entre cidades, do caráter de evento-espetáculo em que se constituem algumas cidades atuais, entre outros aspectos mais evidentes nas grandes metrópoles, e nesse sentido parece que todas as cidades passam pelos mesmos processos, restando pouco espaço para uma visão mais positiva ou com algum grau de esperança. Como ressaltamos no início, é necessário um esforço para contextualizar o espaço público em transformação.

Outra característica de Presidente Prudente relevante para as nossas análises refere-se à origem da cidade. Surgida posteriormente à Lei de Terras de 1850 e no contexto da expansão cafeeira na direção do oeste paulista, a cidade constituiu-se, desde antes da sua fundação, como um negócio imobiliário, com ruas e lotes demarcados a teodolito, numa estrutura ortogonal precisa e prática, diferenciando claramente, pelo menos no plano, os espaços públicos – avenidas, ruas e a sua praça central – e os espaços privados – os lotes que começariam a ser comercializados⁸.

Mas essa exatidão geométrica não significou necessariamente uma clara definição do público e do privado, o que nos remete a outro aspecto que deve ser levado em consideração: as características da Modernidade no Brasil. Vimos, anteriormente, que o espaço público atual é herdeiro da Modernidade, mas no caso brasileiro – e latinoamericano em geral – o ideário moderno foi incorporado parcialmente, adaptando-se à realidade colonial existente. Como subsídio às nossas reflexões, tomamos as idéias de José de Souza Martins (1994; 2000)⁹, que destaca a nossa modernidade incompleta, superficial, aparente e híbrida, surgida do encontro do passado e do presente: do

⁸ No capítulo 1 apresentaremos uma análise sobre a origem de Presidente Prudente, mas desde já recomendamos ao leitor as obras de ABREU (1972; 1996), nas quais encontrará uma análise específica sobre a história de Presidente Prudente: Cf. ABREU, Dióres Santos. *Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente*. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1972; ABREU, Dióres Santos. *Poder político local no populismo: Presidente Prudente-SP, 1928-1959*. Presidente Prudente: [s.n.], 1996.

⁹ Cf. MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994; MARTINS, José de Souza. *As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil*. In: _____. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 17-54.

tradicional e conservador com o moderno, com a racionalidade e com o transitório.

Como aponta Gomes (2002)¹⁰, a busca pela modernidade no Brasil envolvia duas premissas:

De um lado, o reconhecimento de um certo paradigma de política moderna, entendida como o mundo dos cidadãos racionais e dos procedimentos públicos impessoais, mundo existente de fato nos países desenvolvidos. De outro lado, a necessidade de compreensão de uma realidade social que com ele se confrontava, pois fundava-se em padrões de autoridade tradicionais – personalizada e emocional –, que não podiam ser ignorados e menosprezados, sob pena de total insucesso.

Justamente por isso, avalia-se a fronteira público/privado, com freqüência, por um desajuste que sintetiza a principal causa de todos os nossos males e o maior indicador de nosso “atraso”. (GOMES, 2002, p. 499-500)

No contexto do público e do privado, a Modernidade que procurava a isonomia, aqui consolidou um sistema desigual nascido nos tempos coloniais e privilegiou a distinção entre público e privado como relativa ao direito de propriedade e não como atinente aos direitos das pessoas. Ainda mais, fez com que a relação entre o público e o privado ficasse baseada no clientelismo e no patrimonialismo que permanece desde a Colônia até os nossos dias (MARTINS, 1994, 2000). Nas análises específicas sobre Presidente Prudente voltaremos a esses pontos.

Até aqui, levantamos alguns aspectos que constituem **contextualizações** que consideramos necessárias para entender as análises sobre o espaço público na perspectiva da compreensão da cidade de Presidente Prudente: espaço público moderno; análise de uma cidade média do interior paulista surgida posteriormente à Lei de Terras como negócio imobiliário no contexto da expansão cafeeira; modernidade brasileira incompleta e híbrida. Mas surge uma interrogação: como, do ponto de vista teórico-metodológico, pode-se levar em consideração todas essas contextualizações ou ajustes necessários?

¹⁰ GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil* (Volume 4: Contrastes da intimidade contemporânea). 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 [1998]. p. 489-558.

A abordagem analítica que propomos para o espaço público tem a sua base teórico-metodológica na **produção do espaço urbano** – a cidade como produto e condicionante da reprodução da sociedade, da reprodução da vida, das relações sociais que se manifestam na prática socioespacial, ou seja o espaço **construído** e **modificado**, no dia-a-dia, nas ações cotidianas, no uso e na apropriação que dele se faz e, ao mesmo tempo, o espaço influenciando essa cotidianidade.

Nesse contexto, a nossa abordagem teórico-metodológica encontra fundamentais subsídios na obra de Henri Lefebvre, que superou a concepção tradicional do espaço como um receptáculo – o espaço é também nível de determinação –, e confrontou a sua suposta neutralidade com sua função instrumental, destacando a complexidade e as potencialidades do espaço, pois, na sua realidade atual, possui a possibilidade de um projeto diferente (LEFEBVRE, 1992)¹¹.

Lefebvre considera o espaço como um produto – entendendo os conceitos de produto e produção no sentido amplo, filosófico –, mas não se trata de um produto como qualquer outro, nem um objeto, coisa, mercadoria ou a soma delas. Tampouco se trata de um instrumento, mas sim do mais importante dos instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo intercâmbio. O espaço está essencialmente vinculado com a **reprodução das relações sociais de produção** (LEFEBVRE, 1976, p. 34)¹².

Nessa perspectiva, o espaço público é analisado como um produto e um possibilitador das relações sociais. Como já foi apontado, o espaço público não pode nem deve ser idealizado como um local de convívio próximo e profundo da diversidade. A sua concepção moderna colocava-o como um possibilitador de encontros impessoais e civilizados que obedeciam e respeitavam a lógica do próprio sistema, assumidamente desigual, pois lembremos que, entre as transformações da Modernidade, está o desenvolvimento do sistema capitalista, que se fundamenta na desigualdade.

¹¹ LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1992. [Production de l'espace, 1974]

¹² LEFEBVRE, Henri. *Espacio y política: el derecho a la ciudad II*. Barcelona: Península, 1976. [Espace et politique. Le droit à la ville, II, 1972]

O grau com que esses ideais do espaço público se materializaram na sociedade brasileira e se efetivaram em nossas cidades foi um ponto já levantado. Se a nossa modernidade foi incompleta e híbrida, evidentemente não podemos pensar que o espaço público assumiu totalmente esses valores, mas mesmo assim não podem ser desconhecidas as possibilidades que os espaços públicos sempre ofereceram para o encontro, a fala, os olhares, os passos, a discussão, em resumo, para a sociabilidade.

Lefebvre (1976, p. 39) destaca que o espaço é o local da reprodução das relações de produção, e local e âmbito da prática social. Se essa prática se materializa no espaço, podemos apontar que se trata de uma prática socioespacial. “É nesse sentido que o espaço aparece como condição, meio e produto da reprodução social, revelando uma prática que é socioespacial” (CARLOS, 2001, p. 13)¹³.

Na perspectiva da **produção do espaço**, como reprodução das relações sociais por meio de práticas socioespaciais, a análise da cidade ganha em complexidade, enriquecendo-se em pontos de vista e perspectivas de abordagem. Com essa orientação metodológica, consideramos que os estudos urbanos adquirem um maior peso analítico.

Para avançar nessa perspectiva, incorporamos o enfoque de Ana Fani Alessandri Carlos (2001, p. 12) que propõe três níveis de análise para a produção do espaço – dominação política, acumulação do capital e realização da vida humana –, os quais, segundo a nossa proposta de estudo, podem ser claramente lidos no espaço público. A **dominação política** remete-nos ao papel do poder político e das elites na produção do espaço público; a **acumulação de capital**, à implementação de espaços públicos que contribuem à valorização de áreas e à apropriação privada dessa valorização, e ao surgimento de novos produtos imobiliários – loteamentos fechados, *shopping centers* – que aumentam a reprodução e a circulação do capital e questionam a relação público↔privado; e, finalmente, a **esfera da realização da vida humana** materializa-se nos espaços públicos que possibilitam práticas cotidianas de lazer, de consumo, de circulação etc.

¹³ CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-Tempo na Metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

Nesse sentido, possibilita-se que análises sobre espaços públicos superem a visão centrada no objeto em si (rua, praça), ganhem a dimensão da cidade em seu conjunto e evitem transposições diretas de dinâmicas próprias de outras realidades urbanas, já que sempre serão referentes às particularidades sociais, culturais, econômicas e políticas locais, na sua relação com processos mais amplos, sejam regionais, nacionais ou globais.

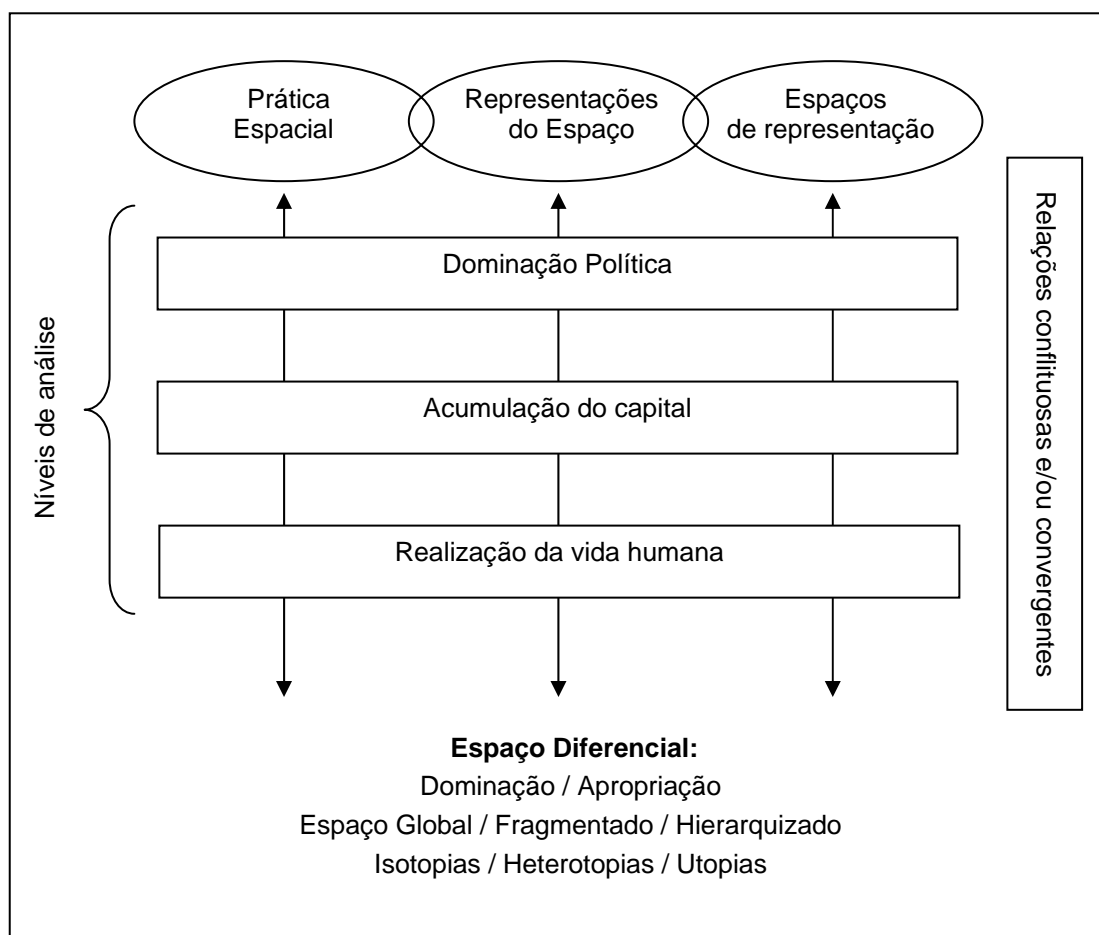
Para evitar interpretações que tendam a isolar cada um dos níveis de análise da produção do espaço identificados anteriormente, é importante introduzir a tríade conceitual desenvolvida por Lefebvre (1992, p. 33, 38-39 e 362) para compreender a produção do espaço, permitindo uma análise integrada, mesmo que apresentada no texto de forma separada. Referimo-nos aos conceitos de **prática espacial**, **representações do espaço** e **espaços de representação**. A prática espacial de uma sociedade produz o espaço daquela sociedade e pressupõe uma interação dialética entre dominação e apropriação, ou seja a prática espacial permite entender a sociedade por meio da leitura do seu espaço. As representações do espaço correspondem ao espaço conceituado de cientistas, planejadores, urbanistas e tecnocratas; representam um espaço abstrato, que tenta se impor como dominante e verdadeiro. No lado oposto, podemos pensar nos espaços de representação que se referem ao espaço como diretamente vivido, associado a imagens e símbolos; o espaço dos usuários e habitantes; o espaço das atividades cotidianas, concreto e subjetivo.

Relacionando esses três conceitos com os níveis de análise para a produção do espaço identificados por Carlos (2001), podemos afirmar que eles perpassam, manifestam-se e podem ser lidos na **dominação política**, na **acumulação de capital** e na **esfera da realização da vida humana**. Com efeito, a **prática espacial** remete-nos a esses três níveis. Por sua vez, as **representações do espaço** possuem uma direta relação com a dominação, seja política ou econômica; assim tendem a mostrar mais relações com os dois primeiros níveis, mas isso não nos pode levar a negligenciar as relações que estabelecem essas representações abstratas no plano da realização da vida – pense-se, por exemplo, na prática comum de aplicação de planos ortogonais, repetitivos e monótonos, para a criação de bairros populares e a influência

disso para a vida dos moradores. Finalmente, os **espaços de representação** remetem diretamente à realização da vida, à apropriação pelo uso, ao plano do vivido, mas sem excluir a dominação que também se manifesta nesse plano. Em termos gerais, devemos apontar que todos os níveis de análise e os conceitos da tríade encontram-se dialeticamente inter-relacionados.

Reconhecemos que é complexo propor esquematizações, especialmente por serem conceitos cunhados por Lefebvre, que não tentou criar nenhum modelo explicativo fechado e rígido, mas estamos enfrentando essa tarefa com o intuito de sistematizar a análise, para ir além da simples descrição de espaços públicos no contexto urbano. Nesse sentido, apresentamos a Figura 1.

Figura 1:
Esquema Conceitual da Produção do Espaço



Org: Oscar Sobarzo.

A expressão desse processo de produção é um espaço diferencial que opõe **dominação** e **apropriação**, que pretende ser racional, mas apresenta-se absurdamente recortado, sendo mundial e pulverizado, cheio de contradições (LEFEBVRE, 1976, p. 42). Ao mesmo tempo é um espaço **global** (reductor das diferenças), **fragmentado** (separado, dividido, com especificidades que facilitam a sua comercialização) e **hierárquico** (variando dos lugares mais humildes aos mais nobres) (LEFEBVRE, 1992, p. 282), sendo possível reconhecer nele: **isotopias** ou espaços análogos (“lugares do mesmo, mesmos lugares”); **heterotopias** ou espaços mutuamente repelentes, diferentes do outro (“o outro lugar e o lugar do outro, ao mesmo tempo excluído e imbricado”); e **utopias**, ou espaços ocupados pelo simbólico e o imaginário (“a virtualidade esclarecedora”, “o alhures, o não-lugar que não acontece e, entretanto, procura seu lugar”) (LEFEBVRE, 1992, p. 366; 1999b, p. 45, 120 e 122)¹⁴.

Nesse sentido, as utopias remetem-nos a um outro aspecto importante que não deve ser negligenciado nas análises do espaço urbano, em geral, e dos espaços públicos, em particular, e que se refere às **potencialidades** do espaço. Como foi apontado anteriormente, Lefebvre destacava as potencialidades do espaço, ou seja, a possibilidade de um projeto diferente a partir das características atuais (LEFEBVRE, 1992, p. 349). Nesse sentido, o urbano deve ser sempre lido como uma realidade inacabada, uma virtualidade iluminadora e em marcha (LEFEBVRE, 1976, p. 71; 1999b, p. 28). Na perspectiva dos espaços públicos, essa compreensão deve nos alertar para evitar o saudosismo extremo de um modo de vida que já se foi ou que está se transformando; é necessário ler as mudanças no espaço, buscando seu passado, mas também destacar as possibilidades que a realidade nos coloca para o futuro.

Nesse conjunto, contextualizamos o desafio levantado por David Harvey sobre o “otimismo do intelecto”, como atitude capaz de abrir o pensamento para a leitura de possibilidades e afrontar a tarefa da necessidade de aproveitar as próprias contradições do sistema como matéria-prima para cultivar uma

¹⁴ LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999b. [La révolution urbaine, 1970]

alternativa (HARVEY, 2003, p. 30 e 222)¹⁵. Reconhecemos a dificuldade desse desafio para pensar os espaços públicos.

A realidade hoje nos impõe grandes questionamentos para a abordagem do espaço público. A consolidação de novos produtos imobiliários – loteamentos fechados, *shopping centers*, centros empresariais, parques temáticos, centros turísticos – questionam o significado do espaço público. Os novos espaços “públicos” – realmente semipúblicos ou pseudopúblicos – são muitas vezes caricaturas da vida social, negando ou ocultando as diferenças e os conflitos, tornando a sociabilidade mais “*clean*” e, em último termo, negando-a.

Para Carlos (2001, p. 36 e 353), essas transformações esvaziam o espaço público de seu sentido tradicional de lugar que possibilita as relações sociais, retirando e negando o acontecer do imprevisto, da improvisação, do espontâneo, da convivência, dos encontros, dos conflitos, das rotinas e dos desacordos. As relações sociais passam a ser mediadas por normas e organizadas em função do consumo, representando práticas de exclusão, pois os espaços são vigiados e controlados.

No espaço urbano, essas transformações são resultado e, por sua vez, reforçam e retroalimentam as tendências à segregação socioespacial. É com essa hipótese que enfrentamos o estudo da dinâmica dos espaços públicos em Presidente Prudente, assumindo a sua transformação para espaços com pouca presença da diferença, expressão da segmentação crescente da sociedade e da mudança do conteúdo social e político do espaço urbano.

Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, esta pesquisa, como já foi apontado, iniciou-se a partir das inquietações surgidas na dissertação de mestrado e continuou nas reflexões propiciadas pelas leituras na fase de revisão bibliográfica, que comparecem em quase todos os momentos da construção deste texto. A referida revisão bibliográfica foi fundamental para adotar uma postura que nos exigiu constantemente a **contextualização** das nossas reflexões, iniciadas a partir de autores do

¹⁵ HARVEY, David. *Espacios de esperanza*. Madrid: Akal, 2003. [Spaces of hope, 2000]

chamado Primeiro Mundo, obrigando-nos a trazer os seus apontamentos para o caso do Brasil e, especificamente, de Presidente Prudente.

Numa segunda fase, centramo-nos na compilação de informações contidas em trabalhos já realizados sobre Presidente Prudente, especialmente aqueles que discutem as relações entre o público e o privado, ou aqueles que tinham abordado, nas suas análises, áreas da cidade que nos interessava estudar ou temáticas afins com a nossa.

Num terceiro momento da pesquisa, tentamos resolver a problemática da postura teórico-metodológica e da abordagem da temática pensando na organização e na elaboração do texto da tese. Nesse sentido, encontramos importantes subsídios nas reflexões de Carlos (2001) e a sua proposta de três níveis de análise para a produção do espaço já apresentados.

Como apontamos no começo desta Introdução, o nosso interesse é fazer uma leitura da cidade a partir dos espaços públicos e da relação entre o público e o privado. Nesse contexto, a nossa proposta analítica não define nem um período específico de análise, nem um ou alguns tipos de espaços públicos particulares para serem analisados. A nossa leitura corresponde a uma interpretação do presente, da dinâmica atual, da qual somos testemunha direta, tentando fazer relações ou pontes com a história da cidade, mas sem a intenção de contar a história dos espaços públicos prudentinos. Desse ponto de vista, recorreremos a alguns elementos de mudança e/ou continuidade especialmente pela sua relevância nas transformações espaciais, tentando focar a análise a “partir das mudanças espaciais que ocorreram no tempo”, como sugere Vasconcelos (1999, p. 87)¹⁶.

Tampouco é realizado um recorte no tipo de espaços analisados porque, como já foi apontado, o interesse fundamenta-se na explicação ou no entendimento da produção da cidade tomando os espaços públicos como prisma interpretativo.

Assim, a pesquisa tem alimentado e realimentado as reflexões teóricas com os fatos no dia-a-dia, o que decorre da nossa condição de morador da

¹⁶ VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Como estudar a cidade na longa duração: a noção do tempo na Geografia. *Formação*, Presidente Prudente, n. 6, p. 75-90, 1999.

cidade, permitindo ao mesmo tempo a observação e a participação. De maneira complementar, as análises acompanharam-se da leitura dos jornais, da realização de entrevistas e de visitas aos locais de interesse para a pesquisa.

O texto apresentado estrutura-se em quatro capítulos. No primeiro, é discutida a produção do espaço urbano de Presidente Prudente, destacando alguns elementos da sua evolução histórica e o caráter segmentado e segregado que assume na atualidade. Esse capítulo foi elaborado com o sentido de oferecer um contexto geral para as reflexões apresentadas nos capítulos posteriores.

No segundo capítulo, tratamos o primeiro dos níveis de análise definidos para a compreensão da produção do espaço: a dominação política, a qual é abordada nas ações do poder municipal e das elites locais na perspectiva da produção dos espaços públicos e das alterações na relação público↔privado.

No terceiro capítulo, abordamos a produção dos espaços públicos e o processo de acumulação de capital, destacando as particularidades dessa relação em cidades médias, especificamente no caso da irrupção de novos produtos imobiliários e a geração de dinâmicas de valorização de áreas a partir da materialização de espaços públicos.

No capítulo quarto, mudamos o foco da análise, deixando o nível da dominação – política e econômica – abordado nos capítulos anteriores, para refletir sobre a apropriação dos espaços públicos e as práticas cotidianas, considerando a construção da identidade, as formas de apropriação e as possibilidades de transformação e mudança a partir da apropriação dos espaços públicos.

O texto é finalizado com algumas reflexões que não pretendemos que sejam conclusivas no que se refere à compreensão da temática, mas que apresentam um pequeno balanço sobre os caminhos percorridos e as possibilidades de um caminhar futuro.

Finalmente, é preciso destacar que, como o leitor deve ter percebido, as referências das obras citadas neste trabalho não seguem à risca as normas da

ABNT, já que optamos por um sistema em que a obra citada no sistema autor-ano-página, na primeira vez que é mencionada num capítulo, aparece numa nota de rodapé com suas referências completas (título, edição, cidade e editora). Consideramos que, dessa forma, podemos facilitar ao leitor a identificação das diferentes obras citadas, especialmente as de um mesmo autor, evitando que a toda hora a leitura seja interrompida pela necessidade de consultar essas informações nas referências bibliográficas apresentadas no final do trabalho.

Nesse mesmo sentido, a tese dispõe em separado de três mapas (Mapas A, B e C), de diferentes setores da cidade, que complementam os mapas citados no texto e que têm por finalidade facilitar o seguimento das análises apresentadas.

CAPÍTULO 1:
A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM
PRESIDENTE PRUDENTE

Quando Lefebvre afirma que a cidade é um espaço-tempo (LEFEBVRE, 1975, p. 142)¹, indica um caminho para a compreensão do espaço urbano que não se esgota na observação ou na análise dos processos aos quais assistimos hoje. Por meio desse caminho, devemos procurar ler, no presente, o tempo passado acumulado, assim como as potencialidades que esse passado e que o presente oferecem para o futuro.

Neste capítulo, pretendemos fazer um percurso para o passado, sem a intenção de contar a história de Presidente Prudente², na procura de subsídios para a análise das mudanças do caráter do espaço público no decorrer do tempo. Embora a cidade tenha surgido em 1917, a sua compreensão exige considerar aspectos anteriores, seja porque representam uma continuidade ou porque demonstram uma ruptura no modo de se produzir as cidades. Nesse sentido, o capítulo inicia-se levantando, sucintamente, alguns elementos sobre a constituição dos povoados no Brasil colonial e a sua transformação no Brasil republicano; em seguida, analisaremos o caso específico de Presidente Prudente, finalizando com uma análise sobre a estruturação atual do espaço urbano prudentino, destacando, principalmente, a sua diferenciação e segregação socioespacial.

1.1 Alguns elementos prévios

Para dar uma perspectiva histórica ao momento da fundação de Presidente Prudente, centraremos a nossa análise em três aspectos principais: a maneira de “criar” povoados no Brasil colonial; o papel da Igreja e a paulatina secularização desse processo; e a Lei de Terras de 1850 que mudou profundamente a produção do espaço urbano.

O contexto em que Presidente Prudente surgiu mostra uma ruptura nas formas segundo as quais se originavam as cidades. Com efeito, no período

¹ LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. 3. ed. Barcelona: Península, 1975. [Du rural à l'urbain, 1970]

² Para uma análise específica sobre a história de Presidente Prudente, o leitor pode consultar as obras de ABREU (1972; 1996). Cf. ABREU, Dióres Santos. *Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente*. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1972; ABREU, Dióres Santos. *Poder político local no populismo: Presidente Prudente-SP, 1928-1959*. Presidente Prudente: [s.n.], 1996.

colonial, a criação de novos povoados dava-se principalmente pela doação de terras para a formação de um patrimônio consagrado a um santo católico³.

Esse processo é descrito por Murillo Marx (1991)⁴ e pode ser caracterizado pelos seguintes elementos:

- Relacionava-se diretamente com o sistema de Capitanias, já que seus beneficiários, os capitães-mores, podiam conceder terras para a criação das novas vilas.

- Existia uma relação direta entre os povoados e a Igreja Católica, já que geralmente ao se criar um patrimônio (porção de terra cedida por um senhor ou vários, para servir de morada e de meio de subsistência aos não possuidores de terra), construía-se também a capela, a qual era mantida em função da cessão de parcelas de terreno aos interessados em habitar junto a ela.

- O principal interesse na hora da criação da capela era a definição de um espaço externo recomendado para possibilitar um terreiro, um pátio, um largo. Esse espaço assumia uma importância fundamental na vida social da nova aglomeração. Esse fato permite que se estabeleça uma relação com a importância da Igreja, como templo e espaço circundante, na Europa Medieval, que Sennett (1991)⁵ aponta como sendo um “refugio”. Nesse contexto, Marx (1980)⁶ ressalta:

A praça como tal, para reunião de gente e para exercício de um sem-número de atividades diferentes, surgiu entre nós, de maneira marcante e típica, diante de capelas ou igrejas, de conventos ou irmandades religiosas. [...] Realçava-lhes os edifícios; acolhia os seus freqüentadores. (MARX, 1980, p. 50)

No mesmo sentido, Deffontaines (2004) destaca:

³ Reconhecemos que o processo de fundação e criação de cidades é mais complexo e variado. Nesse sentido, a nossa comparação centra-se principalmente no que Deffontaines (2004 [1938]) distinguiu como “patrimônios religiosos” e “patrimônios leigos”. Cf. DEFFONTAINES, Pierre. Como se constitui no Brasil a rede de cidades. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 119-146, jan.-jun. 2004.

⁴ MARX, Murillo. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Edusp – Nobel, 1991.

⁵ SENNETT, Richard. *La conciencia del ojo*. Barcelona: Versal, 1991. [The conscience of the eye, 1990]

⁶ MARX, Murillo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Edusp, 1980.

A cidade nascente é essencialmente uma igreja e uma praça. A igreja serve de lugar de atração a toda a população, muito ligada, a uma religião de cerimônia e de rituais; ela é também o centro de registro civil para os nascimentos, casamentos, enterros. [...] A igreja domina assim a vida de uma tal aglomeração; ela ocupa um ponto no fundo da perspectiva da praça, o segundo elemento dessas cidades que, por sua vez, está também na dependência estreita da igreja. A praça serve de ponto de parada, onde as pessoas se divertem olhando, não ficando mais solitárias; *fazer praça* é o principal emprego do tempo dos habitantes; é a única ocasião que se tem de se pôr a roupa de domingo, segundo o costume do lugar; as casas que cercam a praça procuram ser luxuosas; elas fazem parte da festa, não são casas mas *palacetes* e foram construídas pelos principais fazendeiros das cercanias, porque é um luxo ter-se fachada para a praça. O mais rapidamente possível, enfeita-se essa praça, traçam-se nela jardins, aléias, põe-se luz elétrica e é a ambição de toda cidade nova ter uma *praça bem ajardinada e bem iluminada*. A praça tem uma tal importância que muitas vezes essas aglomerações são chamadas de *praças* e não de *cidades*. A maioria dos habitantes da região, para gozar as vantagens dessa vida urbana de festa, tem além da sua casa de fazenda, *uma casa de domingo na praça*. (DEFFONTAINES, 2004 [1938], p. 132-133, grifo do autor)

- O resto da terra destinado ao patrimônio era dividido sem obedecer a um claro arruamento e sem maior preocupação em estabelecer o que era público e privado. Nesse processo de parcelamento da terra, a Igreja exercia um importante papel, já que as cessões de terra se faziam em troca da manutenção do templo.

Nesse contexto, o fato que mais nos interessa destacar é a importância da Igreja no início da vida “urbana” brasileira: a Igreja como aglutinadora social, a Igreja como edificação de maior destaque, a Igreja como intermediária no acesso às terras do povoado, pelo menos até o momento da instauração da autonomia municipal com a criação da vila.

Esse papel de destaque foi diminuindo com o passar do tempo e o processo de secularização consolidou-se no século XIX. A secularização entendida como a perda relativa da importância de instâncias religiosas no conhecimento e na vida social, é típica da Modernidade, fundamentada na razão e na ciência. Essas mudanças não podem ser analisadas sem considerar

a transformação capitalista. Nesse contexto, Sennett (1978)⁷ destaca que, no século XIX, o desenvolvimento capitalista e a secularização são fundamentais para se compreenderem as mudanças na vida pública, já que, em conjunto, essas tendências levaram ao início do individualismo que, segundo o autor, predomina no período atual.

Voltando ao Brasil, a influência da secularização e da transformação capitalista, na sua relação com a cidade e com a terra em geral, pode ser entendida por meio da promulgação da Lei de Terras de 1850, segundo a qual a terra adquiriu valor de troca: vira mercadoria que pode ser adquirida somente pela compra e venda, e não mais pela concessão do Estado (MARX, 1991, p. 104).

Esse fato teve expressão direta nos espaços da cidade e significou uma nova relação entre o público e o privado, trazendo a necessidade da definição clara e precisa entre lotes e ruas, surgindo assim ações orientadas aos “alinhamentos” entre o que é público e o que é privado (MARX, 1991, p. 104).

Posteriormente, a necessidade de racionalização nas novas cidades consolidou a opção pelas formas geométricas regulares de parcelamento da terra para facilitar a sua venda. A necessidade de escrituras, plantas de loteamentos, plantas cadastrais, demarcações e medições, encontra explicação na mesma lógica (MARX, 1991, p. 105, 113).

Esse processo também se traduziu na perda da importância da capela como elemento gerador e organizador dos povoados, da mesma forma que a Igreja perdia o papel de intermediária no acesso à terra. Assim, nas novas cidades e na transformação das mais antigas, observa-se uma forte valorização de edifícios leigos como teatros, bibliotecas, escolas, lojas e escritórios; da mesma forma que são produzidos avenidas, passeios públicos e leitos carroçáveis nas ruas (MARX, 1991, p. 115, 124).

A reflexão sobre a secularização parece-nos importante em nossa pesquisa, porque a cidade de Presidente Prudente surgiu no começo do século XX e, nesse contexto, é herdeira da dinâmica apresentada nos parágrafos

⁷ SENNETT, Richard. *El declive del hombre público*. Barcelona: Península, 1978. [The fall of public man, 1974]

anteriores, ou seja surgiu como um empreendimento fundiário, regular, geométrico, medido a teodolito e desenhado no papel; com uma clara diferenciação entre o espaço público – avenidas, ruas e a sua praça central – e o espaço privado – os lotes que começam a ser comercializados.

1.2 A gênese de Presidente Prudente

Finalizamos o item anterior destacando que, segundo a lógica dita racional e comercial, que originou a cidade de Presidente Prudente, os espaços públicos e privados são claramente diferenciáveis. Sem dúvida, a realidade é mais complexa que essa simples afirmação. Com efeito, o surgimento de Presidente Prudente, ocorrido no contexto da expansão cafeeira na direção do oeste do Estado de São Paulo no começo do século XX, questiona desde o primeiro momento a relação entre o público e o privado, visto o expressivo processo de grilagem de terras que acompanhou a ocupação da região.

Abreu (1972, p. 45-55) mostra que a família Goulart, uma das fundadoras da cidade, obteve um “Aviso do Ministério da Agricultura” declarando serem de domínio particular as suas terras em 1890. No entanto, segundo documentos mais antigos, a posse é questionada porque se originou de uma permuta de terras não reconhecida, já que as partes envolvidas na operação não eram donos legais das terras que permutaram. Nestas terras da família Goulart (devolutas) surgiu, em setembro de 1917, a cidade de Presidente Prudente.

Leite (1998, p. 42-43)⁸ também expõe o caso da permuta de terras e do informe do Ministério da Agricultura que autorizava a localização de imigrantes na fazenda. O citado informe referia-se à propriedade como “sua fazenda”. “Os termos ‘sua fazenda’ foram suficientes para Goulart e tiveram a força de legitimação da sua posse. A partir daí, vendeu, trocou e doou terras” (LEITE, 1998, p. 43).

Esses episódios sobre a legalidade da posse das terras onde nasceu Presidente Prudente remetem-nos ao ideário da “modernidade inacabada”, já que a Lei de Terras de 1850, concebida segundo uma lógica racional,

⁸ LEITE, José Ferrari. *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. São Paulo: Hucitec, 1998.

determinava o acesso à propriedade por meio da compra de terras, mas isso foi amplamente desrespeitado, sendo comum a reivindicação da suposta ocupação anterior a 1850, utilizando, como artifício, testemunhas, certificados e outros meios falsos.

Assim, Presidente Prudente, criada para atrair compradores para as terras rurais vendidas na região (ABREU, 1972, p. 45-46), surgiu como um empreendimento privado em terras, provavelmente, públicas.

A racionalidade matemática na elaboração do plano urbano de Presidente Prudente pode ser exemplificada nos seguintes trechos da obra de Abreu (1972):

O coronel Goulart pediu a Dr. Fairbanks que lhe projetasse um núcleo urbano defronte à estação, na mata virgem que então cobria o local. Esclareceu que desejava abrir uma fazenda confrontando com a cidade e iniciar loteamento de suas terras. Pediu que traçasse o limite entre a futura fazenda e a futura cidade. Atendendo o pedido, Dr. Fairbanks deu ao teodolito, ali estacionado para locar a cidade, a deflexão de 90 graus sobre o rumo da tangente da estação e marcou esta divisa com a separação entre a fazenda e a cidade. Este traçado hoje é a Avenida Washington Luis. Ela ficou como base do arruamento futuro do núcleo. Depois disto, o Coronel Goulart deu ordem a seus homens para que no dia seguinte, 14 de setembro de 1917, iniciassem a derrubada do mato e fizessem uma roça de milho. [...] O coronel Goulart convidou Dr. Fairbanks para projetar o mapa do núcleo idealizado, mas ele pretextando serviço na estrada, somente colocou dois piquetes a alguns metros de distancia da futura estação férrea, na distância de 26,40 metros um do outro, largura das futuras avenidas do núcleo ainda em mato apenas roçado. (ABREU, 1972, p. 60-61)

Abrindo sua própria fazenda e cuidando da venda de terras, o Coronel Goulart não se esqueceu, entretanto, do núcleo urbano. Fez um ante-projeto da planta e depois contratou em Assis o agrimensor prático Cássio Rawlston da Fonseca para fazer a planta definitiva do núcleo. As ruas não receberam nomes, pois o fundador numerou os quarteirões e as datas e dispensou uma nomenclatura para as vias. O próprio Goulart fez o serviço de locação dos lotes. Conforme o esboço, foram planejados 25 quarteirões de 88 metros por 88 metros, limitados por 4 avenidas de 26,40 metros de largura. Cada quarteirão possuía 8 datas de 44 metros por 22 metros cada uma. As vendas eram facilitadas ao máximo [...] A cidade precisava crescer depressa para atrair e fixar compradores de terras. (ABREU, 1972, p. 62-63)

Esses elementos nos levam a refletir que a cidade de Presidente Prudente primeiro existiu na concepção abstrata de seu fundador – Goulart –,

ou seja, primeiro foi somente uma **representação espacial**, nos termos da tríade conceitual proposta por Lefebvre (1992) e discutida na Introdução. Nesse sentido, essa representação já indicava uma **prática espacial**, uma forma de se relacionar com o espaço mediada pelo objetivo da consolidação de um núcleo urbano para facilitar a comercialização dos lotes agrícolas que o mesmo Coronel vendia na região. Assim, a dominação implícita nessa prática consistia na derrubada do mato e na “instalação” de uma quadrícula de ruas e lotes que conformariam a nova cidade (Mapa 2).

Essa dinâmica expressa uma nova relação entre a terra urbana e seus ocupantes: deixa de existir a antiga concessão de datas⁹, feita pela Igreja ou pelo município nos povoados do Brasil Colônia e Império, e passa a vigorar a propriedade absoluta sobre cada pedaço de solo urbano. Como destaca Marx (1991):

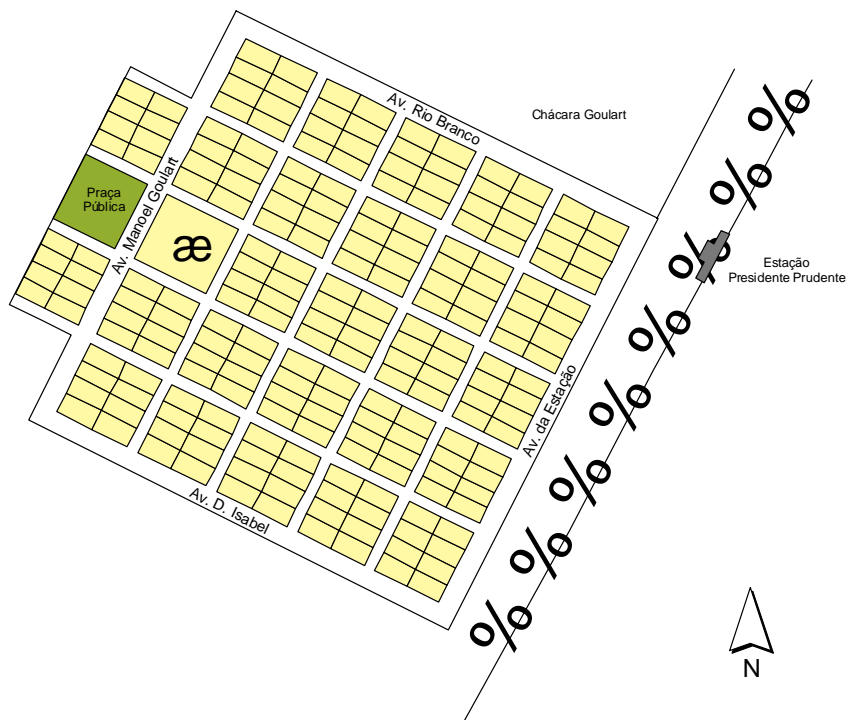
O advento da idéia de propriedade, das novas formas de transmissão da terra, vai alterar também a fisionomia das velhas concentrações de maneira mais ou menos rápida, e o fará especialmente através do loteamento como instrumento de expansão das aglomerações urbanas. Em verdade, o município, essa esfera do poder público, deixa de ser o único fornecedor de terra para os lotes urbanos e chácaras. Surge também o particular, o detentor de quintas ou terrenos maiores, como possível cedente. (MARX, 1991, p. 106-108)

O processo é descrito por Deffontaines (2004) da seguinte maneira:

Desde há uns 30 anos, o fazendeiro muitas vezes dispensa a interferência da igreja e o patrimônio se torna leigo. Ele próprio loteia, vende por sua conta e se encarrega das despesas da construção, traça ruas, canalizações de água ou então cria um conselho de cidade entre os primeiros compradores, aos quais entrega a preço muito baixo o patrimônio, e que se encarregam de lotear e planejar. Nesses casos, o fazendeiro se torna *povoador*, isto é, criador de núcleos de povoamento ou ainda *plantador de cidades* e não é mais a igreja que assume o patronato das fundações urbanas. A nomenclatura das cidades novas se ressentem dessa laicização. Outrora ela levava sempre o nome religioso [...] ou um nome de santo; hoje, ela leva um nome leigo, do fundador [...]; nomes de personagens políticas: Presidente Prudente [...] ou datas históricas [...] ou ainda nomes de grandes cidades antigas servindo de reclame à nova aglomeração [...] ou também nome associado à produção [...]. (DEFFONTAINES, 2004 [1938], p. 136-137, grifo do autor)

⁹ O termo “data” é usado como sinônimo de lote.

M A P A 2 PLANTA DA VILA GOULART (1919)



100 0 100 200 m.

Escala gráfica aproximada

Fonte: ABREU, 1972, p. 64.

Des.: Oscar Sobarzo.

Página 39

Nesse contexto, surge o lote como unidade claramente definida, individualizada e regular a ser vendida e comprada. “Tal quadrângulo, regular e ortogonal, mostra-se como a figura geométrica mais adequada para o retalhamento de uma gleba” (MARX, 1991, p. 112).

Assim, a relação entre o público e o privado modifica-se:

O confronto entre o chão público e o privado se tornou, dessa fase para cá, mais intenso e, conseqüentemente, mais crucial a definição de sua fronteira. Se os limites de um lote com seus vizinhos, laterais e de fundo, passaram a ser um problema mais delicado, gerando a necessidade de sua precisão em escrituras, de seu delineamento nas plantas de loteamentos e cadastrais e de medições e demarcações no local, de outra parte, a testada do lote, em que o vizinho é o patrimônio público, através do solo de domínio e uso comum do povo, impôs também a exatidão. A sua definição clara não só interessa ao agora proprietário como igualmente, se zelosa uma edilidade, ao município, na defesa de sua propriedade de interesse e utilidade coletiva. (MARX, 1991, p. 113)

O que se expõe ao final da citação anterior nos permite avançar na reflexão sobre o público e o privado em Presidente Prudente: a idéia da edilidade velando pelo interesse coletivo.

Nos primeiros anos de vida do município de Presidente Prudente, criado em 1921, a administração foi disputada pelos dois coronéis fundadores da cidade, Francisco de Paula Goulart e José Soares Marcondes, que criaram os dois núcleos que posteriormente conformariam a sede do município, a Vila Goulart e a Vila Marcondes, respectivamente (Mapa 3). Para os coronéis, os interesses públicos e privados nunca estiveram claramente diferenciados. Segundo Abreu (1996, p. 25), a relação político-eleitoral dos coronéis com os munícipes se baseava numa espécie de solidariedade pelas facilidades dadas na compra de um lote (pagamento em longo prazo) ou por outros favores recebidos. A relação patrimonialista e clientelista da qual fala Martins (1994)¹⁰ continuou caracterizando a política local, inclusive com facções contrárias aos coronéis Marcondes e Goulart que, segundo Melo (1995, p. 48)¹¹, não

¹⁰ MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

¹¹ MELO, Jayro Gonçalves. *Imprensa e coronelismo. Série Ideologia e Poder, Presidente Prudente*, FCT/UNESP, n. 1, 1995.

MAPA 3
PLANTA DA CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE
(1923)



LEGENDA

- Vila Goulart
- Vila Marcondes
- Vila Nova
- Praças
- æ Igrejas
- Ý Cemitério

100 0 100 200m.

Escala gráfica aproximada

Fonte: ABREU, 1972, p. 95.

Des.: Oscar Sobarzo.

questionavam o coronelismo como sistema de poder, mas sim a atuação dos fundadores da cidade contrária às suas expectativas “modernizantes”. O patrimonialismo e o clientelismo associados à figura do coronel ainda aparece, mesmo que de forma residual e subliminar, nos dias atuais da política prudentina.

Abreu (1996, p. 48) destaca que, a partir de 1930, o marco legal da administração municipal se orienta para o controle e a disciplina.

Ao liberalismo do período anterior, que [...] não era nem liberal nem democrático, estruturou-se um Estado centralizado a pretexto de se coibir malversação de dinheiro público, de se obter melhores resultados na prática administrativa e de destruir o poder político das oligarquias estaduais centrado no chefe local – o coronel. (ABREU, 1996, p. 48-49)

Com a Lei Orgânica de Municípios de 1935, esse processo parece ter se consolidado, por meio da disciplina na arrecadação e nos gastos, e do caráter impessoal que a administração adquiriu (ABREU, 1972, p. 307).

Essa situação permitiu às administrações municipais da época realizar obras largamente esperadas, entre elas o serviço de sarjetas, o Jardim Público (atual Praça 9 de Julho) e o calçamento (ABREU, 1972, p. 307-310).

O caso do Jardim Público merece uma reflexão mais aprofundada. Segundo Abreu (1972, p. 309), esse jardim foi implantado num “quarteirão, adquirido pela Municipalidade nos tempos da administração goulartista, para se fazer nele uma praça”. O interessante desse caso é que a área referida, no projeto original de loteamento da Vila Goulart (um dos núcleos urbanos que posteriormente passou a constituir a cidade de Presidente Prudente), já estava destinado ao uso público, constituindo uma unidade com o quarteirão em frente daquele onde se localizaria a catedral.

A partir da análise de Abreu, podemos deduzir que essa área, definida inicialmente como pública, foi vendida ao município, para posteriormente ser transformada novamente numa área pública. O que mais chama a atenção é que a área pertencente ao coronel Goulart foi comprada pelo município quando a Prefeitura Municipal era controlada pelos goulartistas. A afirmação inicial da

clara definição de público e privado na criação de Presidente Prudente, uma vez mais, deve ser lida com restrições.

A cidade vivia, entre finais da década de 1930 e começo dos anos 1970, um período caracterizado pela ascensão, consolidação e decadência do poder político local populista, que teve em dois personagens – Cerávolo e Sandoval – seus máximos expoentes (ABREU, 1996).

No espaço urbano, o populismo deixou a sua marca, como nos casos de omissão da Prefeitura frente a loteamentos irregulares¹² expostos por Sposito (1983, p. 189-190, 201-203)¹³. Nesses casos, a Prefeitura Municipal, numa atitude claramente populista, omitia-se porque os loteadores estavam “ajudando aos pobres para ter a sua casa”, ou porque eles estavam “ajudando à cidade”.

A idéia seguinte, exposta por Marx (1991), não encontra uma efetiva correspondência no caso citado, pela omissão do poder público:

A tensão entre a área pública e a privada do solo se dará de antemão, de maneira contundente, e refletirá o confronto entre o agora proprietário, potencial empreendedor, e o agente público, efetivo regulador do empreendimento. (MARX, 1991, p. 117)

Em síntese, podemos afirmar que, do ponto de vista formal, talvez seja possível dizer que Presidente Prudente nasceu com uma clara definição do que era público e do que era privado (ruas e praças versus lotes), dentro da lógica racional da Lei de Terras e da exatidão matemática com que o núcleo original foi pensado e traçado. Contudo, no processo de produção da cidade, vamos encontrar aspectos que colocam em questão esse juízo, especialmente quando se considera a relação entre o Poder Municipal, velador dos interesses públicos, e a cidade produzida.

¹² Essa irregularidade pode ser entendida do ponto de vista legal da não aprovação dos loteamentos pela Prefeitura Municipal, mas também do ponto de vista urbanístico e técnico, já que não foram considerados aspectos como o tamanho dos lotes, a subdivisão posterior dos mesmos, e a definição das ruas e outros espaços públicos.

¹³ SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *O chão em Presidente Prudente: a lógica da expansão territorial urbana*. Rio Claro, 1983. 230 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro, UNESP.

O ideário racionalista da modernidade se materializa, de forma incompleta, embora a “modernidade” e o “moderno” tenham sido freqüentemente chamados para justificar e defender projetos urbanos. Esse ponto será retomado no decorrer dos capítulos seguintes.

1.3 A estruturação do espaço urbano atual

Começamos este capítulo ressaltando que a cidade é um espaço-tempo. Nesse sentido, a Presidente Prudente de hoje constitui-se como o acúmulo de ações passadas que se manifestam numa certa forma de estruturação do espaço urbano. Como aponta Milton Santos (2002, p. 256)¹⁴, “pelo fato de que a ação de um sistema histórico anterior deixa resíduos, há uma superposição de traços de sistemas diferentes”, assim podemos entender “o espaço como acumulação desigual de tempos”.

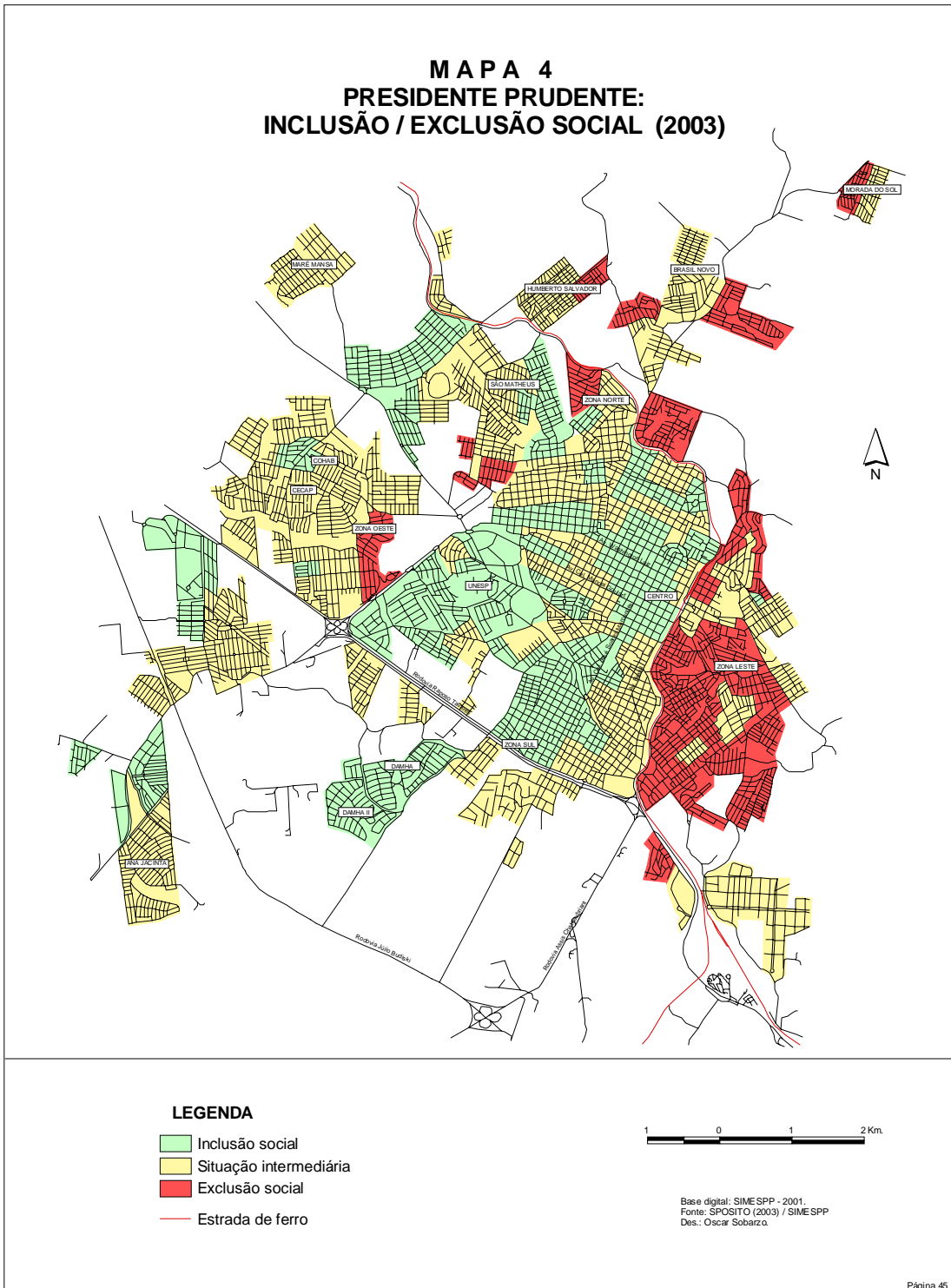
Como analisamos em trabalhos anteriores¹⁵, o espaço urbano de Presidente Prudente apresenta uma forte diferenciação e segregação socioespacial que pode ser esquematizada, em linhas gerais, distinguindo uma área central e Sul em que se concentram os segmentos sociais de maior poder aquisitivo e uma periferia Leste, Norte e parte do setor Oeste, onde habitam os segmentos com os menores níveis da renda. Essa estruturação reflete-se nos níveis de inclusão/exclusão apresentados no Mapa 4, no qual se destaca fortemente o alto grau de exclusão presente nos setores Leste e Norte da cidade¹⁶.

¹⁴ SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia e uma geografia crítica*. São Paulo: Edusp, 2002. [1978]

¹⁵ Cf. SOBARZO, Oscar. *A segregação socioespacial em Presidente Prudente: análise dos condomínios horizontais*. Presidente Prudente, 1999a. 213 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP (especialmente o Capítulo 3); SOBARZO, Oscar. El poder municipal y la estructuración del espacio urbano: el caso de Presidente Prudente. *Revista de Geografía Norte Grande*, Santiago de Chile, v. 26, p. 85-96, 1999b.

¹⁶ O Mapa de Inclusão/Exclusão Social foi elaborado pelo Grupo de Pesquisa Sistema de Informação e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas (SIMESPP) da UNESP de Presidente Prudente e corresponde ao mapa síntese de um total de 66 indicadores analisados. Para maiores detalhes Cf. SPOSITO, Eliseu Savério (coord.). *Atlas da inclusão/exclusão social de Presidente Prudente*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, SIMESPP, 2003. 1 CD-ROM.

MAPA 4
PRESIDENTE PRUDENTE:
INCLUSÃO / EXCLUSÃO SOCIAL (2003)



Para compreender essa estruturação, é fundamental observar a ação do poder público municipal. No item anterior, vimos a atuação das administrações nos primeiros anos da cidade, caracterizada pelo coronelismo e pelo populismo. No entanto, foi principalmente a partir da década de 1970 que se consolidaram as ações mais importantes para entender a atual estruturação do espaço urbano prudentino.

Primeiramente, na década de 1960, aconteceu a regularização dos loteamentos irregulares produzidos na fase do populismo, incentivada, segundo Sposito (1990, p. 51)¹⁷, por uma onda de “moralização” pós Golpe Militar orientada a ampliar a capacidade de arrecadação do município.

Na década de 1970, a chegada ao poder das administrações denominadas “empresariais” significa a implantação de duas políticas principais com grandes impactos no espaço urbano: o aumento do perímetro urbano e o aumento dos impostos territoriais (SPOSITO, 1983, p. 203).

O aumento do perímetro urbano foi fundamental para a materialização de uma política habitacional orientada para a implantação de loteamentos populares periféricos em áreas descontínuas ao núcleo compacto da cidade, mal equipadas e sem a provisão de serviços necessários. Concomitantemente, essa ação provocou a valorização das áreas que, com relação à nova periferia criada, passaram a possuir uma posição mais central, gerando um forte processo especulativo. Por outro lado, o aumento dos impostos territoriais muitas vezes desencadeou ações de redistribuição da população que não conseguia pagar os novos tributos e que teve que sair dos bairros em que habitava para outros mais baratos e periféricos (SPOSITO, 1983).

Em síntese, essas ações contribuíram para acentuar a diferenciação social no espaço urbano de Presidente Prudente e aumentar a segregação socioespacial na cidade. Neste ponto, queremos abrir um espaço para uma discussão dos termos segregação socioespacial e fragmentação urbana, mais especificamente para estabelecer por que utilizamos o primeiro e não o segundo em nossas análises.

¹⁷ SPOSITO, Eliseu Savério. *Produção e apropriação da renda fundiária urbana em Presidente Prudente*. São Paulo, 1990. 156 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Letras e Ciências Humanas, USP.

Além das limitações da Escola de Chicago, com a qual o termo segregação urbana ganha notoriedade, entendemos que a segregação representa a exacerbação da diferenciação que caracteriza a cidade. Essa diferenciação social expressa no espaço urbano em áreas que concentram majoritariamente um segmento específico da população em detrimento dos outros daria lugar à segregação. Mas é importante mencionar que não se trata somente de um aspecto estatístico ou de um exercício matemático, pelo contrário, a segregação socioespacial implica em um rompimento das relações que a diversidade e a complexidade urbanas propiciam. Como aponta Lefebvre (1999b, p. 124)¹⁸, a negação das diferenças e das relações sociais, do diálogo e da comunicação, que implica a segregação, leva ao rompimento das relações, complica e destrói a complexidade.

Como aponta Sposito (1996)¹⁹:

A segregação espacial [...] pode, então, ser compreendida como resultado de um processo de diferenciação que se desenvolve ao extremo e que leva, na cidade, ao rompimento da comunicação entre as pessoas, da circulação entre os sub-espacos, do diálogo entre as diferenças [...]. (SPOSITO, 1996, p. 74)

Considerando o desenvolvimento do conceito segregação e as influencias recebidas do Urbanismo Progressista defensor da monofuncionalidade e da segmentação residencial, embora a segregação possa ser analisada em diversas escalas, a sua leitura no espaço urbano relaciona-se mais a grandes áreas ou, como aponta Villaça (1998, p. 142)²⁰, a “diferentes regiões ou conjuntos de bairros”. Nesse sentido, nos últimos anos vem sendo desenvolvido o conceito de “fragmentação urbana” para se fazer referência a uma segregação em pequena escala, que não implica grandes áreas diferentes, mas pequenas áreas fortemente desiguais, muitas vezes multifuncionais e adjacentes entre si, no entanto sem comunicação nem relações.

¹⁸ LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999b. [La révolution urbaine, 1970]

¹⁹ SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas. *Revista de Geografia*, Dourados, n. 4, p. 71-85, set.-dez. 1996.

²⁰ VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

Nesse contexto, o conceito de fragmentação urbana vem sendo tratado como a manifestação espacial da fragmentação social produzida no marco das transformações econômicas mundiais, após a década de 1970. Salgueiro (1998)²¹ define a fragmentação urbana como:

Organização territorial marcada pela existência de enclaves territoriais distintos e sem continuidade com a estrutura socioespacial que os cerca. A fragmentação traduz o aumento intenso da diferenciação e a existência de rupturas entre os vários grupos sociais, organizações e territórios. (SALGUEIRO, 1998, p. 39)²²

A cidade fragmentada é apresentada como diversa e posterior, no processo de urbanização, à cidade segregada (funcional e socialmente), sobre a qual, em geral, é possível afirmar que prevalecia uma organização em grandes áreas diferenciadas. Pelo contrário, na cidade fragmentada, mostram-se rupturas e justaposições, implantações pontuais que não desenvolvem relações com as adjacências, um *patchwork* ou manta de retalhos, em oposição às grandes áreas da segregação.

Prévôt Schapira (2000)²³ desenvolve uma linha de raciocínio similar, já que faz contraponto à antiga visão dual da cidade dividida em centro-periferia (riqueza versus pobreza), com a cidade fragmentada, na qual a polarização crescente entre pobres e ricos, e o recuo das classes médias, no marco da reestruturação globalizante, configuram um tecido urbano, no qual a posição social não determina a posição geográfica, gerando-se uma estruturação em arquipélago, com fortes lógicas de separação e novas fronteiras urbanas.

Nas análises realizadas pelas autoras citadas, depreende-se que a fragmentação é um fenômeno que se manifesta, principalmente, nos espaços metropolitanos mais influenciados pelas dinâmicas da globalização.

²¹ SALGUEIRO, Teresa Barata. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. *Território*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 39-53, jan.-jun. 1998.

²² A mesma autora, em obra posterior (SALGUEIRO, 2001, p. 116) define quatro características das cidades fragmentadas: território policêntrico, presença de áreas mistas, surgimento de enclaves socialmente dissonantes e aumento da falta de solidariedade com o entorno próximo. (Cf. SALGUEIRO, Teresa Barata. *Lisboa, periferia e centralidades*. Oeiras: Celta, 2001).

²³ PRÉVÔT SCHAPIRA, Marie-France. Segregación, fragmentación, secesión. Hacia una nueva geografía social en la aglomeración de Buenos Aires. *Economía, Sociedad y Territorio*. Toluca – México, v. 2, n. 7, p. 405-431, 2000. Disponível em: <<http://www.cmq.edu.mx/documentos/Revista/revista7/est72.pdf>>. Acesso em 1 jul. 2003.

Segundo Sposito (2003)²⁴, o processo de fragmentação urbana circunscreve as práticas socioespaciais dos segmentos sociais a setores da cidade específicos. No caso de segmentos de rendas médias e altas, suas práticas se restringem aos setores da cidade em que prevalecem a distinção e a homogeneidade socioeconômica. Outra característica apontada pela autora é “a reversão da tendência anterior de separação ou especialização funcional em larga escala, substituída pela proposta de implantação que propicia proximidade entre o uso residencial e os equipamentos comerciais e de serviços, gerando, portanto, a mistura”; contudo, a separação, apesar da proximidade física, continua existindo do ponto de vista social.

Completando essa análise, podemos apontar algumas diferenças entre fragmentação e segregação. Segundo Sobarzo e Sposito (2003, p. 41)²⁵, podemos considerar a segregação socioespacial como um processo que, ao produzir novas formas de *habitat* urbano claramente representativas do interesse da separação ou isolamento dos segmentos sociais de maior poder aquisitivo, no interior dos espaços urbanos atuais, gera a fragmentação urbana expressa: a) objetivamente, pela cisão do tecido urbano, pelos muros edificados ou pela descontinuidade do tecido resultante da localização dessas novas áreas urbanas, e, b) subjetivamente, pelas dificuldades decorrentes de construção de uma representação social da cidade como unidade, já que parcelas do seu território estão interditas à circulação e à apropriação de parte de seus habitantes.

No começo desta pesquisa, a hipótese levantada apontava a desvalorização dos espaços públicos e a sobrevalorização do privado como elementos que contribuem para o aumento da fragmentação da cidade, a qual pode ser verificada morfológicamente na configuração da estrutura urbana, mas também no rompimento das relações entre as diferenças que a habitam. É neste último aspecto que os espaços públicos poderiam servir para a leitura da fragmentação urbana em Presidente Prudente, já que se verifica a

²⁴ SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *A cidade dentro da cidade: uma Edge City em São José do Rio Preto. Scripta Nova (Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales)* – Universidad de Barcelona, v. VII, n. 146 (045), agosto 2003. Disponível em: <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(045\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(045).htm)>. Acesso em: 7 abr. 2004.

²⁵ SOBARZO, Oscar; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Urbanizaciones cerradas: reflexiones y desafíos. *Ciudades, Puebla* (México), Red Nacional de Investigación Urbana, n. 59, p. 37-43, jul.-sept. 2003.

materialização de espaços orientados a segmentos sociais específicos – por exemplo, em alguns bairros periféricos pobres – sem a intenção de contribuir para as relações entre os grupos; e, por outro lado, a constatação da emergência de espaços privados para uso coletivo ou a privatização de espaços públicos orientados, principalmente, a grupos de renda alta e média-alta, indicam um processo de irrupção e valorização da vida privada por sobre a pública.

Contudo, consideramos que a adoção do conceito de fragmentação urbana merece alguma discussão para o caso de Presidente Prudente. A estruturação do espaço urbano prudentino não comporta, totalmente, a idéia da fragmentação e sim a da segregação. Estamos longe do *patchwork* e mais perto das grandes áreas de segregação socioespacial. Nesse sentido, parece mais adequado ler nos espaços públicos da cidade **uma dinâmica de transformação** – nunca de morte – **orientada à segmentação, com pouca presença da diferença**. Tampouco se deve pensar que a cidade, anteriormente, oferecia espaços que integravam a todos os segmentos sociais, mas hoje se verifica a renúncia de uma parcela da população à cidade aberta (ou a uma parte dela) e, nesse sentido, toda a cidade e o espaço público sentem essa influência.

Finalmente, é necessário destacar que a análise anterior da **fragmentação urbana** refere-se principalmente a uma **forma de estruturação do espaço urbano**: a cidade fragmentada, a qual, segundo a nossa avaliação, não é possível se observar em Presidente Prudente, na atualidade, nos mesmos termos em que vem se discutindo a aplicação desse conceito para os espaços metropolitanos. Por outra parte, devemos diferenciar o **processo de fragmentação do espaço** que é uma dinâmica global, presente tanto nas metrópoles como em cidades grandes, médias e pequenas, ligado à condição de mercadoria do solo urbano, recortado e vendido aos pedaços, que tem seus efeitos também no plano do vivido. Como aponta Carlos (1996)²⁶:

[...] a produção do espaço deve ser entendida sob uma dupla perspectiva, ao mesmo tempo que se processa um movimento que constitui o processo de mundialização da sociedade urbana

²⁶ CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

produzindo, como decorrência, um processo de homogeneização do espaço, produz-se e acentua-se o processo de fragmentação tanto do espaço quanto do indivíduo. Este processo se manifesta no plano do vivido, no lugar onde se desenrola a vida humana. (CARLOS, 1996, p. 59)

Contudo esse processo, embora seja global, não se produz nos mesmos termos em todos os locais, ou seja, produz-se de maneira desigual; assim as “especificidades referentes a tempos e lugares diferentes são fundamentais para seu entendimento” (CARLOS, 1996, p. 60). Nesse contexto, podemos pensar que o **processo de fragmentação do espaço** é capaz de gerar uma **nova forma urbana** – a cidade fragmentada – nos espaços metropolitanos e nas grandes cidades, enquanto nas cidades médias esse processo ainda está em curso.

Considerando a cidade que estamos analisando, preferimos usar o termo **segmentação** para destacar que o processo de fragmentação ainda está em curso e, por tal, não se expressa numa forma urbana tipicamente fragmentada, assim como já ocorre na metrópole. Por isso, consideramos que o termo segmentação ajuda a distinguir o processo de fragmentação nas cidades médias.

* * *

A caracterização do espaço urbano de Presidente Prudente apresentada resumidamente neste capítulo deve ser entendida como uma contextualização das análises que apresentaremos no decorrer deste trabalho. Nesse sentido, nosso interesse é resgatar que apesar da origem da cidade, orientada por um plano urbano cartesiano que impôs a Lei de Terras para a criação de novos povoados, a herança colonial de uma tortuosa relação entre o público e o privado vai se manifestar em toda a história prudentina. O espaço urbano assim produzido se apresenta hoje desigual e segregado. Nos capítulos seguintes, tentaremos demonstrar que, por meio do prisma da produção dos espaços públicos, pode ser entendido esse espaço desigual, especialmente quando considerada a segmentação das práticas socioespaciais.

CAPÍTULO 2:

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E A DOMINAÇÃO POLÍTICA

Y con tanto embeleco de faroles y baldosas postizas, con todo ese aparataje renovador que va puliendo la ciudad, sacándole el piñén y cementando sus costras históricas con un recauchutado esplendor, que transforma la vieja Plaza de Armas en un siútico paseo ideado por el alcalde. El ingenioso edil que soñó [...] una moderna escenografía de plaza pública, un espacio cívico limpio de todo el colorido tráfico, que hasta hace un tiempo llenaba de brillo vital ese centro [...].

E com tanta artimanha de faróis e baldosas postiças, com tudo esse aparato renovador que vai polindo a cidade, tirando a sujeira e cimentando suas crostas históricas com um recauchutado esplendor, que transforma a velha Praça de Armas num sofisticado passeio ideado pelo prefeito. O engenhoso prefeito que sonhou [...] uma moderna cenografia de praça pública, um espaço cívico limpo de todo o colorido tráfico, que até um tempo enchia de brilho vital esse centro [...].

(Da crônica “La Plaza de Armas (O el fin de un populoso rondar)” do escritor chileno Pedro Lemebel, publicada no livro *Zanjón de la Aguada*. 3. ed. Santiago: Planeta, 2003.)

Como indicamos na Introdução, baseados em Henri Lefebvre e Ana Fani Alessandri Carlos, centraremos a nossa abordagem teórico-metodológica sobre os espaços públicos de Presidente Prudente na perspectiva da produção do espaço como reprodução das relações sociais. Nesse sentido, analisaremos o espaço público em três níveis de análise articulados entre si: dominação política, acumulação de capital e realização da vida humana.

Neste capítulo, abordaremos o primeiro desses níveis, ou seja, analisaremos as relações entre espaço público e dominação política. Desde já, afirmamos que os três níveis da produção do espaço identificados estão totalmente relacionados entre si, sendo difícil a sua separação, o que fazemos neste texto, somente com o objetivo de facilitar a organização e a exposição das idéias, assim como a sua compreensão. Também indicamos que não temos a intenção de definir “público” ou “espaço público” num parágrafo ou numa linha, pois consideramos mais importante indicar uma possível abordagem teórico-conceitual para a análise do espaço público, a partir da Geografia, até porque analisar o público, necessariamente, implica em ver a sua relação e a sua invasão pelo privado e, nessa perspectiva, uma definição perde importância como objetivo em si.

Nesse contexto, as análises apresentadas neste capítulo abordam três pares relacionais: em primeiro lugar, espaço e dominação política; num segundo momento, ações de dominação do poder municipal e espaço público; e, finalmente, elites locais e dominação política, na perspectiva do espaço público.

2.1 Espaço, poder e dominação

O espaço envolve o poder e o poder significa controle e dominação. Como aponta Lefebvre (1992, p. 349)¹, o espaço possui a característica de ser “politicamente instrumental, facilitando com isso o controle da sociedade”, mas essa dimensão tende a ser disfarçada, já que “assume uma aparência externa de neutralidade, de insignificância, de destituição semiológica e de vazio (ou ausência)”. Assim,

¹ LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1992. [Production de l'espace, 1974]

O espaço está se tornando a estaca principal de ações objetivas e de lutas. Ele sempre foi, claramente, o reservatório de recursos e o meio no qual estratégias são aplicadas, mas agora se tornou algo mais que o teatro, a arena neutra ou o cenário da ação. O espaço não elimina os outros materiais ou recursos que desempenham um papel na arena sociopolítica, sejam eles matérias-primas ou os mais acabados produtos, sejam eles negócios ou “cultura”. Até certo ponto, ele os traz todos juntos e logo, de certo modo, os substitui por cada fator separadamente. O resultado é um vasto movimento em termos do qual o espaço já não pode ser olhado como uma “essência”, como um objeto distinto do ponto de vista dos (ou em comparação com os) “sujeitos”, como respondendo a uma lógica de si próprio. Nem pode ser tratado como resultado ou resultante, como um efeito empiricamente verificável de um passado, uma história ou uma sociedade. É o espaço um meio? Um ambiente? Um intermediário? É indubitavelmente tudo isso, mas seu papel é menos e menos neutro, mais e mais ativo, simultaneamente como instrumento e como objetivo, como meio e como fim. Limitar isso para algo tão estreito como uma categoria, como isso de “meio”, é em consequência tristemente inadequado. (LEFEBVRE, 1992, p. 410-411, tradução nossa)

Nesse sentido, o espaço deve ser lido e compreendido em sua complexidade, produto de múltiplos processos e influenciando-os. Por exemplo, considerar uma praça somente na sua dimensão de local que permita o lazer da população, ou ambiente que ajude na beleza da cidade, ou meio que possibilite a renovação do ar (pulmão-verde), constitui uma abordagem limitada. A praça é um espaço público que cumpre essas funções, mas também pode ser uma “obra” que o prefeito inaugure com festa e cobertura da imprensa, ou que pode receber monumentos (símbolos) que passem uns certos significados, ou receber um nome que homenageie alguém ou alguma data ou acontecimento; aspectos que potencialmente criem ou reproduzam mecanismos de dominação ou controle político, como consolidar a imagem de um prefeito como “tocador de obras”, ou passar para o imaginário coletivo certos personagens ou fatos que pouco tenham a ver com o cotidiano das pessoas que usufruam desses espaços.

A compreensão da relação entre o espaço e a dominação política e o poder no Brasil passa pelo entendimento do processo de constituição da propriedade da terra – privada e pública – no marco da transição do Brasil Colonial ao Brasil Republicano, em meados do século XIX. De fato, a

institucionalização da propriedade nos padrões da Lei de Terras de 1850 transfere à terra, ao detentor da sua propriedade, poder, não somente econômico, mas também político.

Martins (1981)² analisa esse processo no contexto da passagem de uma sociedade escravocrata para uma sociedade de trabalho livre. Na primeira, a terra não representava o patrimônio porque existia o direito à sua ocupação, mas não à sua propriedade; assim, o patrimônio estava determinado em função da propriedade de escravos. A transição para uma sociedade de trabalho livre exigiu que se assegurasse o patrimônio dos beneficiários de sesmarias, transferindo para a propriedade da terra essa condição.

A renda capitalizada no escravo transformava-se em renda territorial capitalizada: num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa. (MARTINS, 1981, p. 32)

A propriedade capitalista da terra permitiu o acesso ao sistema bancário, antes determinado pela propriedade de escravos, mas também “assegurava ao fazendeiro a sujeição do trabalho”, visto que os trabalhadores livres – colonos imigrantes – deviam trabalhar nas fazendas antes de se transformarem em proprietários (MARTINS, 1981, p. 74).

Esse processo significou a manutenção e consolidação do poder daqueles que possuíam terras. Paralelamente, outras ações se dirigiram nessa mesma direção e ajudaram a criar um Estado não igualitário, clientelista e patrimonialista.

Nesse contexto, se retrocedermos até os séculos XVI e XVII, veremos que o rei delegava aos homens bons (sem mácula de sangue nem de ofício) parte de sua autoridade, o que possibilitava a administração das vilas e municípios.

República era, pois, sinônimo de coisa pública administrada pela assembléia dos particulares, isto é, dos súditos. Contraditoriamente, no fundo, era público o que não era do rei, isto é, do Estado. E que estava, portanto, sob a administração dos agentes do privado. (MARTINS, 1994, p. 24)³

² MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 2. ed. São Paulo: LECH, 1981.

³ MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

Em troca, a Coroa exigia o pagamento de tributos, a organização de expedições de guerra aos índios, a construção de caminhos e pontes etc.

Portanto, as relações entre o vassalo e o rei ocorriam como troca de favor. A lealdade política recebia como compensação retribuições materiais, mas também honrarias, como títulos e privilégios, que, no fim, resultavam em poder político e, conseqüentemente, em poder econômico. (MARTINS, 1994, p. 23, grifo do autor)

No século XVIII, a organização de entidades militares por município – as chamadas companhias de ordenanças –, que atuavam em nome do Rei e por delegação do rei, consolidaram essas relações. Assim, quando se produz a Independência e é criada a Guarda Nacional – como uma ampliação da estrutura das companhias de ordenanças – o sistema adapta-se às novas condições políticas e mantém os antigos privilégios.

[...] o que de fato aconteceu foi a captura do poder central pelos municípios e sua tradição oligárquica e patrimonial. [...] Com a Independência, esse poder acrescido e organizado politicamente pelo absolutismo no período colonial, retornou ao controle dos potentados rurais e locais. Eles se tornaram os guardiães do Estado nacional nascente e, portanto, a fonte de legitimidade política do novo país. (MARTINS, 1994, p. 26-27)

O que surge desse processo é:

[...] um Estado não igualitário e patrimonial, mutilado por uma categoria povo bem distinta da do Estado moderno, porque povo estamentalmente dividido entre grupos sociais com direitos desiguais, além daqueles que não tinham nenhum direito, que eram os escravos, de modo algum incluídos na categoria povo. (MARTINS, 2000, p. 27)⁴

Temos, então, um panorama em que a propriedade da terra significa poder econômico e político, privilégios dentro de uma escala social diferenciada. Mas também temos um panorama em que público e privado se misturam, convivem de forma conflituosa, invadem-se mutuamente, porque, numa sociedade moldada na troca de favor e no clientelismo, não basta a distinção legal para separar ambas as esferas.

⁴ MARTINS, José de Souza. As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil. In: _____. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e historia na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 17-54.

Nesse sentido, segundo Martins (1994),

[...] no Brasil a distinção entre o público e o privado nunca chegou a se constituir, na consciência popular, como distinção de direitos relativos à pessoa, ao cidadão. Ao contrário, foi distinção que permaneceu circunscrita ao patrimônio público e ao patrimônio privado. Portanto, *uma distinção relativa ao direito de propriedade e não relativa aos direitos da pessoa*. Mesmo aí, distinção que nunca ganhou clareza e contornos nítidos. (MARTINS, 1994, p. 21-22, grifo do autor)

Essa falta de diferenciação clara do público e do privado significa, do ponto de vista da dominação política, a invasão da esfera do público pelo privado, no intuito de reproduzir, ampliar e/ou consolidar as relações de poder.

Desse modo, trazendo as análises anteriores para o espaço, no que se refere à produção do espaço urbano, também observamos uma difícil e tensa relação entre público e privado, especialmente quando analisadas as articulações entre o poder municipal e as elites locais, que tendem a se confundir e identificar em benefício dos detentores do poder. A seguir, tentaremos desenvolver essa linha de análise.

2.2 Poder municipal, espaço público e dominação

Como já foi ressaltado no capítulo anterior, a idéia do poder municipal como zelador dos interesses coletivos deve ser assumida como um ideal não cumprido ou, pelo menos, não cumprido totalmente. Em geral, a ação do poder municipal mostra uma mistura de interesses públicos e privados – que pode ir dos interesses próprios do prefeito até os interesses de grupos locais dominantes.

No processo de produção do espaço urbano, essa mistura de interesses, que pode ser lida como interesses em conflito, manifesta-se claramente. Como aponta Carlos (2001, p. 29)⁵, o espaço “se revela como instrumento político intencionalmente organizado”, manipulado pelo Estado, nas mãos de uma

⁵ CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-Tempo na Metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

classe dominante. Segundo Lefebvre (1976, p. 42)⁶, essa classe dominante dispõe de um duplo poder sobre o espaço: em primeiro lugar, através da propriedade privada do solo e, em segundo lugar, através da ação do Estado, representante dos seus interesses.

A ação do Estado – por intermédio do poder local – ao intervir no processo de produção da cidade reforça a hierarquia de lugares, criando novas centralidades e expulsando para a periferia os antigos habitantes, criando um espaço de dominação. (CARLOS, 2001, p. 15)

Esse espaço de dominação caracteriza-se por servir aos interesses do Estado de se apresentar como redutor das contradições, mesmo que somente no plano das aparências, porque a contradição é um aspecto marcante da sociedade capitalista e do espaço produzido por ela. Assim, Lefebvre (1992, p. 365-366) alerta-nos que o espaço do poder procura manter um aspecto de unidade e homogeneidade, mantendo unido o que está desunido, ligado o que está separado; o espaço mantido ao mesmo tempo afastado e próximo, apesar da heterogeneidade e das contradições que são representadas, como destacado na citação anterior, na hierarquia dos lugares e nas novas centralidades.

Nesse contexto, em termos gerais, podemos afirmar que a relação entre o poder municipal, o espaço urbano e a dominação política pode ser analisada em duas perspectivas: a primeira corresponde ao **poder no espaço** e a segunda ao **poder do espaço**.

O exercício do poder para o controle do espaço (**poder no espaço**) inclui a capacidade de definição/modificação das normativas legais de uso e ocupação do solo, as definições sobre política tributária, a implementação de infraestrutura, serviços e investimentos. Esse controle do espaço deve ser entendido como um controle da sociedade com vistas à dominação política. Nesse sentido, um exemplo claro corresponde às ações implementadas, a partir de 1980, pelas administrações municipais de Presidente Prudente, orientadas à implantação de loteamentos

⁶ LEFEBVRE, Henri. *Espacio y política: el derecho a la ciudad II*. Barcelona: Península, 1976. [Espace et politique. Le droit à la ville, II, 1972]

populares. Os trabalhos de Souza (1992, 2001)⁷, Torrezan (1992)⁸, Carvalho e Ismael (1994)⁹, Araújo et al (1996)¹⁰, Carvalhal (1996)¹¹ e Jordão (1996)¹² mostram como a implementação de conjuntos habitacionais em áreas distantes do núcleo urbano desprovidas de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos obedeceu à intenção do poder municipal de orientar o crescimento da cidade e favorecer, com ele, certos proprietários fundiários, mediante a valorização de terrenos mais centrais ou terrenos vizinhos às novas áreas recém urbanizadas; contudo, essa política, que foi apresentada como uma ação orientada a diminuir o déficit habitacional da cidade, teve claros fins eleitorais, veiculados por um discurso que se apresentava como exemplo da preocupação das administrações públicas pelos problemas sociais. (Mapa 5)

Essa política urbana demonstra claramente como o poder municipal tende à defesa dos interesses de classe – da classe dominante –, já que, como aponta Lefebvre (1992, p. 383), o Estado tem a capacidade de se fixar e de dominar a sociedade, bem como a habilidade de intervir no espaço. Nessa perspectiva, o poder no espaço – ações do poder municipal no espaço – deixa as suas “marcas” e o espaço urbano “reflete” essas relações de poder.

⁷ SOUSA, Silvia Aparecida de. *Políticas de Estado e a questão da moradia em Presidente Prudente*. Presidente Prudente, 1992. 79 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP; FERNANDES, Silvia Aparecida de Souza. *Políticas habitacionais em Presidente Prudente*. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Textos e contextos para a leitura de uma cidade média*. Presidente Prudente: PPGG FCT/UNESP, GASPERR, 2001. p. 157-182.

⁸ TORREZAN, Rosiane Moraes. *Reestruturação da cidade: localização de conjuntos habitacionais, estrutura e crescimento em Presidente Prudente*. Presidente Prudente, 1992. 91 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

⁹ CARVALHO, Aparecida Simoni; ISMAEL, Luciane. *Um estudo sobre o processo de favelização na cidade de Presidente Prudente: na busca de um sentido*. Presidente Prudente, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, 1994. 189 f. (Trabalho Acadêmico).

¹⁰ ARAÚJO, Iracema Magalhães et al. *Planejamento urbano e conjuntos habitacionais: o caso Ana Jacinta*. Presidente Prudente, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, 1996. [não paginado]. (Trabalho Acadêmico).

¹¹ CARVALHAL, Marcelo Dornelis. *Qualidade de vida e consciência ambiental no bairro Brasil Novo - Presidente Prudente/SP*. Presidente Prudente, Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, 1996. 37 f. (Trabalho Acadêmico).

¹² JORDÃO, Ermelinda Ruani. *A política de desfavelamento no município de Presidente Prudente-SP*. Presidente Prudente, 1996. 48 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

MAPA 5
PRESIDENTE PRUDENTE:
LOTEAMENTOS POPULARES (1997)



LEGENDA

- Conjuntos Habitacionais
- Lotes Urbanizados
- Centro
- Parque do Povo
- Estrada de ferro



CONJUNTOS HABITACIONAIS

1. Vila Liberdade (1968)
2. COHAB (1979)
3. INOCOOP (1979)
4. Parque Alexandrina (1980)
5. Jardim Itatiaia (1980)
6. Parque Bandeirantes (1980)
7. Parque Cedral (1980)
8. Parque Watal Ishibashi (1980)
9. Jardim Jequitibás (1981)
10. CECAP (1982)
11. Jardim Mediterrâneo (1987)
12. Jardim Itapura (1988)
13. Jardim Cambuci (1990)
14. Jardim Santa Paula (1990)

15. Jardim Vale do Sol (1990)
16. Brasil Novo (1990)
17. Sítio São Pedro (1991)
18. Ana Jacinta (1992)
19. Mário Amato (1992)
20. Jardim Maracanã (1997)

- LOTES URBANIZADOS (*)**
21. Parque Shiraiwa (1990)
 22. Jardim Marisa (1992)
 23. Jardim Morada do Sol (1992)
 24. Jardim Humberto Salvador (1995)
 25. Parque José Rotta (1996)
- (*) Principais projetos

Base digital: SIMESPP - 2001.
Fonte: FERNANDES, 2001.
Des.: Oscar Sobarzo.

A data corresponde ao ano de aprovação do loteamento.

Numa outra perspectiva, temos o **poder do espaço**, ou seja, o espaço produzido nas suas desigualdades e contradições possui a capacidade de facilitar ou dificultar o processo de dominação política. O programa de loteamentos populares pode servir de exemplo, novamente: a criação de novas áreas residenciais para servir de redutos eleitorais em troca da “generosidade” do poder municipal facilitaria a dominação para os detentores do poder, mas os loteamentos deficitários de serviços e de infraestrutura criam condições favoráveis à organização da população e à reivindicação de melhorias. Assim, essa dominação pode ser mesmo questionada a partir do espaço e de suas características, no núcleo do processo da sua produção.

Essa situação nos remete ao conflito que se produz no espaço entre a dominação e a apropriação, ou seja, entre as tendências normativas da dominação e as tendências subversivas surgidas do uso e apropriação do espaço. Embora a dominação, ao que parece, tenda a ganhar essa batalha, como aponta Lefebvre (1992, p. 166), “não significa que a apropriação desapareça, isso não pode: prática e teoria continuam proclamando a sua importância e exigindo a sua restituição”¹³.

No caso específico do espaço público, é possível afirmar que a sua relação com o poder municipal é direta, já que este exerce o seu domínio – do ponto de vista legal –, constituindo-se, por excelência, no espaço da intervenção do poder público. Assim, o espaço público – especificidade – reflete as tensões do processo de produção do espaço urbano – totalidade –, bem como reflete os múltiplos conflitos de interesses que, geralmente, se resumem como conflitos público↔privado.

Um exemplo claro dessa dinâmica é o rebaixamento das guias e sarjetas nas ruas da cidade. A legislação urbana define uma porcentagem máxima para esse rebaixamento¹⁴, mas é normal, especialmente em frente aos estabelecimentos comerciais e de serviços, a prática do rebaixamento total, seja de forma ilegal, por meio da transgressão à norma vigente, ou legal, através da solicitação às autoridades locais, de exceção à norma. O interesse público de

¹³ No capítulo 4, voltaremos ao tema da apropriação.

¹⁴ Segundo o artigo 153 da Lei Complementar N° 033/96, o rebaixamento de guia não poderá exceder a 50% da testada do imóvel, respeitando um limite máximo de 30 metros.

resguardar a calçada como espaço privilegiado para o pedestre ou, ainda, da rua como espaço para o estacionamento do veículo de qualquer cidadão entra em conflito com o interesse privado dos donos dos pontos comerciais em dispor de estacionamentos para seus clientes; no meio desse conflito, o espaço público se vê afetado (Fotografias 1 e 2). O próprio poder legislativo atua legalizando as práticas que expressam apropriação privada dos espaços públicos, pois em levantamento das matérias apreciadas nas sessões do Conselho Municipal de Planejamento para os anos 1999 e 2000, chamou atenção a recomendação freqüente à aprovação de projetos aumentando o percentual de rebaixamento de guias e sarjetas e diminuindo a exigência de vagas de estacionamento em 50%.

O espaço público também apresenta outras “marcas” desses conflitos de interesses, às vezes produzidos pela disputa do poder, como dois exemplos podem ilustrar. No primeiro mandato do atual prefeito Agripino Lima (1993-1996), foram eliminadas da paisagem urbana todas as marcas que seu antecessor na Prefeitura (Paulo Constantino) deixou nos espaços públicos criados ou modificados na sua administração, que representavam sua idéia de desenvolvimento urbano “40 anos em 4”¹⁵. O segundo exemplo refere-se às cores que são adotadas para caracterizar as diferentes administrações; no caso da atual, a cor é o verde claro – mesma cor característica da universidade de propriedade da família do prefeito – que tem sido a cor “oficial” de Presidente Prudente.

Outra dimensão da relação entre o espaço público e o poder municipal corresponde ao uso desse espaço com fins eleitorais. A inauguração e re-inauguração de calçadas, parques e praças – além de outras obras, serviços ou equipamentos públicos – dificilmente são realizadas como se essas ações fossem consideradas próprias e cabíveis à administração municipal. Pelo contrário, as obras são apresentadas como corporificação da preocupação e da capacidade especial da autoridade. Assim, a obra fica personalizada e o voto fica comprometido, reproduzindo as relações de patrimonialismo e clientelismo que perpassam a sociedade brasileira desde tempos coloniais.

¹⁵ Trata-se de um logotipo, que exprimia a idéia de 40 em 4, que era fundido em cimento e implantado nos espaços públicos como “mobiliário urbano” ou grafado em placas ou fachadas de edificações.



Fotografia 1: Rebaixamento total da guia frente a estabelecimento comercial na avenida Washington Luiz (outubro de 2004)



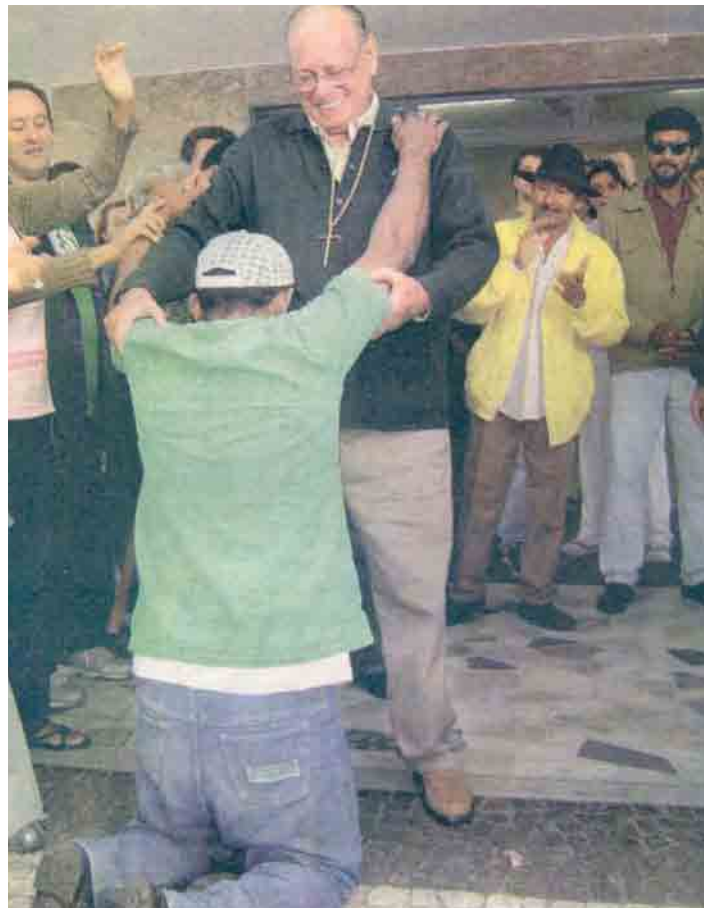
Fotografia 2: Rebaixamento total da guia frente a serviço médico na avenida Washington Luiz (outubro de 2004)

Ao estudar cidades pequenas e médias, essas relações parecem ficar mais claras ou pelo menos são mais evidentes, pela forte concentração do poder e/ou pela maior visibilidade que ele pode ter. Em Presidente Prudente, essa afirmação confirma-se ao se analisar o atual prefeito – Agripino Lima (PTB) –, que é o patriarca de uma família que, além de possuir uma universidade, que inclui um hospital universitário e um colégio, é dona de um canal de televisão, duas rádios, um dos dois jornais diários da cidade. Essa figura política já foi deputado estadual, vice-prefeito, prefeito por dois períodos (1993-1996 e 2001-2004) e foi reeleito para um terceiro mandato (2005-2008); sua primeira esposa foi a vereadora mais votada nas eleições municipais de 2000 e seu filho mais novo é deputado federal pela quarta vez. A cada inauguração ou simplesmente anúncio de uma nova obra – que às vezes nunca é realizada – TV, rádio e jornal, veiculam a informação e ajudam a reforçar a imagem de “tocador de obras” do prefeito.

Essa concentração de poder propicia episódios que demonstram uma clara indefinição entre o que é público e o que é privado. Nesse sentido, podemos relatar os acontecimentos de finais de abril até começos de junho de 2004 pela disputa do controle da Associação Prudentina de Educação e Cultura (APEC), mantenedora da Unoeste, a universidade da família do prefeito Agripino Lima. Uma disputa familiar concentrou a atenção e praticamente parou a cidade, já que o prefeito se dedicou quase exclusivamente aos seus interesses privados orientados a destituir seu filho mais novo (o deputado federal Paulo Lima) da Reitoria da universidade e colocar a sua ex-esposa no cargo. Os dois grupos de interesses da mesma família trocaram acusações, mas da perspectiva da nossa pesquisa interessa destacar que o prefeito, em represália a seu filho, começou a veicular, desde o dia 1º de maio de 2004, as publicações legais da prefeitura no jornal O Imparcial, concorrente do Oeste Notícias controlado pelo deputado. Outra medida que mostra a mistura de interesses públicos e privados correspondeu à troca de dois secretários municipais e do controlador interno da prefeitura que teriam demonstrado fidelidade ao filho do prefeito nessa disputa¹⁶. Finalmente, esse episódio não só

¹⁶ Cf. Jornal Oeste Notícias, “Prefeito exonera dois secretários”, 01/052004, p. 1.3; Jornal O Imparcial, “Plantão”, 01/05/2004, p. 3-A.

ajuda a exemplificar a indefinição do que é público e do que é privado, mas também demonstra como o público parece se concentrar e, finalmente, personificar-se na figura do prefeito (Fotografia 3), remetendo-nos às práticas dos coronéis nos primeiros tempos da criação da cidade.



Fotografia 3: Manifestação de apoio ao prefeito Agripino Lima dos funcionários da Unoeste (junho de 2004)

A seguir, analisaremos três exemplos que mostram mais especificamente a relação entre o poder municipal e o espaço público.

2.2.1 O centro da cidade

O centro de Presidente Prudente, entendido como a “área entre as quatro avenidas”¹⁷, tem a sua gênese ligada diretamente à origem da própria cidade, já que foi seu primeiro núcleo urbano, a Vila Goulart, que surgiu como um loteamento que ajudaria a consolidar o processo de venda de lotes rurais, ao facilitar a implantação de um conjunto de comércios e serviços para os compradores de terras. Segundo Abreu (1972):

A cidade permaneceu como um núcleo sem melhoramentos urbanos até a década de 1930, quando, em função da disciplina fiscal que a Lei Orgânica de Municípios trouxe, foi possível implementar algumas obras. (ABREU, 1972, p. 307-310)

Na materialização dessas obras públicas, os jogos de interesses estiveram fortemente presentes. Nesse sentido, Silva (2000, p. 114)¹⁸ mostra como na implementação das obras públicas foram favorecidos interesses particulares. As melhorias urbanas no centro da cidade favoreceram principalmente os grupos de maior poder aquisitivo e os comerciantes, especialmente com o asfaltamento das ruas, descrito como uma demanda de toda a população, mas com o qual não beneficiou todos os prudentinos. Ainda mais, alguns episódios demonstram que a autoridade pública se beneficiou diretamente com esse processo: “Tarabay [prefeito e comerciante] fez gestões [...] para resolver problemas de infraestrutura básica, como água potável e esgoto”; no caso da instalação da rede telefônica, o prefeito procurou “favorecer seus próprios negócios, pois era o sócio majoritário da firma ‘Tarabay, Sampaio & Cia.’, responsável pela instalação dos serviços em 1947” (SILVA, 2000, p. 112).

Esses fatos levam Silva (2000) a apontar que:

[...] não se acredita na possibilidade da realização das obras públicas ter tido como objetivo único o atendimento a um apelo da população. Não só Tarabay, mas possivelmente os demais prefeitos colocaram nessas realizações interesses dos segmentos aos quais pertenciam, a fim de serem beneficiados. (SILVA, 2000, p. 119)

¹⁷ Av. Washington Luiz, Av. Brasil, Av. Coronel Manoel Goulart e Av. Coronel José Soares Marcondes.

¹⁸ SILVA, Márcia da. *O poder local em Presidente Prudente-SP, o comerciante e suas representações sociais*. Presidente Prudente, 2000. 169 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

Nesse sentido, a constituição da cidade e dos espaços públicos, assim como tínhamos apontado anteriormente, não só obedece ao ideal do interesse coletivo, mas também a interesses particulares. No exemplo que analisaremos a seguir, veremos que esses interesses muitas vezes entram em conflito.

A Rua de Pedestres – ou Calçadão de Presidente Prudente – foi inaugurada no começo da década de 1980, sendo umas das mais significativas intervenções urbanísticas no centro da cidade. O projeto, financiado pelo Programa de Complementação Urbana CURA – Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada –, previa originalmente a construção de dois calçadões paralelos, nas ruas Tenente Nicolau Maffei e Barão do Rio Branco, tendo sido implantado apenas um, na primeira das ruas mencionadas. (Mapa 6)

No decorrer de 2001, a prefeitura anunciou um Programa de Revitalização do centro. As primeiras medidas foram a instalação de um posto policial na praça central – Praça 9 de Julho – e a retirada dos camelôs da mesma, os quais foram instalados numa ampliação do camelódromo já existente na Praça da Bandeira, no outro extremo do calçadão (Fotografias 4, 5, 6 e 7). A revitalização continuaria a partir das propostas elaboradas por uma comissão formada por cinco secretários municipais, os presidentes da Associação Comercial e Industrial (ACIPP) e do Sindicato do Comércio Varejista (Sincovapp), um representante da categoria hoteleira e um arquiteto¹⁹.

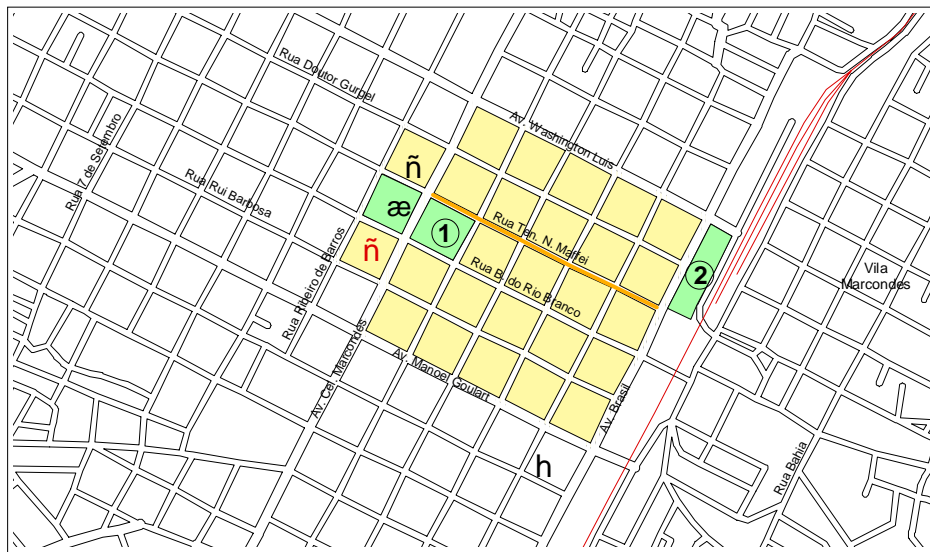
Como ocorre habitualmente na apresentação da intervenção proposta – reforma do calçadão existente (rua Nicolai Maffei) e construção de um novo calçadão (rua Barão do Rio Branco) – levantaram-se as bandeiras da modernidade. Esse aspecto pode ser visto nas manchetes veiculadas pela imprensa local: “*Centro Prudentino terá novo e moderno visual*”²⁰. As reformas propostas, além do novo calçadão, incluíam a remoção de árvores no atual calçadão, construção de estacionamentos subterrâneos, melhora das fachadas e da iluminação, troca do mobiliário urbano e reforço da segurança²¹.

¹⁹ Cf. Jornal Oeste Notícias, “Comissão de revitalização deve ser decretada”, 27/01/2002, p. 1.3.

²⁰ Cf. Jornal Oeste Notícias, 13/03/2002, p. 1.1 e 1.3.

²¹ Cf. Jornal O Imparcial, “Comerciantes debatem a revitalização do centro”, 13/03/2002, p. 1.A e 2.B.











MAPA 6
PRESIDENTE PRUDENTE:
ÁREA CENTRAL (2004)



100 0 100 200 m.



LEGENDA

- | | |
|---|--|
|  Núcleo original - Vila Goulart (1919) |  Praças |
|  Calçada |  Praça Monsenhor Sarrion (Catedral) |
|  Estrada de ferro |  Praça 9 de Julho |
|  Prefeitura e Câmara Municipal |  Praça da Bandeira (Camelódromo) |
|  Procuradoria do Estado |  Terminal de Ônibus Urbanos |



Bae e digital: SIMESPP - 2001
 Org.: Oscar Sobarzo.



Oscar Sobrinho

Fotografia 4: Posto da Polícia Militar na Praça 9 de Julho (julho de 2001)



Oscar Sobrinho

Fotografia 5: Camelôs na Praça 9 de Julho (julho de 2001)



Fotografia 6: Praça 9 de Julho sem camelôs (setembro de 2004)



Fotografia 7: Camelódromo na Praça da Bandeira (julho de 2001)

Após discussão das propostas pelos comerciantes, ficou evidente a divisão deles em dois grupos: os que apoiavam a idéia do novo calçadão e os contrários à mesma. A construção do novo calçadão passou a ser defendida pela prefeitura, pela câmara de vereadores e, segundo o jornal ligado à família do prefeito Agripino Lima, pela maioria dos comerciantes²². De forma contrária, o jornal do grupo político local adversário do prefeito noticiou que um grupo de 50 comerciantes estava se organizando contra a proposta²³. Ainda mais, veiculou, em seu editorial de 14 de abril de 2002, uma crítica à idéia de um novo calçadão, manifestando-se favorável à melhoria da atual rua de pedestres antes de fazer uma outra. Nos dias posteriores, a disputa continuou e o prefeito manteve a sua decisão de construir o novo calçadão, apoiado, supostamente, pela maioria dos comerciantes²⁴.

Depois de dois meses, a prefeitura desistiu da proposta alegando que a cidade tinha outras prioridades. Segundo um assessor do prefeito: *“Esse assunto (calçadão) será deixado de lado até porque a maioria dos comerciantes é contra a construção”*²⁵. Essa opinião é bastante questionável, porque sempre foi passada pela imprensa a informação de que a maioria dos comerciantes apoiava a proposta. No final de junho de 2002, o prefeito em exercício – Jólío Martin (Agripino Lima encontrava-se licenciado por motivos de saúde) – anunciou o início das obras na rua Barão do Rio Branco, mas elas só consistiriam no alargamento das calçadas a três metros e meio de cada lado. A reforma que deveria durar três meses nunca foi iniciada.

O episódio da revitalização do centro demonstra como, na produção do espaço público, entram em conflito diversos interesses, sejam públicos ou privados. Depois de toda a polêmica gerada, as reformas realmente implementadas não passaram da troca de algumas jardineiras no calçadão perto da Praça 9 de Julho. A revitalização parece ter ficado no papel pelas limitadas ações realizadas, mas, na verdade, o centro de Presidente Prudente

²² Cf. Jornal Oeste Notícias, “Prudente pode ter o 2º calçadão na área central, 11/04/2002, p. 1.1; “84% de comerciantes da Barão aprovam a rua de pedestres”, 12/04/2002, p. 1.1.

²³ Cf. Jornal O Imparcial, “Grupo se une contra calçadão”, 14/04/2002, p. 1.A.

²⁴ Cf. Jornal O Imparcial, “Novo calçadão sai até dezembro”, 19/04/2002, p. 1.A. “Agripino recebe logistas, mas mantém decisão” (sic), p. 2.B; Jornal Oeste Notícias, “Comerciantes optam pelo calçadão”, 25/04/2002, p. 1.10.

²⁵ Cf. Jornal O Imparcial, “Calçadão não passa de factóide”, 14/06/2002, p. 1.A.

não precisa ser revitalizado, pois ele está cheio de vida (como analisaremos no Capítulo 4); o que realmente se perseguia com as reformas propostas era somente melhorar seu ordenamento urbanístico e embelezar a paisagem urbana nessa área da cidade, mas interesses opostos não permitiram a intervenção.

No espaço público, além de se conflitarem interesses públicos e privados, às vezes entram em controvérsia diferentes órgãos da própria administração pública, pelo exercício do **poder no espaço** que cada um tenta defender e, em alguns casos, impor. Nesse contexto, analisaremos as reformas realizadas na Praça Monsenhor Sarrion no centro de Presidente Prudente, mas desde o começo, deixamos claro que não criticamos a reforma em si, pois avaliamos como positivo seu resultado, mas discordamos da maneira como as ações foram implementadas.

A Praça Monsenhor Sarrion é um espaço aberto no qual se localizam a Catedral de São Sebastião, sete pontos de ônibus urbanos e um de táxi, além de jardins e estacionamentos. Trata-se de um espaço cuja posse é reivindicada pela Mitra Diocesana de Presidente Prudente, mas por ser um espaço aberto – apropriado no dia-a-dia pelos pedestres desde o surgimento da cidade – assume as características de espaço público²⁶. As reformas que a prefeitura municipal realizou no local contavam com a aprovação do bispo, representante da Mitra que se considera proprietária da área. Em março de 2003, foi anunciada a intenção de “modernizar” as praças do centro da cidade por meio de um projeto da Secretaria Municipal do Meio Ambiente que buscava melhorar o acesso dos ônibus do sistema de transporte coletivo urbano e a construção de novos pontos para embarque e desembarque²⁷.

Em abril de 2003, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico e Turístico de Presidente Prudente (Condephaat),

²⁶ Segundo o professor do Departamento de Planejamento da FCT/UNESP e procurador do Estado de São Paulo, José Roberto Fernandes Castilho, a praça Monsenhor Sarrion é pública em razão da sua utilização, sendo assim um *bem de uso comum do povo* sob domínio da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente; o que a Mitra poderia reclamar como próprio limitar-se-ia ao terreno ocupado pela Igreja. (Informação obtida em entrevista realizada em Presidente Prudente, no dia 5 de junho de 2004).

²⁷ Cf. Jornal Oeste Notícias, “Praças do centro da cidade serão modernizadas”, 12/03/2003, p. 1.3.

reinstalado poucos meses antes pela própria prefeitura, tombou três prédios, entre eles a Catedral de São Sebastião, incluindo a Praça Monsenhor Sarrion e a edificação onde funciona a Cúria. O início do processo de tombamento significava a proibição de qualquer alteração estrutural no local sem a consulta prévia ao Condephaat²⁸. É fácil supor que esse tombamento entrou em conflito com a intenção de “modernizar” a praça.

A política que a prefeitura assumiu foi a de agir para tornar os fatos consumados. No fim da tarde de 30 de abril, os ambulantes da praça foram informados que deviam abandonar o local porque, no outro dia, começariam as obras de reforma²⁹. Efetivamente, no feriado de 1º de maio as obras começaram, surpreendentemente, às 6h40 da manhã, visando ao recuo da praça em três metros, para alargar as vias lindeiras, e a construção de novos pontos de ônibus. (Fotografias 8 e 9)

A reação do Condephaat não demorou interpondo uma ação na Justiça contra as obras. A Prefeitura, por meio do seu assessor de relações públicas, explicou que o projeto de reforma já existia desde o final do ano 2002 – informação contrária ao veiculado pelos jornais em março de 2003 sobre a elaboração do projeto nessa data –, e afirmou que *“entre o desejo da população e a vontade do Condephaat, vamos ficar com a população”*, afirmação curiosa já que como ninguém conhecia o projeto de reforma, dificilmente a “população” poderia apoiá-lo³⁰.

Em seguida, o projeto foi questionado pelo Ministério Público Estadual devido à derrubada de árvores na praça, mas depois de alguns ajustes foram liberadas as obras³¹.

²⁸ Cf. Jornal Oeste Notícias, “Condephaat tomba três prédios”, 25/04/2003, p. 1.3.

²⁹ Cf. Jornal O Imparcial, “Sedepp exige saída de ambulantes”, 01/05/2003, p. 1.A. A manchete informa que os ambulantes foram comunicados às 17h50 do 30 de abril que deviam sair da praça. O Secretário de Obras consultado pelos repórteres comentou que desconhecia do início das obras no dia seguinte. Nenhum dos outros Secretários envolvidos no projeto nem o Assessor de Relações Públicas da Prefeitura puderam ser contatados pela equipe de reportagem do jornal, pois, coincidentemente, todos tinham seus celulares desligados.

³⁰ Cf. Jornal O Imparcial, “Condephaat vai à Justiça contra reforma da praça”, 04/05/2003, p. 3.B.

³¹ Cf. Jornal O Imparcial, “Corte de árvores em praça gera polêmica”, 21/05/2003, p. 1.A; “MPE interdita obras da praça Monsenhor Sarrion”, p. 1.B. Jornal Oeste Notícias, “Projeto em praça continua, mas é alterado”, 21/05/2003, p. 1.1; “MP pede alteração de projeto em praça”, p. 1.3.



Oscar Sobarzo

Fotografia 8: Obras na Praça Monsenhor Sarrion (maio de 2003)



Oscar Sobarzo

Fotografia 9: Obras na Praça Monsenhor Sarrion (maio de 2003)

Como já frisamos, a forma de agir do poder municipal é questionável nesse caso, embora o resultado possa ser uma reforma muito interessante. A prefeitura não respeitou um órgão criado por ela mesma, nem a população, que acreditamos, poderia ter sido informada das modificações que pretendia implementar na praça e ter mesmo participado do processo de decisão acerca da sua validade ou não. Apesar do “*desing* moderno”³² dos novos pontos de ônibus, as pesadas estruturas de concreto antes usadas como abrigo nesses pontos tinham significado para muitos prudentinos usuários de ônibus e, nesse sentido, ajudavam a contar e a escrever a história da cidade, mas para os políticos e tecnocratas da administração pública, que dificilmente se locomovem de ônibus, essa é uma situação difícil de compreender.

Neste ponto, é interessante fazer uma ponte com os conceitos, apresentados na Introdução, da tríade espacial de Lefebvre (1992). No caso analisado, temos que a **prática espacial** do uso da praça pelos pedestres, principalmente usuários de ônibus, que têm definido seu caráter de espaço público, é afetada por uma decisão vinda do poder municipal, ou seja, do nível da dominação, que assume esse espaço como um espaço abstrato (plano das **representações do espaço**), desconsiderando o que ele significa ou pode significar no plano do vivido, do imaginário e simbólico para seus usuários que nem foram informados ou consultados sobre as obras que iam ser realizadas. Assim, reforçamos o apontamento de que **espaços de representação** remetem diretamente à realização da vida, à apropriação pelo uso, ao plano do vivido, mas sem excluir a dominação que também se manifesta nesse plano.

Essa relação conflituosa entre apropriação e dominação também foi evidenciada em junho de 2004, quando a prefeitura municipal decidiu recuar em dois metros a Praça 9 de Julho para alargar a Avenida Coronel José Soares Marcondes com o objetivo de facilitar o trânsito e o embarque e desembarque de passageiros dos ônibus urbanos que têm um ponto de parada na praça (Fotografia 10). A prefeitura atuou da mesma maneira que havia atuado no caso da Praça Monsenhor Sarrion, pois começou os trabalhos na noite de uma sexta-feira – segundo a versão oficial para não interferir no

³² Cf. Jornal Oeste Notícias, “Praça começa a receber novos abrigos”, 24/07/2003, p. 1.1.

trânsito –, mas, na madrugada do sábado que se seguiu os promotores do Meio Ambiente e da Habitação e Urbanismo conseguiram uma liminar que paralisou as obras³³. Numa reunião realizada na segunda-feira, 21 de junho de 2004, na mesma praça – da qual fomos testemunha – os promotores insistiram com os representantes da prefeitura sobre a necessidade de haver um projeto com as intervenções a serem realizadas e de discuti-lo previamente, para evitar situações como a que resultou no embargo das obras. Na ocasião, o promotor da Habitação e Urbanismo questionou a não existência de projeto na prefeitura³⁴. Uma vez mais o poder municipal tentou a tática dos fatos consumados. Finalmente, depois de mais de um mês, as obras foram retomadas após autorização da Justiça, mas a Prefeitura teve que diminuir a área do recuo, limitando-se à criação de uma alça para a parada dos ônibus.



Fotografia 10: Obras na Praça 9 de Julho (junho de 2004)

³³ Cf. Jornal O Imparcial, “MP quer reconstrução de praça no centro de PP”, 22/06/2004, p. 5.B.

³⁴ Participaram da citada reunião os promotores do Meio Ambiente (Nelson Bugalho) e da Habitação e Urbanismo (Jurandir José dos Santos), o assessor jurídico da prefeitura municipal (Carlos Manfrim), o secretário de Obras e Serviços Urbanos (Milton Carlos de Mello), o secretário de Assuntos Viários (Ademar Rinaldi) e o presidente licenciado da Prudenco (Carlos Biancardi).

Essas intervenções nas praças centrais de Presidente Prudente têm gerado discussões sobre a utilização das mesmas como pontos de ônibus urbanos, tentando colocar uma discussão sobre as “facilidades” que a prefeitura outorga às empresas, desobrigando-as do problema de fortalecer o terminal urbano existente nas proximidades do centro da cidade e/ou de reformular o sistema de transporte coletivo urbano. Pensamos que o debate é pertinente e necessário, mas entendemos que a discussão e as soluções possíveis devem tentar equacionar desejos e interesses contraditórios: o dos que realmente usam e se apropriam do centro, que dependem quase exclusivamente do transporte coletivo e para os quais o fato do ônibus parar nas praças centrais é altamente prático, e o desejo de quem supõe que, tirando os ônibus das praças, elas possam ganhar mais vitalidade. A nossa posição pessoal é que tirar os ônibus não resolve o problema nem traz de volta a dinâmica antiga associada às praças; pelo contrário, pode esvaziar esses espaços públicos que hoje são apropriados justamente pelos que utilizam o transporte coletivo. Nesse sentido, não é estranho que muitas vezes as propostas de retirar os ônibus, mesmo que bem intencionadas, provenham de especialistas que olham para a cidade a partir das janelas de um automóvel privado.

Qualquer solução deverá tentar conciliar essas duas posições, considerando sempre que:

A cidade é o lugar dos conflitos permanentes e sempre renovados, lugar do silêncio e dos gritos, expressão da vida e da morte, da emergência dos desejos e das coações, onde o sujeito se encontra porque se reconhece nas fachadas, nos tijolos ou, simplesmente, porque se perde nas formas sempre tão fluidas e móveis. (CARLOS, 1996, p. 147)³⁵

2.2.2 O Parque do Povo: da “tristeza” ao “cartão postal”

O Parque do Povo constitui, atualmente, a principal área pública de lazer da cidade. O seu processo de produção mostra a relação entre o poder municipal e o espaço público, trazendo ao debate elementos relativos ao discurso da modernidade, a aspectos político-eleitorais, a impactos

³⁵ CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

diferenciados na vida da população e à criação de um novo ideário sobre o significado da área para a cidade.

Segundo um morador que conheceu o local antes da construção do parque: *“Isso aqui era uma tristeza”*. Principalmente, por constituir um fundo de vale que dificultava o trânsito e ser *“um buraco, como qualquer outro fundo de vale, cheio de mato”*.

O parque surgiu da “urbanização” de um fundo de vale com recursos públicos vindos, num primeiro momento, do Fundo de Desenvolvimento Urbano (FDU) – repassados pelo Banco do Brasil – e do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS). A partir de 1977, os recursos vieram do Programa de Complementação Urbana CURA – Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada. As obras tiveram início em 31 de outubro de 1976 (SILVA, 1994)³⁶.

O discurso oficial justificou a obra como um projeto de melhoria da qualidade de vida e progresso para a cidade. Levantaram-se as bandeiras do bem comum, da necessidade e utilidade pública, do interesse do povo e do desenvolvimento e avanço de uma nova Presidente Prudente (SILVA, 1994, p. 41 e anexos).

Do ponto de vista político, as obras do Parque do Povo contribuíram para a eleição do candidato Paulo Constantino para prefeito no período 1977-1982, como sucessor da gestão de Walter Lemes Soares (1973-1977), na qual foram tomadas as primeiras iniciativas da obra (SILVA, 1994, p. 36-37). O Parque do Povo permitiu que se reforçasse a imagem de Constantino como grande empreendedor (SILVA, 1994, p. 49).

O processo de implementação da obra teve algumas características que foram além do parque em si. Como aponta Silva (1994):

[...] não se trata de negar a importância da reurbanização do vale, que trouxe significativa melhoria ao sistema de circulação no interior da cidade e se constitui em importante área de lazer

³⁶ SILVA, Maria José Martinelli. *O Parque do Povo em Presidente Prudente-SP: a lógica da intervenção do poder público local no processo de (re)estruturação do espaço urbano*. Presidente Prudente, 1994. 195 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

e esportes, mas sim, chamar a atenção para a forma como foi conduzido o processo. (SILVA, 1994, p. 49)

Nesse sentido, verificaram-se, no processo de implantação do parque, expropriações irregulares, valorização das terras lindeiras, saída de parte da população mais pobre que residia nas imediações, chegada de novos moradores de maior poder aquisitivo. Também, é importante ressaltar que para cobrir os custos da obra foi definida uma área da cidade na qual seria aplicado o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo sobre os lotes vazios, mas essa área foi muito além do alcance direto da obra, fazendo com que uma parcela maior de proprietários arcasse com os custos de uma obra que beneficiou diretamente os proprietários das adjacências do parque. Assim, verificou-se um processo de apropriação privada e desigual dos benefícios de uma obra pública³⁷.

Esse processo, importante de ser observado, não nos deve levar a desconsiderar a importância que o Parque do Povo possui como a principal área pública de lazer da cidade. Partindo do seu processo de produção, entendemos que, na geração dessa área pública com recursos públicos, também estiveram envolvidos interesses privados, alguns amplamente favorecidos, bem como interesses de outros proprietários foram atingidos negativamente.

Na atualidade, o Parque do Povo apresenta um uso intenso de suas quadras esportivas, pista de *skate*, gramados, áreas para jogos infantis e pista de *cooper*, situação ainda mais evidente nos finais de semana. A caminhada no parque, seja na pista de *cooper* ou nas calçadas que o circundam, remete ao antigo *footing*, recriando-o: olhares que se cruzam, possibilidade de ver e ser visto.

O Parque do Povo é importante para seus frequentadores, mas também para a administração municipal que lançou em outubro de 2001 uma “campanha de revitalização”, pedindo à população sugestões num encarte distribuído por um jornal da cidade. *“Esta campanha visa tornar mais bela a maior área urbana e de lazer do município. Vamos transformá-la num cartão*

³⁷ Voltaremos a esse ponto no capítulo 3.

*postal. Participe!*³⁸ – anunciava o folheto. A campanha, cujas obras se iniciaram em 2002, tem sido assumida pela prefeitura atual como uma de suas principais realizações e tem contribuído para criar um novo ideário na população sobre o parque como o cartão postal da cidade.

No decorrer de 2002, as reformas centraram-se na construção de duas caixas de concreto subterrâneas para a captação das águas pluviais, além da reposição de luminárias, o cercamento e a pintura de algumas quadras esportivas. O projeto geral das obras nunca foi exposto abertamente – numa maquete por exemplo –; somente se veiculam pela imprensa as intervenções, áreas de reforma e datas, de forma muito genérica. Segundo os jornais, em 2002, o projeto previa a construção de quiosques padronizados, uma pista de caminhada em todo o parque e uma pista de ciclismo, reformas na pista de *skate*, nos parques infantis e nos campos de areia, assim como a construção de duas quadras de tênis públicas e bolsões de estacionamentos³⁹, sendo um deles em frente à TV Fronteira, de propriedade da família do prefeito municipal.

Em 2003 e no primeiro semestre de 2004, foram realizadas a segunda e terceira etapas da intervenção nos trechos mais extremos do parque, que consiste na reforma das calçadas e do mobiliário urbano, a criação de uma pista interna para caminhadas, melhoria na iluminação, quiosques e banheiros públicos (Fotografias 11 e 12). A última etapa da revitalização, iniciada em julho de 2004, constitui, segundo a nossa opinião, a parte principal da intervenção, já que, além de afetar a área central do parque (entre a Avenida da Saudade e a rua Padre João Goetz – ver Mapa 7), inclui as obras mais significativas e que provocarão o maior impacto. Entre elas, encontra-se a construção de uma praça de alimentação – a semelhança no nome com aquelas dos *shopping centers* não é simples coincidência –, ampliação das calçadas, eliminação de estacionamentos, ampliação do parque infantil com a transferência dos campos de areia, pista para bicicletas e circuito de exercícios⁴⁰.

³⁸ Encarte distribuído junto ao Jornal Oeste Notícias de 19 de outubro de 2001.

³⁹ Cf. Jornal Oeste Notícias, “Parque do Povo começa a passar por revitalização”, 20/04/2002, p. 1.1; “Parque do Povo será revitalizado”, p. 1.3.

⁴⁰ Cf. Jornal Oeste Notícias, “Prefeito autoriza mais obras no Parque do Povo”, 27/01/2002, p. 1.3.



Oscar Sobarzo

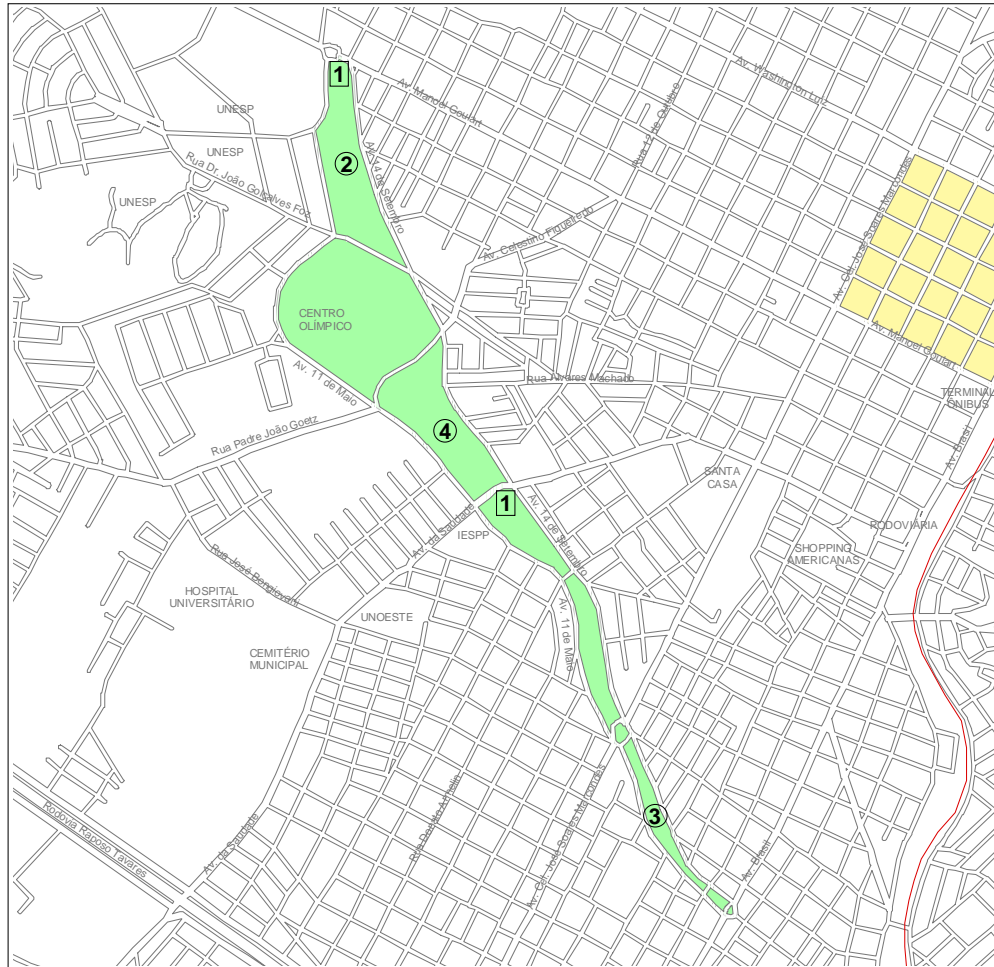
Fotografia 11: Obras de “revitalização” do Parque do Povo (novembro de 2003)



Oscar Sobarzo

Fotografia 12: Obras de “revitalização” do Parque do Povo – Reforma das calçadas na rua Padre João Goetz (julho de 2004)

MAPA 7
PRESIDENTE PRUDENTE:
"REVITALIZAÇÃO" DO PARQUE DO POVO
(2002-2004)



LEGENDA

- Parque do Povo
- Centro
- Estrada de ferro



Base digital: SIMESPP - 2001.
 Org.: Oscar Sobarzo.

SETORES DE INTERVENÇÃO - PRINCIPAIS OBRAS

- 1** Primeira Etapa: caixas para captação de águas pluviais (2002).
- 2** Segunda Etapa: calçadas, estacionamentos, iluminação, quiosques, banheiros (2003).
- 3** Terceira Etapa: calçadas, estacionamentos, play-gound, quiosques, banheiros (primeiro semestre 2004).
- 4** Quarta Etapa: calçadas, quadras e outras obras em execução (segundo semestre 2004).



Avaliamos a data definida para o término das obras – finais de 2004 – como de grande significado, considerando a realização das eleições municipais, em outubro desse ano. Em primeiro lugar, porque reforça o ideário de uma administração dinâmica realizadora de obras que são apresentadas como exemplos de desenvolvimento, progresso e avanço para a cidade, reforçando a imagem do prefeito como “tocador de obras”; e, em segundo termo, porque as obras inconclusas serão a motivação para chamar os eleitores a continuar com o prefeito que iniciou a revitalização do parque, assim como aconteceu no final da década de 1970 quando o parque foi iniciado.

Voltando ao ideário do “cartão postal” da cidade que tem sido atribuído ao parque, é muito interessante analisar como essa imagem está presente no discurso das autoridades e da imprensa⁴¹ e tem chegado até a população. Para o prefeito, *“o Parque do Povo merece tratamento especial por ser um dos cartões postais da cidade”*⁴²; segundo o secretário de Obras e Serviços Públicos: *“Trata-se de um cartão postal da cidade, portanto é necessário trabalhar nesta obra em benefício da população”*⁴³. Nas reportagens apresentadas nos jornais, percebe-se o reforço dessa concepção: *“O Parque do Povo, cartão postal de Prudente, está sendo revitalizado pela Prefeitura e, assim, terá um novo visual a partir do ano que vem”*⁴⁴; *“A meta é modernizar a área, um verdadeiro cartão postal de Prudente”*⁴⁵; *“Os moradores de Prudente aprovam a reforma que a Prefeitura realiza no Parque do Povo, um dos cartões postais da cidade”*⁴⁶.

Nesse contexto, não é estranho que a população tenha incorporado esse discurso e passe a reproduzi-lo, personificando as obras na figura do prefeito: *“O parque pode se tornar um cartão de visitas de Prudente, e isso*

⁴¹ Especialmente nas manchetes veiculadas pelo Jornal Oeste Notícias de propriedade da família do Prefeito Agripino Lima.

⁴² Cf. Jornal Oeste Notícias, “Está pronto o projeto do Parque”, 23/10/2002, p. 1.3.

⁴³ Cf. Jornal O Imparcial, “Parque do Povo terá quiosques, nova iluminação e pista interna”, 08/07/2003, p. 1.B.

⁴⁴ Cf. Jornal Oeste Notícias, “Revitalização do Parque do Povo termina em 2003”, 27/11/2002, p. 1.3.

⁴⁵ Cf. Jornal Oeste Notícias, “Revitalização do Parque do Povo tem 2ª etapa”, 03/05/2003, p. 1.3.

⁴⁶ Cf. Jornal Oeste Notícias, “Prudentinos aprovam reforma no Parque do Povo”, 11/06/2003, p. 1.3.

*mostra que a cidade não está esquecida pela Prefeitura*⁴⁷; *“Ficou ótima e excelente a revitalização, o prefeito Agripino Lima está de parabéns, isso aqui está uma maravilha, o Parque do Povo estava largado (abandonado) e a revitalização chega em boa hora. [...] Não tenho dúvida quanto a isso, é um cartão postal”*.⁴⁸

Mas não devemos pensar que essa imagem do cartão postal é nova na cidade. Tudo indica que em cada época e em função de diferentes obras ou espaços foi se reproduzindo o mesmo jargão. Em finais da década de 1950, o Tênis Clube era apresentado como o *“cartão de visita social de Presidente Prudente”*⁴⁹. Já no ano de 1980, o Calçadão correspondia ao *“cartão de visita que consagrou Presidente Prudente como uma cidade moderna e humana”*⁵⁰, juntamente à Praça da Bandeira que passava por obras de melhoramento tornando-se *“o cartão de visita da cidade com a implantação de moderno aspecto, novo sistema de iluminação, calçamento com pedras portuguesas integrando-se ao projeto da rua de Pedestres num conjunto harmonioso”*.⁵¹ Nesses dois últimos exemplos, as reportagens tinham abertamente a intenção de destacar a figura do prefeito na época (Paulo Constantino) como um grande realizador de obras com claros interesses eleitorais.

O **poder no espaço** modifica um espaço público e o **poder do espaço** ajuda – ou pode ajudar – a manter esse poder nas mesmas mãos.

2.2.3 O Programa de Urbanização de Fundos de Vale

A atual administração municipal demonstra uma preocupação especial de se consolidar como uma grande executora de obras na cidade, passando sempre a idéia de *“Prudente, um canteiro de obras”*. A imprensa local,

⁴⁷ Cf. Jornal Oeste Notícias, “População elogia reformas no Parque”, 08/08/2003, p. 1.3.

⁴⁸ Cf. Jornal Oeste Notícias, “Professor elogia reforma do Parque do Povo”, 24/01/2004, p. 1.5.

⁴⁹ Cf. Jornal A Voz do Povo, Edição Comemorativa do Natal de 1959, 25/12/1959, p. 39. (Levantamento realizado por Luis Paulo Valente, cf. nas Referências Bibliográficas)

⁵⁰ Cf. publicação Presidente Prudente – Cidade 2000 – Administração Paulo Constantino. (Levantamento realizado por Luis Paulo Valente, cf. nas Referências Bibliográficas)

⁵¹ Cf. Jornal Correio da Sorocabana, “Uma nova Praça da Bandeira”, 07/09/1980. (Levantamento realizado por Luis Paulo Valente, cf. nas Referências Bibliográficas)

especialmente o jornal pertencente à família do Prefeito, contribui para reforçar essa imagem⁵².

Um programa que tem recebido grande prioridade é a canalização e urbanização dos fundos de vale e a criação de áreas de lazer neles. O prefeito Agripino Lima tem definido como um dos objetivos da sua administração “*acabar com os fundos de vale*”⁵³, colocando sempre essas obras como prioritárias quando se trata de conseguir recursos externos à prefeitura⁵⁴.

Desde 2002 até o final de 2003, foram criadas ou reformadas oito áreas de lazer em fundos de vale dos bairros Jequitibás, Ana Jacinta, São Matheus, Vila Líder, Jardim Sabará, Jardim Santa Mônica e São Bento, Vila Angélica e COHAB/CECAP (reforma da Praça das Andorinhas). (Mapa 8 e Fotografias 13, 14, 15 e 16)

Constitui um fato muito interessante que os bairros beneficiados são áreas residenciais de população de renda baixa e média-baixa, pelo que consideramos altamente positiva a implementação das obras, já que possibilitam áreas para o lazer da população que tem tido, historicamente, menos direito à apropriação de espaços como esses⁵⁵. Neste contexto, é significativo o fato de se chamar, mesmo que informalmente, algumas das novas áreas de lazer como “parques do povo”, já que considerando o peso simbólico que o Parque do Povo tem para a população da cidade, pode se

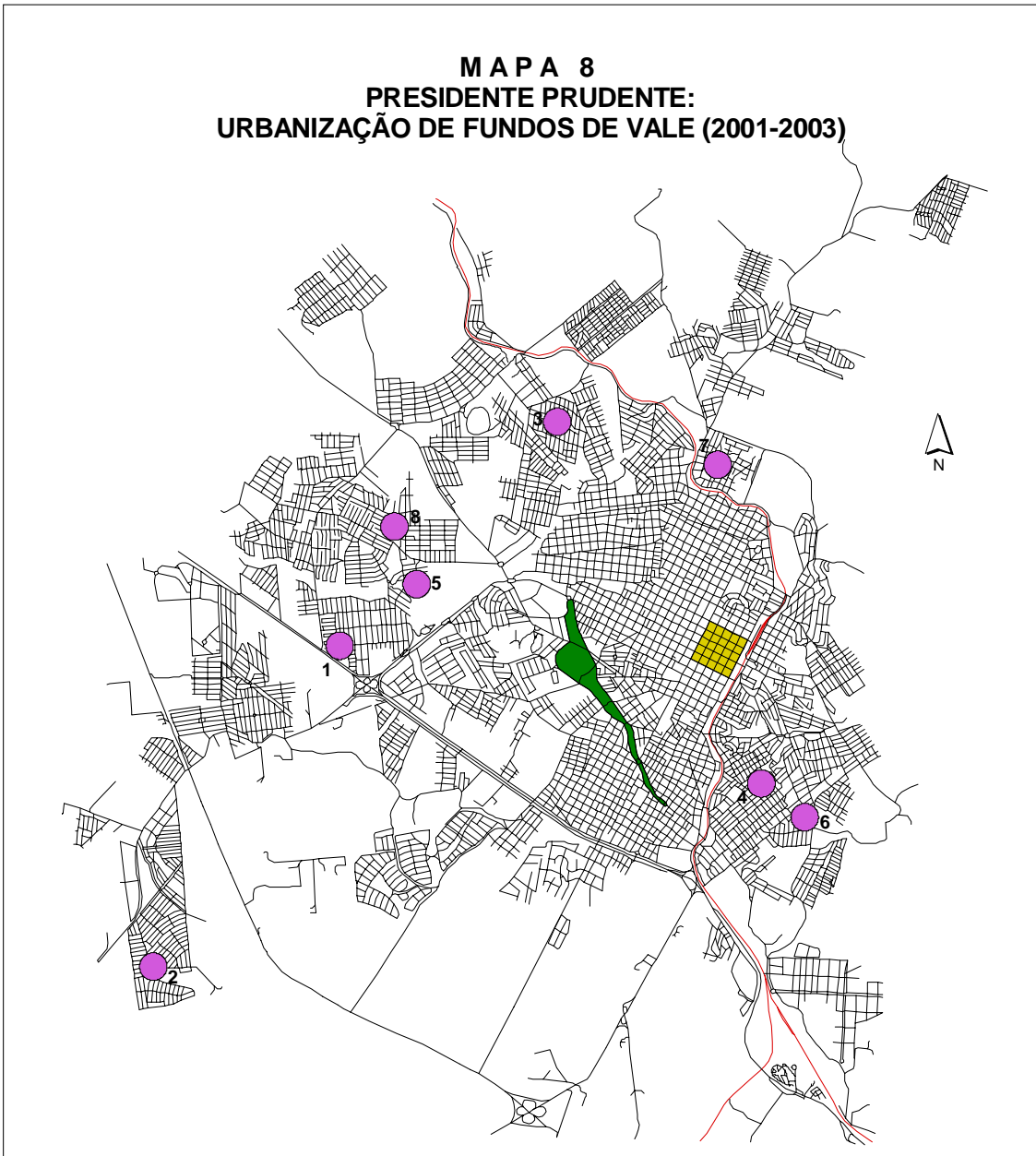
⁵² Cf. Jornal Oeste Notícias, “PP tem mais de 10 (obras públicas) em andamento”, 06/04/2002, p. 1.3; “Secretário de Obras deverá urbanizar 12 áreas em 2003”, 04/01/2003, p. 1.3; “Bairros ganham R\$400 mil em obras”, 27/04/2003, p. 1.4; “Prudente terá cinco novas praças”, 09/05/2003, p. 1.4; “Prefeitura realiza mais de 15 obras na cidade”, 29/05/2003, p. 1.3.

⁵³ Cf. Jornal Oeste Notícias, “Agripino quer acabar com os fundos de vale”, 18/12/2003, p. 1.1.





⁵⁴ Contabilizam-se duas tentativas de conseguir empréstimos para a materialização de obras na cidade, mas até agora nenhuma das duas foi concretizada. A primeira aconteceu em 2002 e consistia num empréstimo da Caixa Econômica Federal de R\$24,7 milhões (Cf. Jornal Oeste Notícias, “Prefeitura quer R\$24,7 milhões”, 15/10/2002, p. 1.3). A segunda refere-se a um empréstimo do Banco Mundial em 2004, que poderia chegar a US\$40 milhões, mas que depende do aval do Governo Federal (Cf. Jornal Oeste Notícias, “Banco Mundial: Aquisição de recursos é defendida”, 16/03/2004, p. 1.3)

⁵⁵ Esta opinião não considera os efeitos que as obras de aterro de fundos de vale podem trazer para o escoamento das águas pluviais – o tempo mostrará se as obras foram positivas ou negativas, do ponto de vista ambiental. Cf. IKUTA, Flávia Akemi. *A cidade e as águas: a expansão territorial urbana e a ocupação dos fundos de vales em Presidente Prudente-SP*. Presidente Prudente, 2003, 191 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP (especialmente o capítulo 4).

M A P A 8
PRESIDENTE PRUDENTE:
URBANIZAÇÃO DE FUNDOS DE VALE (2001-2003)



LEGENDA

-  Projetos de Urbanização de Fundos de Vale
-  Centro
-  Parque do Povo
-  Estrada de ferro

Fundos de Vale Urbanizados

1. Jardim Jequitibás
2. Ana Jacinta
3. São Matheus
4. Vila Líder
5. Jardim Sabará
6. Jardim Santa Mônica
7. Vila Angélica
8. COHAB/CECAP

Base digital: SIME SPP - 2001.
Org.: Oscar Sobarzo.





Oscar Sobral

Fotografia 13: Área de lazer em fundo de vale no bairro Ana Jacinta (novembro de 2002)



Oscar Sobral

Fotografia 14: Área de lazer em fundo de vale na Vila Líder (novembro de 2002)



Oscar Sobarzo

Fotografia 15: Reforma do Parque das Andorinhas –
Área de lazer em fundo de vale no setor COHAB/CECAP
(novembro de 2002)



Oscar Sobarzo

Fotografia 16: Área de lazer em fundo de vale no Jardim São Matheus
(novembro de 2002)

pensar que se trata de um esforço por reforçar no plano do imaginário o combate à exclusão que essas obras propiciam⁵⁶. Nos termos da tríade de Lefebvre (1992), temos que o nível das **representações do espaço** (espaço abstrato do planejamento) constrói e transmite uma mensagem no imaginário da população, por meio da utilização da idéia de “parques do povo”, antes mesmo do usufruto, da apropriação dessas áreas pelas pessoas, ou seja os **espaços de representação**, relacionados ao vivido e à construção simbólica a partir desse vivido são manipulados e afetados pelo plano da dominação – ligado ao poder municipal – antes mesmo da materialização dos espaços públicos.

A valorização que fazemos desse programa municipal não nos faz omitir o forte clientelismo eleitoral que as autoridades efetuam com base nos investimentos feitos para cada obra (Fotografias 17 e 18). Nesse sentido, é importante destacar que nas cerimônias de inauguração de áreas de lazer, o prefeito apresentava o secretário de Obras e Serviços Públicos – secretaria responsável pelo programa – como o seu sucessor ou seu vice para a reeleição, preparando-se para a eleição municipal⁵⁷. Em 2004, essa intenção não se concretizou por causa das alianças eleitorais efetivadas, já que o partido político do secretário de obras (PMDB) – cujo líder local é o deputado federal Paulo Lima – não compôs a coligação com o partido do prefeito (PTB), em função da briga familiar desencadeada pelo controle da universidade pertencente à família Lima.

Outro elemento que reforça o caráter eleitoral das obras de urbanização de fundos de vale refere-se a que elas não são apresentadas como uma função precípua da administração municipal e sim como uma capacidade especial do prefeito para “resolver” os problemas da população.

⁵⁶ Cf. Jornal Oeste Notícias, “São Matheus ganha 'parque do povo”, 04/07/2002, p. 1.1; “Vila Líder ganha ‘Parque do Povo 2””, 17/12/2002, p. 1.3.

⁵⁷ Na inauguração da área de lazer do bairro Ana Jacinta em 2002, o prefeito apresentou pela primeira vez o secretário de Obras e Serviços Públicos como seu sucessor, aproveitando também para lançar a candidatura a deputado estadual de um vereador do município (Cf. Jornal O Imparcial, “Agripino promete viabilizar escola até agosto”, 19/04/2002, p. 4.B). Essa situação iria se repetir em outras inaugurações de obras (Cf. Jornal Oeste Notícias, “Agripino quer acabar com os fundos de vale”, 18/12/2003, p. 1.1; “Agripino Lima: ‘Administrador público tem que ser honesto, competente, franco e ter Jesus Cristo no coração”, 27/05/2003, p. 2.4).



Oscar Sobharzo

Fotografia 17: Créditos da obra –
Área de lazer do bairro Ana Jacinta
(novembro de 2002)



Oscar Sobharzo

Fotografia 18: Créditos da obra –
Área de lazer do Jardim Jequitibás
(novembro de 2002)

Essa interpretação é verificada pela análise das opiniões de moradores, reproduzidas pela imprensa⁵⁸, sobre as novas áreas de lazer: “Nós pedimos, e o prefeito Agripino atendeu, está de parabéns por mais esta obra”⁵⁹; “Somente o prefeito Agripino Lima, com sua administração comprometida com o povo, poderia ter feito o que fez”⁶⁰; “Já tem (a reivindicação) mais de 20 anos e, agora, o Agripino nos atendeu. Graças a ele conseguimos terminar essa obra que estava parada há quase três anos”⁶¹.

O espaço público é muito mais do que nossos olhos permitem ver: ele representa e materializa muitos interesses.

2.3 Elites locais, espaço público e dominação

Para estudar a relação entre as elites locais, o espaço público e a dominação política, as análises devem centrar-se, a nosso ver, na tendência à produção de espaços voltados aos grupos de maior poder econômico e, conseqüentemente, de maior poder político, que passaremos a denominar de **espaços próprios**⁶². Nesse sentido, contribui-se para a verificação da hipótese levantada sobre a sociabilidade segmentada em Presidente Prudente, já que os **espaços próprios** são também espaços exclusivos, que deixam à margem a diferença e os diferentes, para os quais restam os espaços abandonados ou deixados para trás pelas elites.

Como analisa Lefebvre (1992):

O espaço desta prática social se torna um espaço que *tipifica* – um espaço que *classifica* ao serviço de uma classe. A estratégia de classificação distribui os vários estratos sociais e classes [...] pelo território disponível, mantendo-os separados e proibindo todos os contatos – estes são substituídos pelos *sinais* (ou imagens) de contato. (LEFEBVRE, 1992, p. 375, grifo do autor, tradução nossa)

⁵⁸ Novamente chamamos a atenção do leitor sobre o fato que essas manchetes são veiculadas, principalmente, pelo Jornal Oeste Notícias de propriedade da família do prefeito Agripino Lima.

⁵⁹ Cf. Jornal Oeste Notícias, “Vila Líder: Fundo de vale recebe urbanização”, 09/05/2002, p. 1.3.

⁶⁰ Cf. Jornal Oeste Notícias, “São Matheus ganha parque do povo”, 05/07/2002, p. 1.1.

⁶¹ Cf. Jornal Oeste Notícias, “Prefeitura inaugura centro comunitário”, 02/10/2002, p. 1.3.

⁶² A expressão “espaços próprios” envolve a mesma idéia expressada por Carlos (1996, p. 67) ao utilizar o termo “guetos urbanos” e por Seabra (2004) quando usa o termo “territórios exclusivos”. Cf. CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Territórios do uso: cotidiano e modo de vida*. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 1, n. 2, p. 181-206, jul.-dez. 2004.

O surgimento dos **espaços próprios** da elite está quase sempre associado ao questionamento da relação público↔privado. Em primeiro lugar, porque os espaços da elite são fundamentalmente espaços privados ou de acesso restrito. Em segundo lugar, porque na produção desses espaços quase sempre está envolvido o poder público, seja por ação – aplicação de recursos, implementação de obras, criação de leis – ou por omissão – deixando as coisas acontecerem à margem da legalidade.

Afinal de contas, é o estado – “público”, e conseqüentemente político, autoritário – que faz o arranjo e a classificação. Operações deste tipo atualmente põem em conflito o espaço “público” com o espaço “privado” da classe hegemônica, ou fração de uma classe, que em último termo retém e mantém a propriedade privada da terra e dos outros meios de produção. É então só aparentemente que a esfera “privada” se organiza de acordo com as ordens do “público”. A situação inversa [...] é o que de fato prevalece. (LEFEBVRE, 1992, p. 375-376, tradução nossa)

Além desses aspectos, do ponto de vista simbólico, os grupos de maior poder econômico e político impõem ou tentam impor a sua cidade, ou seja, os seus **espaços próprios** como a cidade moderna, em oposição ao resto da cidade. Mas ao mesmo tempo em que criam seus espaços próprios com o objetivo da diferenciação, as elites são indistinguíveis umas das outras (LEFEBVRE, 1992, p. 380). Assim, erigem seus espaços como negação do atraso da sociedade brasileira, expresso de forma tão marcante na grande desigualdade das nossas cidades, querendo apagar o **conteúdo** desigual da sociedade por meio das **formas** que valorizam, ao mesmo tempo, a homogeneidade e a exclusão.

Essa situação remete aos esforços modernizadores da elite nos inícios do período republicano brasileiro e demonstra como pouco temos avançado nesse sentido.

No afã do esforço modernizador, as novas elites se empenhavam em reduzir a complexa realidade social brasileira, singularizada pelas mazelas herdadas do colonialismo e da escravidão, ao ajustamento em conformidade com padrões abstratos de gestão social hauridos de modelos europeus ou norte-americanos. Fossem esses os modelos da missão civilizadora das culturas da Europa do Norte, do urbanismo científico, da opinião pública esclarecida e participativa ou da

crença resignada na infalibilidade do progresso. Era como se a instauração do novo regime implicasse pelo mesmo ato o cancelamento de toda a herança do passado histórico do país e pela mera reforma institucional ele tivesse fixado um nexos co-extensivo com a cultura e a sociedade das potências industrializadas. (SEVCENKO, 2002, p. 27)⁶³

Voltando aos **espaços próprios**, para as elites, ao que parece, a sua simples materialização implicaria na superação da desigualdade da sociedade brasileira e se equipararia aos padrões de consumo e moradia dos chamados países desenvolvidos. Nesse contexto, os espaços próprios apresentam a característica de ser ao mesmo tempo: **globais** ou **homogêneos** porque repetem as mesmas formas e tentam, assim, repetir os conteúdos, mesmo que só no plano da representação; são **fragmentários** porque fraturam o espaço urbano, não só do ponto de vista físico, mas também porque contribuem ao rompimento das relações; e, são **hierárquicos** porque se impõem (ou tentar se impor) como “a cidade” ou como a parte moderna da cidade.

Os três exemplos que analisaremos a seguir refletem esses aspectos e mostram que a relação entre elite e espaço público é perpassada pela tensão entre público e privado e pela intromissão do privado no público.

2.3.1 Tênis Clube: o lazer privado construído do público

O Tênis Clube é um dos principais clubes privados da cidade. A sua análise é interessante porque em sua história encontramos episódios em que o público e o privado se confundem⁶⁴. O clube esteve, desde sua origem, ligado aos setores dirigentes da sociedade prudentina, incluindo as autoridades políticas. Como aponta Melo (2001):

⁶³ SEVCENKO, Nicolau. Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando A.; _____. (Org.). *História da vida privada no Brasil* (Volume 3: República: da Belle Époque à Era do Rádio). 5ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 [1998]. p. 7-48.

⁶⁴ Essa análise está baseada em: MELO, Jayro Gonçalves. *Tênis Clube de Presidente Prudente: sua história de 1934 a 2000*. (2ª versão revista e ampliada). Não publicado. (Uma primeira versão desse trabalho foi publicada como: MELO, Jayro Gonçalves. *Tênis Clube de Presidente Prudente: sua história de 1934 a 1980*. Presidente Prudente: TCPP, 1999).

[...] uma sociedade recreativa sempre necessita de apoio político para suas realizações na cidade, seja no sentido de garantir fundos para solução de problemas imprevistos, seja para expansão territorial de suas instalações e mesmo de seu poder de dissuasão no interior da sociedade local. (MELO, 2001, não paginado)

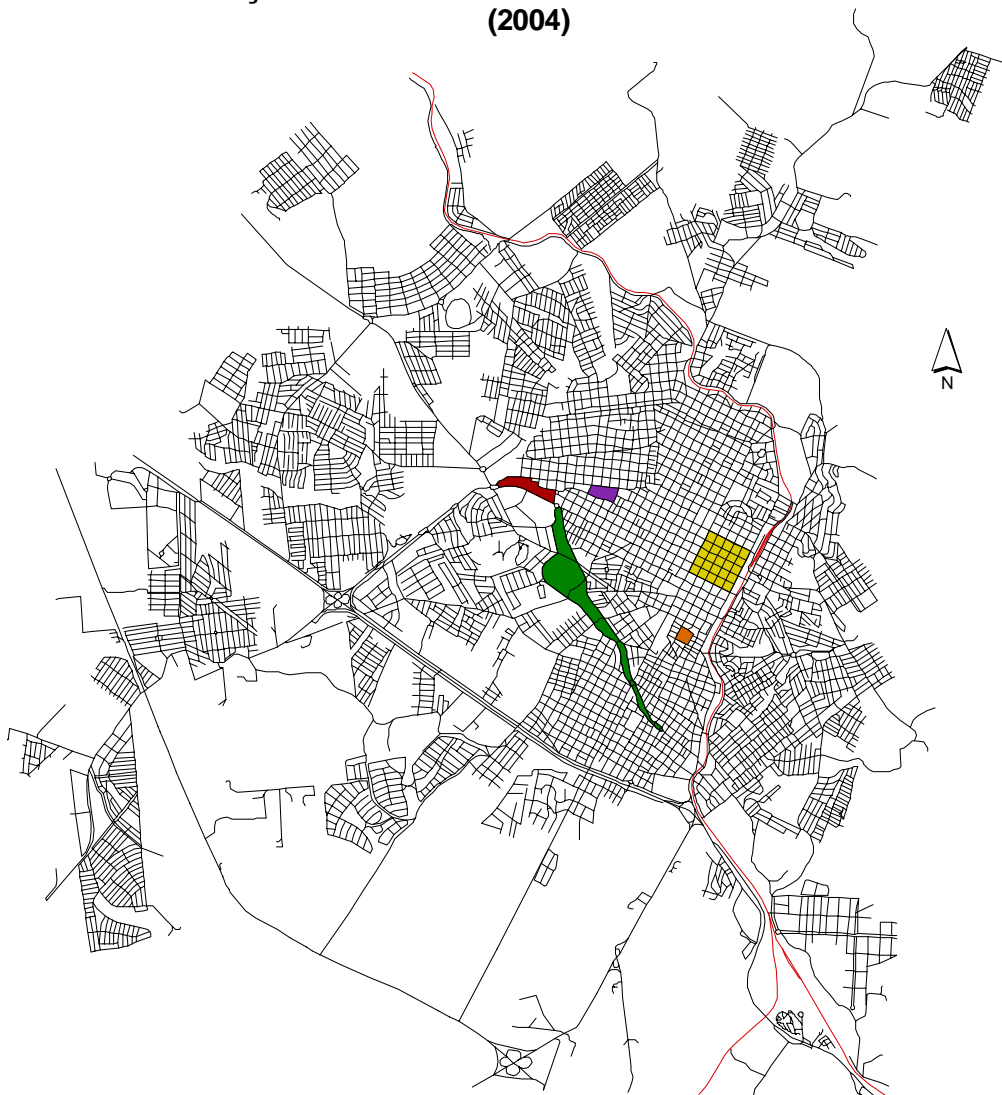
Na década de 1960, a construção de nova sede social no mesmo terreno em que o clube já funcionava, aproximou ainda mais o público e o privado. Segundo Melo (2001):

A simbiose entre o público e o privado, entre parte da elite econômico-intelectual e a condução política da cidade tinha na imprensa a caixa de ressonância que disseminava ufanismo. Eram comuns expressões bombásticas para qualificar ações voltadas para o Novo Tênis no seio da sociedade: *pujança de nosso povo; idealismo e vontade férrea de um pugilo de homens; orgulho da capital da Alta Sorocabana; baluarte de nosso top set; para gáudio da sociedade prudentina; progresso prudentino*. Sua imagem idealizada e potencializada nas novas obras cresceu de tal forma nos meios políticos que, em junho de 1969, foi considerado de utilidade pública pela Câmara Municipal. (MELO, 2001, grifo do autor)







Outro episódio refere-se ao rebaixamento da avenida que dá acesso ao clube. Ao ser edificada, a nova sede ficou em grande desnível em relação à Avenida Washington Luís, onde se localiza o clube (Mapa 9), dificultando a entrada e valorizando pouco a fachada da nova edificação. A administração municipal não assumiu os custos do rebaixamento da via, mas deixou fazê-lo sem autorização – até o Prefeito sabia o que ia ser feito.

Na madrugada de um domingo, forte ruído de tratores de esteira, motoniveladoras e caminhões basculantes despertou mais cedo os moradores próximos do Tênis Clube. Uma das pistas da Avenida Washington Luiz estava sendo rebaixada. As máquinas foram cedidas por Anwar Damha, da Encalso, que fez todo o serviço a preço de custo. Fato consumado, a prefeitura refez o asfalto com material fornecido pelo Tênis. Autor da obra, o Tênis se viu obrigado a dar o acabamento adequado. Entre as duas pistas um muro de arrimo encimado por grade de metal foi construído com seus recursos. Um canteiro junto às grades recebeu plantas ornamentais. No início foram cuidadas pelo Clube. Hoje ficam aos cuidados da prefeitura. (MELO, 2001)

M A P A 9
PRESIDENTE PRUDENTE:
LOCALIZAÇÃO DO TÊNIS CLUBE E DOS SHOPPING CENTERS
(2004)



LEGENDA

-  Tenis Clube de Presidente Prudente
-  Prudenshopping
-  Shopping Americanas
-  Centro
-  Parque do Povo
-  Estrada de ferro

1 0 1 2 Km.

Base digital: SIMESPP - 2001.
Org.: Oscar Sobarzo.

Uma outra obra pública beneficiaria ao Tênis Clube: a canalização do córrego do Bacarin. Segundo Melo (2001), esse córrego:

Era uma via natural de captação de águas pluviais. Com o crescimento da cidade, passou a captar esgoto. Em noites de verão, moradores mais próximos à baixada e freqüentadores do Tênis Clube eram incomodados pelos miasmas emanados de material orgânico putrefato. Somente as chuvas mais fortes traziam algum alívio, mas de outro lado provocavam estragos e prejuízos. Reivindicação antiga a canalização do córrego. Eram duas as obras básicas que as diretorias viviam solicitando dos prefeitos: asfalto até o Tênis e galeria para canalizar o Córrego do Bacarin. (MELO, 2001)

Na primeira administração municipal de Paulo Constantino (1977-1982), houve a canalização do córrego, com fundos públicos vindos do Programa de Complementação Urbana CURA – Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada. No ano de 1978, Nilson Vitale, empresário da cidade que participava da Comissão de Construção do Novo Tênis, foi convidado para dirigir a Prudenco, empresa mista controlada pela Prefeitura que executa obras públicas e, entre elas, executou a canalização do córrego do Bacarin.

[Os] objetivos [de Vitale] na empresa eram *prestar trabalho*, diz ele, mas também *garantir a construção da galeria*. Tanto é que as obras tiveram início na área do Clube. Pronta a galeria, o Tênis teve seu patrimônio muito mais valorizado, em área inimaginável por seus primeiros fundadores. (MELO, 2001, grifo do autor)

Público e privado misturados intimamente. Público que vira privado. Um espaço privado, seletivo, não integrador, que se constrói a partir do público, mas que, na sua idealização, contribui para negar e desvalorizar o público. Um espaço privado que exemplifica uma prática socioespacial segmentada.

2.3.2 O espaço do consumo: do centro ao Prudenshopping

Na perspectiva do consumo e também do lazer, verifica-se, nas últimas décadas, a migração dos grupos de maior poder aquisitivo do centro da cidade para os *shopping centers*, no caso específico de Presidente Prudente para o Prudenshopping. (Mapa 9)

Os referenciais do consumo das elites e de lazer já não se relacionam mais com o centro tradicional e/ou principal. O antigo *footing* pedestre na praça central ou motorizado nas ruas do centro não existe mais. Em tempos passados, o centro constituía um espaço importante de interação social, que ia além do comércio, envolvendo o lazer das pessoas. A importância do centro e o seu forte valor simbólico podem ser lidos no seguinte testemunho:

Onde hoje tem aquela lanchonete, aí era um café, chamava-se café Cruzeiro do Sul; que era um café onde o pessoal se encontrava para bater papo. Que pessoal? Vamos dizer assim, a elite da cidade: advogados, médicos, comerciantes, funcionários públicos; pessoal, também vamos dizer, maduro, pessoal de idade média para frente, e ali então se apelidava de Senadinho, que foi o tradicional. E por que Senadinho? Porque eram as pessoas graúdas da cidade que falavam sobre política, sobre futebol, sobre a vida alheia. O pessoal não ficava dentro, entravam tomavam um café, voltavam para fumar um cigarro, ficavam na calçada em grupos. (ABREU, 2002, informação verbal)⁶⁵

Um fato que mostra claramente a relação entre elite, centro e *shopping center* aconteceu em setembro de 2002, quando foi realizada uma exposição sobre o Bar Cruzeiro do Sul, que recriou a fachada e tentou trazer um pouco da dinâmica do passado. A exposição foi realizada na área de eventos do Prudenshopping – sinal dos tempos! O antigo bar que interagira com a rua foi levado para dentro do *shopping*. (Fotografia 19)

⁶⁵ Entrevista realizada em visita ao centro de Presidente Prudente em 23 de agosto de 2002.



Fotografia 19: Exposição sobre o Bar Cruzeiro do Sul realizada no Prudenshopping (setembro de 2002)

Paralelamente ao abandono do centro pelos grupos de maior poder aquisitivo, produz-se a chamada popularização do comércio, identificada por Whitacker (1997)⁶⁶ no surgimento de lojas populares e camelôs.

Segundo Gonçalves (2000)⁶⁷:

A emergência do fenômeno “camelô”, em Presidente Prudente se dá com mais força na década de 90 [...] começando a apresentar um crescimento acentuado e diversificado, ocupando o centro da cidade, as praças públicas e as calçadas, com suas barracas abarrotadas dos mais diversos produtos. (GONÇALVES, 2000, p. 145)

O aumento dos camelôs no centro levou a Prefeitura, em 1995, à criação do “Camelódromo” na Praça da Bandeira – situada num dos extremos do calçadão. Esta praça foi criada, na década de 1930, na esplanada da estação ferroviária, mas atualmente pouco resta do espaço original, já que se encontra

⁶⁶ WHITACKER, Arthur Magon. *A produção do espaço urbano em Presidente Prudente: uma discussão sobre a centralidade urbana*. Presidente Prudente, 1997. 319 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

⁶⁷ GONÇALVES, Marcelino. *A territorialização do trabalho informal: um estudo a partir dos catadores de papel/papelão e dos camelôs em Presidente Prudente-SP*. Presidente Prudente, 2000. 220 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

ocupada pelas barracas do camelódromo e apropriada, de forma “agressiva” do ponto de vista urbanístico, por um viaduto que atravessa os trilhos.

Baseados em Whitacker (1997, p. 257), podemos afirmar que o centro possui uma valorização maior, por parte da população de baixa renda, enquanto que a população de renda mais elevada identifica o centro com diversos aspectos negativos e o contrapõe aos *shopping centers*. Essa relação pôde ser constatada por Sposito (2001)⁶⁸ ao analisar a circulação de veículos nas proximidades do centro e do Prudenshopping, verificando a maior circulação de ônibus no primeiro e de automóveis no segundo; essa situação levou a autora a afirmar que a centralidade é polinucleada não só do ponto de vista funcional, mas também socioespacial, em função dos diferentes padrões de consumo que são estimulados e realizados.

Um elemento que queremos destacar é que, a partir da afirmação anterior, poderia ser construído um discurso de decadência ou abandono do centro de Presidente Prudente, sobre o qual nos posicionamos contrários. O centro continua sendo um espaço importante na cidade para o consumo; o que verificamos é uma tendência à segmentação no uso desse espaço – segmentação entendida no sentido que uma parte da população não usa nem valoriza mais esse espaço como antigamente, sendo ele usufruído principalmente pelos setores de renda média e baixa⁶⁹.

Também é possível estabelecer uma diferenciação etária no uso do centro, já que chama atenção a pouca presença de jovens. Em contrapartida, o centro é muito valorizado pelos aposentados, não somente como área de consumo, mas também de lazer: jogar baralho na praça, discutir temas variados com os amigos e antigos colegas. Esses grupos apresentam, segundo Whitacker (1997, p. 259), uma maior identidade simbólica com a área central da cidade, “herança da própria história do município e de uma estrutura urbana que se apresentava como mononuclear”.

⁶⁸ SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: _____. *Textos e contextos para a leitura de uma cidade média*. Presidente Prudente: PPGG FCT/UNESP, GAsPERR, 2001. p. 235-253.

⁶⁹ A configuração radial das linhas de ônibus urbanos reforça essa tendência.

Outro elemento importante a destacar corresponde ao valor simbólico do centro tradicional. Se bem que, para parte da população prudentina, o centro perde importância como local de consumo e sociabilidade, ele não perde essa importância na hora de certas manifestações de tipo reivindicativo ou quando são realizadas campanhas de saúde, apresentações artísticas etc⁷⁰.

Apesar dessa constatação, é um fato indiscutível que a elite local prefere consumir em espaços diferenciados, como o Prudenshopping que é um espaço privado que assume características de espaço público por ser de uso coletivo, levando para dentro dos seus limites: o caminhar olhando vitrines, o antigo *footing* (ou um arremedo dele) típico das praças centrais das cidades no passado, só que num ambiente climatizado, vigiado e organizado para e pelo consumo. O espaço do *shopping* não é aberto a todos, apesar de parecê-lo.

Um outro aspecto importante de ser ressaltado é o *prestígio* que o Prudenshopping possui como local para os eventos da sociedade prudentina. Assim, sucedem-se desfiles, exposições, premiações de pessoas destacadas da cidade e região etc. Nessa perspectiva, é notória a tendência de alguns colégios privados da cidade de realizar seus eventos no *shopping*, incluindo mostras de atividades e trabalhos de alunos, feiras de livros, festas juninas ou outras festas, as quais antigamente eram realizadas nos próprios colégios. O Prudenshopping é o palco que dá visibilidade às ações, como se elas não existissem se não acontecessem nele. Ao analisar o centro da cidade, vimos que ele ainda possui valor simbólico para a realização de eventos reivindicativos; obviamente, o Prudenshopping não possui esse valor; nele os conflitos não existem ou não se manifestam, mas esse espaço privado outorga notoriedade aos eventos que interessam a uma parcela da sociedade prudentina.

Como já ressaltamos, o Prudenshopping parece um espaço aberto a todos, mas não é – ele é privado e não público. A lógica do espaço produzido não gera integração, nem estimula a participação; ela é excludente porque baseada na capacidade de consumo, contribuindo para a irrupção de uma sociabilidade segmentada.

⁷⁰ Voltaremos a esse ponto no capítulo 4.

Nesse sentido, pode ser entendida a última campanha publicitária do *shopping*, que usou o slogan “*Prudenshopping tem a nossa cara*”. Segundo a diretora do marketing:

Para levar essa mensagem aos freqüentadores, os *outdoors* reproduzem pessoas comuns, observadas no seu cotidiano de compromissos e de lazer, escolhidas em diversas cidades da região, entre profissionais liberais, donas de casa, homens de negócios, jovens estudantes e crianças.⁷¹

Observando os *outdoors* e publicidade na TV e jornais, verificamos que as pessoas comuns não são tão comuns assim, já que se trata de advogados, empresárias, uma criança “futura atriz”, um jovem campeão de tênis etc. Obviamente, a campanha publicitária concentra-se no público alvo do *shopping*, com alto poder de consumo, deixando de lado muitas outras “pessoas comuns”.

2.3.3 Loteamentos fechados: morando no *Primeiro Mundo*

A cidade de Presidente Prudente possui nove loteamentos fechados⁷² orientados à população de renda média-alta e alta, os quais nos fazem questionar o sentido do espaço público e do papel do poder público municipal na produção do espaço urbano.

Os loteamentos fechados constituem uma materialização clara, evidente e inegável da privatização do espaço público. Neles, ruas e áreas de lazer ficam confinadas atrás dos muros que os rodeiam, disponíveis exclusivamente para os seus moradores. Em Presidente Prudente, como no Brasil todo, os loteamentos fechados nascem amparados na Lei Federal 6.766 de 1979, situação que constitui uma ilegalidade⁷³, já que a citada lei não contempla a figura dos loteamentos “fechados”. Do ponto de vista legal, loteamento implica a “subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação,

⁷¹ Jornal O Imparcial, “Prudenshopping: novo perfil e alcance regional”, 23/03/2003, p. 6.B.

⁷² Jardim Morumbi, Jardim João Paulo II, Central Park Residence, Parque Residencial Damha, Parque Residencial Damha II, Golden Village, Residencial Beatriz, Residencial Portinari e Quinta das Flores.

⁷³ Cf. FREITAS, José Carlos de. *Da legalidade dos loteamentos fechados*. São Paulo: Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Habitação e Urbanismo, 1998. Disponível em: <<http://www.mp.sp.gov.br/caohabitacao>>. Acesso em: 8 nov. 2002.

com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes”⁷⁴. Nesse sentido, o loteamento por definição, não pode ser fechado, pois implica na negação de acesso a espaços públicos que são gerados para a cidade: vias de circulação e logradouros públicos.

O processo de produção dos loteamentos fechados em Presidente Prudente iniciou-se em 1975, com a aprovação do projeto do primeiro loteamento (Jardim Morumbi). Posteriormente, no começo dos anos 1980, é lançado o segundo loteamento (Jardim João Paulo II), que apresenta a particularidade de um acordo comercial entre a proprietária da gleba, a mitra diocesana de Presidente Prudente, e uma empresa incorporadora.

Outro fato fundamental para o surgimento e a consolidação dos loteamentos fechados resulta de ações do executivo e da câmara municipal, aspecto que nos remete ao papel do poder público na produção do espaço urbano. Com efeito, a legislação urbana do município, em vigência na época da implantação dos dois primeiros projetos, proibia o fechamento dos loteamentos residenciais. O executivo municipal não somente se omitiu no cumprimento da legislação, mas também contribuiu para a solução oportuna do problema da ilegalidade, sancionando, em 1981, a Lei Municipal 2.187, que, entre outros pontos, transformou as áreas públicas do loteamento em objetos de concessão de uso especial para os moradores. Na realidade, com essa medida, os espaços públicos perderam sua condição e foram **privatizados** em favor dos moradores dos loteamentos⁷⁵.

Essa lei, que teve a intenção de legalizar os loteamentos fechados existentes naquela data, contribuiu para o estabelecimento de um marco

⁷⁴ Lei Federal 6.766 de 1979 – art. 2.

⁷⁵ Em 1996, a Lei Complementar 32, que formava parte do Plano Diretor e que trata da subdivisão do solo urbano, incorporou a figura dos loteamentos fechados, sendo revogada em 1997 a Lei Municipal 2.187. Essa revogação é um fato confuso, já que com ela desapareceu a figura da “concessão de uso especial” – figura em si questionável porque a referida concessão envolve bens de uso comum do povo, sobre os quais ninguém tem direito ao uso exclusivo ou a privilégios na utilização. Na prática, isso significa que atualmente ficou mais fácil o fechamento de um loteamento, sendo somente necessário cumprir as disposições da lei de zoneamento, dispor no máximo de dois acessos, não interferir no prolongamento das vias principais, possuir uma guarita de no mínimo 100 m² e respeitar os índices que se referem ao dimensionamento das ruas internas. A Lei Complementar 127, aprovada em 2003, que revogou a Lei Complementar 32/1996, manteve as mesmas exigências para os loteamentos fechados.

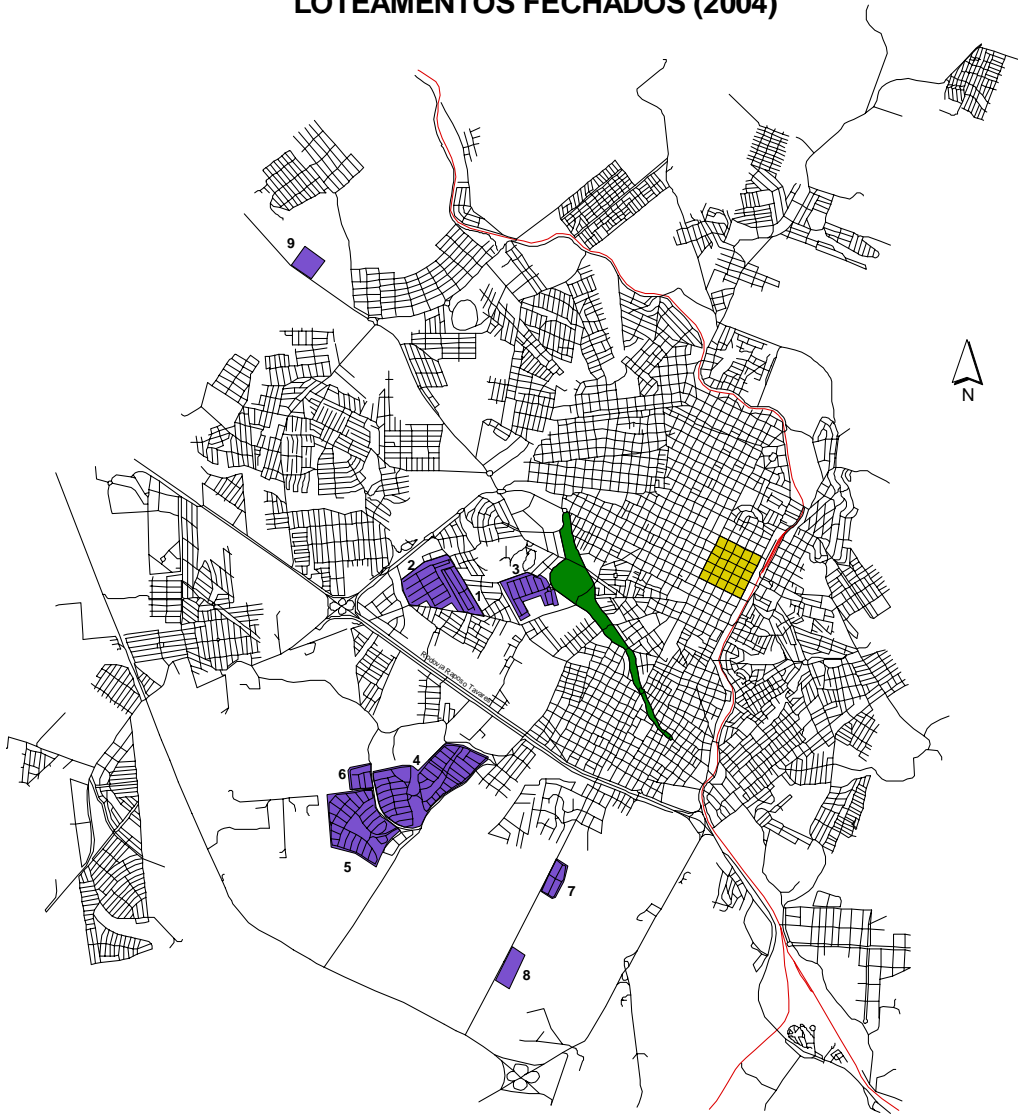
legal que respaldasse esses tipos de empreendimentos residenciais, ainda que se possa questioná-la por contrariar princípios definidos na Lei Federal 6.766 de 1979, segundo a qual se exige, no processo de parcelamento da terra para uso urbano, a definição de parte da gleba para uso público.

Com a segurança que aquela legislação municipal criou, desenvolveram-se posteriormente outros sete projetos: os três implantados no decorrer da década de 1990 (Central Park Residence, Parque Residencial Damha e Parque Residencial Damha II) foram sendo sucessivamente maiores em área incorporada e número de lotes colocados à venda; enquanto que os últimos projetos lançados no mercado a partir de 2001 (Golden Village, Residencial Beatriz e Quinta das Flores), mostram uma tendência a maior exclusividade residencial, ao dispor de um número menor de lotes, mas de superfície e preço maiores. Em geral, os loteamentos fechados de Presidente Prudente tendem a se localizar na região Sul da cidade, consolidando, especialmente ao sul da Rodovia Raposo Tavares uma zona residencial de alto padrão; a única exceção é o loteamento fechado Residencial Portinari que se localiza na zona Oeste da cidade. (Mapa 10)





O panorama descrito sobre os loteamentos fechados em Presidente Prudente remete-nos às reflexões de José de Souza Martins (2000) sobre a difícil distinção entre público e privado numa sociedade desigual com um Estado clientelista e patrimonialista, atento a responder às necessidades dos grupos mais poderosos, os que representa. Nesse sentido, pode ser entendida a realização de obras públicas que favorecem a zona Sul da cidade, especialmente a abertura de novas avenidas que têm contribuído para consolidar uma nova frente de expansão e especulação imobiliária ligada à figura dos loteamentos fechados e, obviamente, aos seus incorporadores⁷⁶.

⁷⁶ Analisaremos em detalhe esse aspecto no Capítulo 3.

MAPA 10
PRESIDENTE PRUDENTE:
LOTEAMENTOS FECHADOS (2004)



LEGENDA

-  Loteamentos Fechados
-  Centro
-  Parque do Povo
-  Estrada de ferro

LOTEAMENTOS FECHADOS

1. Jardim Morumbi (1975)
2. Jardim João Paulo II (1980)
3. Central Park Residence (1991)
4. Parque Residencial Damha (1996)
5. Parque Residencial Damha II (1999)
6. Residencial Beatriz (2001)
7. Golden Village (2002)
8. Residencial Quinta das Flores (2003)
9. Residencial Portinari (2003)



Base digital: SIMESPP - 2001.
Org.: Oscar Soberzo.

A data corresponde ao ano de aprovação ou início das vendas dos loteamentos.

Outro aspecto que os loteamentos fechados exemplificam é a superficialidade da nossa modernidade – parecer mais que ser. Nas estratégias de comercialização desses produtos residenciais, sempre são destacados aspectos relativos ao “estilo moderno de morar”, à promessa de “primeiro mundo” disponível para alguns, à “arte de viver” ou “viver com estilo”. Inclusive no discurso do poder municipal e no imaginário social é positivo que a cidade tenha loteamentos fechados, à semelhança das grandes cidades, “assim como em São Paulo”, constituindo sinais de progresso e avanço da sociedade prudentina.

Numa ótica diferente, os loteamentos fechados contribuem para a segmentação das práticas socioespaciais ao constituírem espaços socialmente homogêneos, que propiciam e aprofundam uma socialização privada, em ruas e praças privadas, e que continua em colégios privados, clubes privados e *shopping centers* privados.

A socialização privada no interior dos loteamentos fechados não deve ser entendida como uma vida comunitária próxima. Caldeira (2000, p. 262)⁷⁷ chama a atenção para a inexistência de referências à vida comunitária nos condomínios de São Paulo – as pessoas querem morar entre iguais, mas querem se diferenciar entre os iguais. Em pesquisa anterior (SOBARZO, 1999a)⁷⁸, evidenciamos esse aspecto, nos loteamentos fechados de Presidente Prudente, quando conseguimos identificar alguns conflitos e tensões produzidas entre os vizinhos, assim como o pouco interesse mostrado na utilização das áreas comuns dos loteamentos.

O loteamento fechado parece representar, fielmente, o anseio de uma parte da população de deixar a cidade aberta e seus espaços públicos. Em grande medida, essa parcela da população é a mesma que tende a abandonar o centro da cidade como local de compras e passeio, e a erigir o *shopping center* como um dos principais espaços de socialização⁷⁹.

⁷⁷ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000.

⁷⁸ SOBARZO, Oscar. *A segregação socioespacial em Presidente Prudente: análise dos condomínios horizontais*. Presidente Prudente, 1999a. 213 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

⁷⁹ Aspecto recolhido nas estratégias de comercialização dos loteamentos fechados, como no caso do Residencial Portinari localizado a “dois minutos do Prudenshopping” como destaca a sua publicidade.

Essas práticas nos levam a confirmar nossas reflexões sobre a sociabilidade segmentada em Presidente Prudente, percepção que se complementa ao avançar nas análises sobre a produção do espaço público e as estratégias de acumulação do capital que analisaremos no seguinte capítulo.

CAPÍTULO 3:

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

Nunca han tomado una micro y menos se han subido al Metro para no pegarse a lepra asalariada. Total, en el sector alto de la ciudad lo tienen todo: sus cines, sus saunas, sus gimnasios, sus shoppings, sus universidades, sus centros comerciales.

Nunca têm pegado um ônibus e menos têm subido ao Metrô para não se contagiar com a lepra assalariada. Ao final, no setor alto da cidade o tem todo: seus cinemas, suas saunas, suas academias, seus shoppings, suas universidades, seus centros comerciais.

(Da crônica "Sanhattan (O el vértigo arribista de soñarse en Nueva York)" de Pedro Lemebel, publicada no livro *Zanjón de la Aguada*)

Neste capítulo, desenvolveremos o segundo nível de análise, a partir do qual abordaremos a produção do espaço; assim, trataremos da relação entre o espaço urbano – especialmente na perspectiva do espaço público – e o processo de acumulação de capital.

Tomando Lefebvre como referencial, temos que a cidade é um produto no sentido amplo, assumindo a característica de **obra**, muito além de um simples produto material. Na cidade se produzem objetos, coisas, mas o fundamental é que nela se produzem relações sociais: produção e reprodução de seres humanos por seres humanos (LEFEBVRE, 1973, p. 64-65)¹.

Para Lefebvre, o conceito de “produção” não se limita à fabricação de coisas. Entendida num sentido amplo – o filosófico –, a produção não deixa nada fora dela, compreende o mental, o intelectual, as idéias e representações. “Há produção das representações, das idéias, das verdades, assim como das ilusões e dos erros. Há produção da própria consciência” (LEFEBVRE, 1999a, p. 45)².

No sentido amplo, há *produção* de obras, de idéias, de “espiritualidade” aparente, em resumo, de tudo que faz uma sociedade e uma civilização. No sentido estrito, há a produção de bens, de alimentação, de vestuário, de habitação, de coisas. Este último sentido apóia o primeiro e designa a sua “base” material. (LEFEBVRE, 1999a, p. 46, grifo do autor)

A produção não se reduz à fabricação de produtos. O termo designa, de uma parte, a criação de obras (incluindo o tempo e o espaço sociais), em resumo, a produção “espiritual”, e, de outra parte, a produção material, a fabricação de coisas. Ele designa também a produção do “ser humano” por si mesmo, no decorrer do seu desenvolvimento histórico. Isso implica a produção de *relações sociais*. Enfim, tomado em toda a sua amplitude, o termo envolve a *reprodução*. Não há apenas reprodução biológica (e conseqüente aumento demográfico), mas também reprodução material dos utensílios necessários à produção, instrumentos técnicos e, ainda, reprodução das relações sociais. (LEFEBVRE, 1991, p. 37, grifo do autor)³

¹ LEFEBVRE, Henri. *El derecho a la ciudad*. 2. ed. Barcelona: Península, 1973. [Publicado originalmente na França em 1968 sob o título “Le droit à la ville”. No Brasil, “O direito à cidade”, editado em 1969 e 1991].

² LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999a. [Le penseé marxiste et la ville, 1972]

³ LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991. [La vie quotidienne dans le monde moderne, 1968]

Em função dessa conceituação:

[...] a cidade cobre bem a dupla acepção do termo “produzir”. Obra ela mesma, é o lugar onde se produzem as obras diversas, inclusive aquilo que faz o sentido da produção: necessidades e prazeres. É também o lugar onde são produzidos e trocados os bens, onde são consumidos. Reúne essas realidades, essas modalidades do “produzir”, umas imediatas e outras mediatas (indiretas). Essa unidade, da qual é o suporte social, o “sujeito”⁴, ela a concretiza e a data enquanto continuaria abstrata e sem data. (LEFEBVRE, 1999a, p. 51)

Ao relacionar espaço e produção, Lefebvre traz o dinamismo, o movimento da sociedade, a idéia de processo, de complexidade e de diversidade, dimensões deixadas de lado nas abordagens convencionais sobre o espaço. Mas o autor vai além disso, ao destacar que o espaço é também contraditório.

As contradições do espaço não são produto da sua forma racional tal como se deduz nas matemáticas; são produto do conteúdo prático e social e, mais especificamente, do conteúdo capitalista. Efetivamente, esse espaço da sociedade capitalista pretende ser racional, quando, de fato, na prática está comercializado, esmigalhado, vendido por parcelas. Assim, ao mesmo tempo, é global e pulverizado. Parece lógico e está absurdamente recortado. (LEFEBVRE, 1976, p. 42, grifo do autor, tradução nossa)⁵

Essa realidade de espaço recortado, vendido aos pedaços, remete ao desenvolvimento do mundo da mercadoria que alcança o espaço. O espaço social, produto do trabalho social, torna-se elemento gerador de mais-valia. Assim, “o espaço inteiro entra na produção como produto através da compra, da venda, da troca de parcelas do espaço” (LEFEBVRE, 1999b, p. 142)⁶.

Nesse sentido, o espaço urbano:

⁴ O uso do termo “sujeito” traria muitas críticas para Lefebvre, por uma suposta fetichização do espaço. A leitura ampla da obra de Lefebvre invalida essas críticas – não é o espaço o sujeito, é a sociedade na sua relação com o espaço.

⁵ LEFEBVRE, Henri. *Espacio y política: el derecho a la ciudad II*. Barcelona: Península, 1976. [Espace et politique. Le droit à la ville, II, 1972]

⁶ LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999b. [La révolution urbaine, 1970]

[...] surge como um produto de caráter singular que, às vezes, é simplesmente *consumido* (em formas como viagens, turismo ou atividades de lazer) como um artigo vasto e, às vezes, em áreas metropolitanas, *produtivamente consumido* (da mesma maneira que as máquinas, por exemplo), como um aparato produtivo de grande escala. (LEFEBVRE, 1992, p. 349, grifo do autor, tradução nossa)⁷

Essa dinâmica de consumo do espaço – **simplesmente consumido e produtivamente consumido** – determina que a produção, comercialização e consumo do espaço urbano se convertem em aspectos fundamentais da própria reprodução e acumulação do capital. A cidade vendida aos pedaços – criada, destruída e recriada, vendida novamente, valorizada ou desvalorizada, renovada, enobrecida⁸, abandonada, apresentada na embalagem de um novo produto imobiliário a ser comprado ou consumido – torna-se parte integrante da reprodução capitalista, não só porque nela são produzidos e trocados bens materiais e imateriais, ou porque nela, num sentido amplo, a sociedade como um todo é reproduzida, mas também, num sentido que poderíamos considerar restrito, porque a cidade ela mesma passa a ser um produto consumido, comprado e vendido, assumindo uma função fundamental na circulação e acumulação de capital.

Num sentido mais geral, Harvey (2003)⁹ afirma que:

O capitalismo não pode se manter sem as suas “soluções espaciais”. Uma e outra vez, têm recorrido à reorganização geográfica (à expansão e à intensificação) como solução parcial das suas crises e pontos mortos. O capitalismo, portanto, constrói e reconstrói uma geografia a sua própria imagem. (HARVEY, 2003, p. 72, tradução nossa)¹⁰

Seguido esse raciocínio, a cidade também é construída e reconstruída à imagem do capitalismo, no sentido de auxiliar na superação das suas crises e

⁷ LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1992. [Production de l'espace, 1974]

⁸ Estamos usando termo “enobrecimento” no sentido do processo de *gentrification*, que alguns autores têm traduzido como “gentrificação”.

⁹ HARVEY, David. *Espacios de esperanza*. Madrid: Akal, 2003. [Spaces of hope, 2000]

¹⁰ David Harvey vem desenvolvendo esta idéia desde o começo da década de 1980. Na obra citada o autor remete a seu livro *The limits to capital*, publicado em 1982.

constituir-se como parte das “soluções espaciais”¹¹ adotadas como ajustes nos sistemas produtivos e nas formas de circulação e consumo.

Nesse contexto, Carlos (2001)¹² ressalta:

Parece não haver dúvida de que a cidade se reproduz, continuamente, como condição geral do processo de valorização gerado no capitalismo no sentido de viabilizar os processos de produção, distribuição, circulação, troca e consumo e, com isso, permitir que o ciclo do capital se desenvolva e possibilite a continuidade da produção, logo, sua reprodução. (CARLOS, 2001, p. 15)

Assim, uma lógica tende a impor a maneira como a cidade será produzida e reproduzida, “pela ação dos promotores imobiliários, das estratégias do sistema financeiro e da gestão política, às vezes de modo conflitante, em outros momentos de forma convergente” (CARLOS, 2001, p. 15).

Da análise de Carlos (2001), desenvolvida a partir da realidade da **metrópole paulistana**, trazemos a idéia da “**raridade do espaço**”, ou seja, a estratégia por transformar, recriar, mudar formas e conteúdos de parcelas da cidade, para integrá-las no circuito da compra e venda, com vistas ao desenvolvimento ou consolidação de **novos** padrões de consumo de espaço para residências, lazer ou trabalho. Assim, o espaço é artificialmente tornado **raro** para que alcance um “valor” mais elevado (LEFEBVRE, 1976, p. 107). A raridade produzida no espaço é contraditória, já que “raro” – como poderia se pensar num primeiro momento – não quer dizer “único” ou “incomum”, pelo contrário, a **raridade** compreende a repetição de padrões arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos, possíveis de se encontrar em qualquer espaço metropolitano mundial que passe por dinâmicas semelhantes. Nesse sentido,

¹¹ Quando nos referimos à cidade como elemento fundamental na acumulação de capital ou da reprodução do capitalismo, não deixamos de considerar que, nesse processo, existem agentes, empresas, corporações, organizações e/ou instituições que lucram e comandam essa reprodução. A nossa análise não tem como intenção “personificar” ou “corporificar” o capitalismo ou a cidade, no sentido de reconhecê-lo como agente das mudanças. Este ponto ficará mais evidente ao analisarmos especificamente a cidade de Presidente Prudente.

¹² CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-Tempo na Metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

podem ser contextualizadas as análises de Harvey (1998, p. 92)¹³, Ascher (1994)¹⁴, Arantes (2000; 2002)¹⁵, Vainer (2000)¹⁶ e Sánchez (2001)¹⁷, entre outros, sobre intervenções urbanas, concorrência entre cidades e planejamento estratégico, associadas à globalização, análises essas que evidenciam os mecanismos, os valores e as práticas a partir dos quais e segundo os quais a cidade vem sendo produzida e/ou planejada no período atual.

Por outro lado, essa **raridade** do espaço surge, em parte, pela **escassez** identificada por Carlos (2001, p. 22) para o crescimento em extensão na metrópole de São Paulo, situação oposta à encontrada em cidades médias, nas quais, em geral, dispõe-se de grandes áreas para a expansão territorial urbana. Nesses casos, a **raridade** está associada ao surgimento de um **espaço novo**, identificado como novos produtos imobiliários que se apresentam em oposição aos bairros já existentes que passam a ser considerados como **velhos**. Esse processo responde à luta contra a obsolescência demasiado lenta dos produtos imobiliários e acelera desse modo o ciclo do capital.

Na perspectiva específica de nossas análises sobre o espaço urbano de Presidente Prudente, fazem-se necessários alguns ajustes quando pensada a dinâmica da acumulação capitalista, não porque ela não exista – ela está presente em cada parcela do espaço –, mas porque ela se manifesta em magnitudes ou intensidades diferenciadas se comparada com o mesmo processo num espaço metropolitano.

¹³ HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1998. [The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change, 1989]

¹⁴ ASCHER, François. Projeto público e realizações privadas: o planejamento das cidades refloresce. *Cadernos IPPUR (UFRJ)*, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 1, p. 83-96, abr. 1994. [publicado originalmente na revista *Annales de la Recherche Urbaine*, n. 51, 1992]

¹⁵ ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 11-74; ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Cultura e transformação urbana. In: PALLAMIN, Vera M. (org.) *Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. p. 59-70.

¹⁶ VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-103.

¹⁷ SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n.16, p. 31-49, jun. 2001.

Nesse contexto, é preciso apontar que, na metrópole, pensando especialmente no caso de São Paulo, os processos relacionados com a reprodução e acumulação capitalistas são muito mais intensos, engajados em dinâmicas globais de circulação de capitais, capazes de modificar radicalmente formas e conteúdos de importantes parcelas do espaço urbano, como no caso da Operação Urbana Faria Lima, analisado por Carlos (2001).

Numa cidade média, interiorana como Presidente Prudente, os impactos de uma dinâmica de acumulação manifestam-se de forma diferenciada, ou seja, existem processos de acumulação e reprodução de capital, mas dificilmente da mesma magnitude que num espaço metropolitano. Mas, essa intensidade diferenciada não significa que as **tensões** entre os espaços públicos e privados – ou em termos mais gerais entre as esferas do público e do privado –, na perspectiva da acumulação capitalista, tenham que ser analisadas como sendo menores ou menos agudas. Pelo contrario, o surgimento de um novo produto imobiliário – como um *shopping center*, por exemplo –, que em termos de capitais movimentados, volumes de vendas ou superfície construída, em comparação com os de um espaço metropolitano, pode ser muito menor, na perspectiva do impacto sobre a relação público↔privado, adquire uma dimensão muito mais visível, até agressiva e com repercussões que, potencialmente, podem ser sentidas de maneira mais intensa em outras parcelas do espaço urbano, quando se analisam espaços urbanos não-metropolitanos.

Encontramos uma relação entre esses apontamentos e as características do espaço identificadas por Lefebvre (1992, p. 282): **espaço global**: a acumulação capitalista tende à homogeneização, repetindo os mesmos processos e produtos imobiliários; **espaço fragmentado**: a mesma reprodução do capital separa e tende a ressaltar as especificidades dos lugares para facilitar a sua comercialização; e **espaço hierárquico**: ordenando cada lugar de forma desigual, criando relações de subordinação. Consideramos que é possível fazer essa leitura, tanto no plano interurbano, como intra-urbano, já que o espaço se transforma em global e homogêneo pelo processo da acumulação e reprodução capitalista, que escolhe diferenciadamente alguns locais fragmentando-os e criando uma hierarquia que, no plano interurbano,

pode ser lida na relação desigual entre cidades de diferentes portes e/ou cujos papéis econômicos e políticos são diferentes entre si; e no plano intra-urbano, entre os diferentes setores de uma mesma cidade: centro comercial tradicional, novos centros e *shopping centers*; bairros ocupados por segmentos de baixo, médio e alto poder aquisitivo; antigos bairros industriais e novos centros empresariais.

A seguir, tentaremos desenvolver essa reflexão analisando duas dinâmicas da acumulação capitalista e sua relação com o espaço público em Presidente Prudente, considerando o surgimento de novos produtos imobiliários e processos de valorização de áreas.

3.1 Novos produtos imobiliários: novas formas para consumo, lazer e moradia

Neste item, queremos destacar como o surgimento dos produtos imobiliários que analisaremos – *shopping centers* e loteamentos fechados – repercute direta e fortemente na relação público⇔privado numa cidade média como Presidente Prudente. O foco das análises será essa relação público⇔privado e não o espaço público isoladamente, pois como já apontamos no início do Capítulo 2, é preciso analisar o público na sua relação com o privado, ainda mais neste caso quando as atividades para as quais os novos produtos imobiliários se orientam, envolvem sempre, ou quase sempre, relações entre essas duas esferas. Nesse sentido, pense-se no ato de morar e sua relação entre casa e rua; no ato de consumir e a interface entre loja e rua; ou no lazer, que pode ocorrer em espaços públicos, privados ou em ambos.

Os *shopping centers* e os loteamentos fechados representam produtos que expressam novas formas e práticas para antigas ações – consumo, lazer e moradia – contribuindo na sua materialização para o processo de acumulação de capital. Em termos gerais, esses produtos imobiliários formam parte de uma categoria mais ampla que Caldeira (2000)¹⁸ chama de “**enclaves fortificados**”.

¹⁸ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000.

Eles [os enclaves fortificados] estão mudando consideravelmente a maneira como as pessoas das classes média e alta vivem, consomem, trabalham e gastam seu tempo de lazer. Eles estão mudando o panorama da cidade, seu padrão de segregação espacial e o caráter do espaço público e das interações públicas entre as classes. Os enclaves fortificados incluem [além dos loteamentos fechados] conjuntos de escritórios, shopping centers, e cada vez mais outros espaços que tem sido adaptados para se conformarem a esse modelo, como escolas, hospitais, centros de lazer e parques temáticos. Todos os tipos de enclaves fortificados partilham algumas características básicas. São propriedade privada para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo em que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. São controlados por guardas armados e sistemas de segurança, que impõem as regras de inclusão e exclusão. São flexíveis: devido ao seu tamanho, às novas tecnologias de comunicação, organização do trabalho e aos sistemas de segurança, eles são espaços autônomos, independentes do seu entorno, que podem ser situados praticamente em qualquer lugar. Em outras palavras, em contraste com formas anteriores de empreendimentos comerciais e residenciais, eles pertencem não aos seus arredores imediatos, mas a redes invisíveis. Em consequência, embora tendam a ser espaços para as classes altas, podem ser situados em áreas rurais ou na periferia, ao lado de favelas ou casas autoconstruídas. Finalmente, os enclaves tendem a ser ambientes socialmente homogêneos. Aqueles que escolhem habitar esses espaços valorizam viver entre pessoas seletas (ou seja, do mesmo grupo social) e longe das interações indesejadas, movimento, heterogeneidade, perigo e imprevisibilidade das ruas. Os enclaves privados e fortificados cultivam um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e com o que pode ser chamado de um estilo moderno de espaço público aberto à livre circulação. Eles estão transformando a natureza do espaço público e a qualidade das interações públicas na cidade, que estão se tornando cada vez mais marcadas por suspeita e restrição. (CALDEIRA, 2000, p. 258-259)

Esses “novos produtos” alimentam, reforçam e respondem ao desejo de um segmento da população – o de maior poder aquisitivo – de se diferenciar, dispondo na cidade de seus **espaços próprios**, como analisado no capítulo anterior. A dinâmica de produção dos enclaves fortificados pode ser lida como a tendência de criar um **espaço global e homogêneo**, já que esses empreendimentos podem ser encontrados nas diversas cidades, embora sejam menos freqüentes em cidades pequenas. Também, a mesma dinâmica

fragmenta os espaços, pois os enclaves têm poucas ou nulas relações com as suas adjacências, e **hierarquiza** os lugares, uma vez que essas iniciativas potenciam os espaços que dispõem dessas novas formas de moradia, consumo, lazer e produção, tanto no interior de uma mesma cidade, como nas relações entre cidades, gerando processos de circulação – comunicações e transporte –, cujos exemplos mais claros são os deslocamentos diários daqueles que trabalham nesses espaços e os fluxos daqueles que se deslocam para consumir neles. Por outro lado, esse processo também modifica as práticas de consumo comandadas por **valores subjetivos e ideológicos** que expressam o desejo de dispor desses novos espaços, que passam a ser conceituados como indicadores da modernização.

No mesmo sentido, é necessário destacar novamente que, apesar de se tratar de uma dinâmica global – lida neste capítulo a partir da reprodução e acumulação de capital –, ela não se manifesta da mesma maneira nem com a mesma intensidade em todos os lugares. Assim, é possível encontrar todos os tipos de enclaves fortificados na metrópole, mais ligados com os processos globais de circulação de capital e com um mercado potencial muito maior. No entanto, na medida em que nos afastamos, física e demograficamente das grandes aglomerações urbanas, veremos que, em cidades grandes e médias, os mesmos produtos imobiliários não se apresentam na mesma intensidade e sob a mesma diversidade de formas. O exemplo de Presidente Prudente é claro: aqui somente encontramos loteamentos fechados e *shopping centers*; os enclaves fortificados do tipo centros empresariais ou de serviços e grandes parques temáticos não existem.

Analisando o processo de acumulação de capital de outra perspectiva, em função da forte desigualdade socioeconômica da nossa sociedade e da retração dos níveis de crescimento e de poder aquisitivo, uma grande parcela da população fica fora do mercado porque não tem capacidade de consumir, diminuindo a demanda solvente para os produtos imobiliários. Assim, as estratégias de reprodução de capital devem criar novos produtos para vender novas formas, deixando obsoletas as antigas, apresentando o **novo** e o **moderno** como desejo e aspiração para o segmento que possui a capacidade financeira para os consumir. Como aponta Lefebvre (1991, p. 91): “Para que a

usura 'moral' e a obsolescência das coisas trabalhem rapidamente, é preciso também que as necessidades envelheçam, que jovens necessidades as substituam. É a estratégia do desejo!". Dessa maneira, para os já proprietários são apresentadas novas formas de moradia, consumo e lazer, permitindo que entrem novamente no circuito de consumo, de forma que a cidade seja novamente vendida (SOBARZO e SPOSITO, 2003, p. 42)¹⁹.

Esse processo que contrapõe o **novo** ao **antigo** tem fortes conseqüências nas cidades médias, podendo ser sentidas de maneira ainda mais forte que nos espaços metropolitanos. Com efeito, o impacto de uma nova forma de morar ou de consumir, em função do tamanho do mercado de uma cidade média, pode significar um processo muito mais acentuado de obsolescência das antigas formas de morar ou consumir. Sposito (2004, p. 379)²⁰, destaca essa tendência como parte de um ideário urbano que, no plano simbólico, associa o moderno ao novo e por sua vez eles à vida metropolitana. Voltando aos nossos exemplos, o impacto que o surgimento do *shopping center* teve no comércio da área central de Presidente Prudente, consolidando a retirada dele dos segmentos de maior poder aquisitivo e reforçando o seu processo de "popularização", foi muito evidente. A cidade não tem ou não tem ainda, demanda solvável para a manutenção dessas duas áreas comerciais. Esse fato juntamente com o desejo da elite de **espaços próprios e exclusivos**, impacta fortemente no conjunto do espaço urbano. No espaço metropolitano, no qual se dispõe de uma demanda solvável muito maior, é possível a coexistência não somente de vários *shopping centers*, mas também de outras áreas comerciais abertas, inclusive de alto padrão. Assim, o *shopping* não adquire tão fortemente valorização como decorrente de ser a **única**, ou quase a única alternativa para o consumo de certos extratos sociais, como ocorre numa cidade média como Presidente Prudente.

Uma análise similar comporta o caso dos loteamentos fechados, que tendem a se consolidar, especialmente no plano simbólico, como a forma

¹⁹ SOBARZO, Oscar; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Urbanizaciones cerradas: reflexiones y desafíos. *Ciudades*, Puebla (México), Red Nacional de Investigación Urbana, n. 59, p. 37-43, jul.-sept. 2003.

²⁰ SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. Presidente Prudente, 2004. 508 p. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.*

moderna de morar, própria dos grupos de maior poder aquisitivo. Ainda mais, em cidades médias, em comparação com espaços metropolitanos, os menores preços da terra urbana – influenciados pela maior disponibilidade de áreas loteáveis – e os custos de vida e de construção comparativamente menores facilitam o acesso a esse tipo de produto imobiliário até para grupos de poder aquisitivo médio²¹. Para Sposito (2004):

Isso significa que a classe média se inclui na demanda solvável que é capaz de adquirir imóveis de alto padrão e/ou substituir, em menores intervalos de tempo, os imóveis residenciais dos quais já é proprietária por novos imóveis, ou seja, por novos produtos imobiliários, que incluem novos *habitats* urbanos.

Dessa forma, o consumo e a apropriação dos espaços urbanos produzidos pelo setor imobiliário, vão se realizar, em cidades de porte médio, segundo uma segmentação que difere da observada nas metrópoles, gerando uma separação socioespacial entre os mais “pobres” e os mais “ricos”, que inclui a classe média neste último grupo. (SPOSITO, 2004, p. 374)

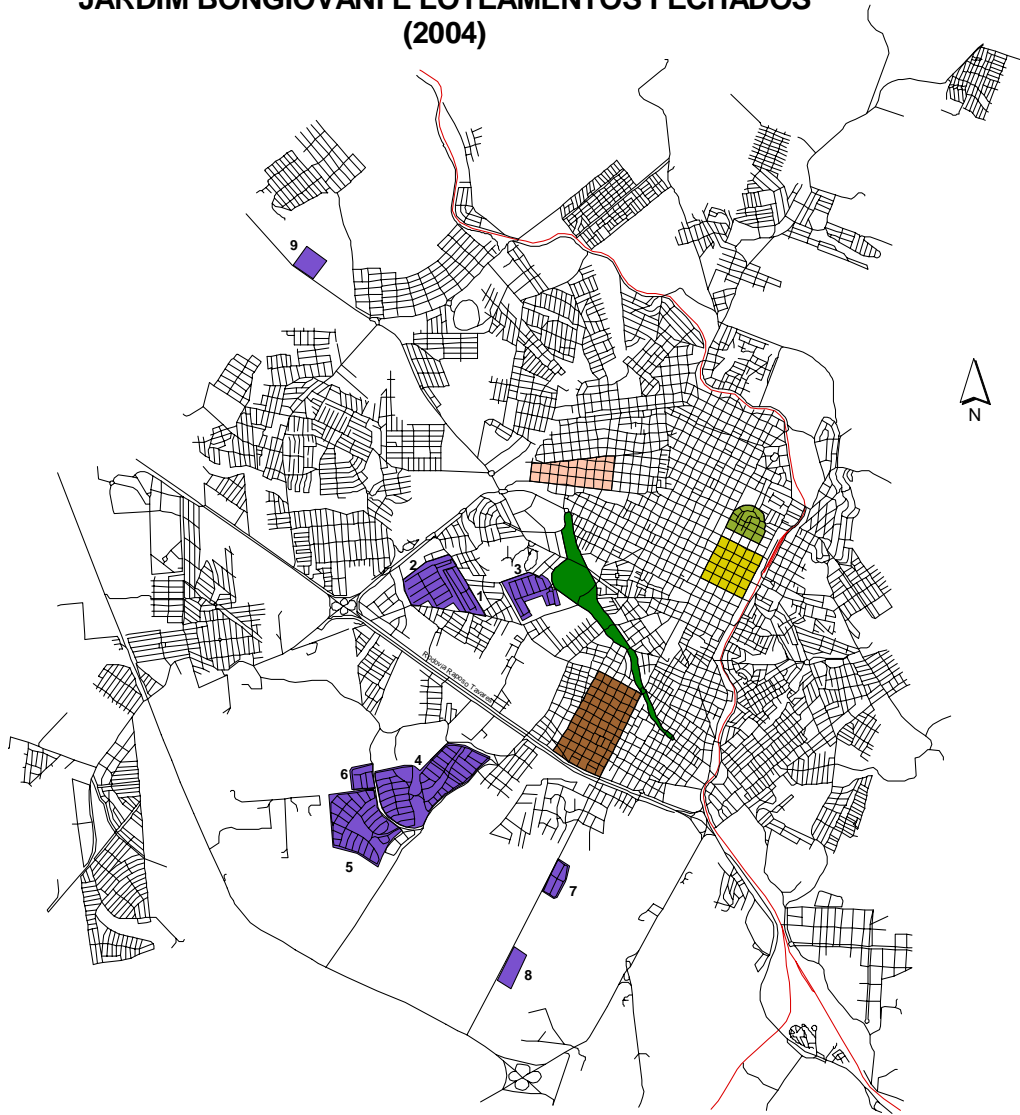
Essa dinâmica não só se explica pelos custos menores de aceder às novas formas de moradia, mas também porque uma fração dos segmentos médios, por meio do consumo, tenta imitar as elites e, por sua vez, é imitada por segmentos de menor poder aquisitivo (LEFEBVRE, 1976, p. 111), numa espécie de “efeito cascata”, que explica, em parte, o grande prestígio simbólico que essas novas formas de morar possuem em amplos setores da sociedade.

Com isso, antigos bairros abertos ocupados pelos segmentos altos e médios são afetados pelo surgimento de uma nova forma de morar. Em Presidente Prudente, analisando as tendências da expansão urbana em termos gerais, esse processo pode ser visto, cronologicamente, com a consolidação, em diferentes épocas, dos bairros residenciais do Bosque, Jardim Paulista, Jardim Bongiovani e, atualmente, os loteamentos fechados²². (Mapa 11)

²¹ Essa possibilidade vem sendo explorada e atualmente se encontram em fase de projeto e cadastro, em Presidente Prudente, dois condomínios fechados de características mais “populares”, com casas cujos valores flutuam entre R\$34.500 e R\$41.100, que possivelmente serão financiados pela Caixa Econômica Federal.

²² Evidentemente, uma análise mais detalhada desse processo escapa aos objetivos deste trabalho, mas pode se constituir num ponto de partida para futuras reflexões.

MAPA 11
PRESIDENTE PRUDENTE:
BAIRRO DO BOSQUE, JARDIM PAULISTA,
JARDIM BONGIOVANI E LOTEAMENTOS FECHADOS
(2004)



LEGENDA

- Bairro do Bosque (Década de 1940)
- Jardim Paulista (1946)
- Jardim Bongiovani (1962)
- Loteamentos Fechados
- Centro
- Parque do Povo
- Estrada de ferro

LOTEAMENTOS FECHADOS

1. Jardim Morumbi (1975)
2. Jardim João Paulo II (1980)
3. Central Park Residence (1991)
4. Parque Residencial Damha (1996)
5. Parque Residencial Damha II (1999)
6. Residencial Beatriz (2001)
7. Golden Village (2002)
8. Residencial Quinta das Flores (2003)
9. Residencial Portinari (2003)



Base digital: SIME SPP - 2001.
 Orig.: Oscar Sobarzo.

A data corresponde ao ano de aprovação ou início das vendas dos loteamentos.

Esses bairros, de modo geral, têm significado, cada um em seu tempo, a **nova** forma de morar. O Bairro do Bosque surgiu em finais da década de 1940, envolvendo uma grande polêmica, já que significou a derrubada de uma área de aproximadamente 48.000 m² de vegetação arbórea nativa, conhecida como “Bosque Municipal”, que tinha sido alugada à Prefeitura Municipal pelo Coronel Goulart em 1938 e recebido benfeitorias para convertê-la em um passeio público. Em finais da década de 1940, a área foi vendida, desrespeitando o seu caráter público e, após disputas judiciais, a propriedade finalmente foi entregue a seu comprador e posteriormente loteada²³.

O Jardim Paulista corresponde a um loteamento implantado em 1946 e ampliado na década de 1960. Num primeiro momento, nas décadas de 1950 e 1960, os compradores foram famílias de baixa renda, já que o bairro era mal servido de infra-estrutura e serviços, não dispunha de asfalto e seu acesso era difícil, já que se encontrava pouco articulado à rede de ruas asfaltadas da cidade, constituindo a periferia naquela época. No começo da década de 1970, o perfil dos ocupantes do bairro mudou em função das melhorias nas condições de acesso (“chegada” do asfalto) e na dotação de serviços e infra-estrutura (ITO e BELTRÃO, 1987, p. 13)²⁴. Essa dinâmica significou a valorização da área, sendo modificado o perfil socioeconômico e físico do bairro, alterando fortemente o padrão das construções originais.

No caso específico do Jardim Bongiovani, a sua destinação para os setores de maior poder aquisitivo foi uma estratégia planejada desde o seu lançamento. De fato, a partir de 1962, ano em que surgiu o loteamento, os preços dos lotes foram mantidos elevados, embora se tratasse de uma área sem asfalto, nem esgoto e distante do centro, registrando-se poucas vendas na década de 1960. Pelo contrário, na década seguinte, em função do asfaltamento do bairro, do projeto de canalização do Córrego do Veado e implantação do Parque do Povo, as vendas foram expressivas e consolidou-se

²³ Cf. Jornal A Voz do Povo, “Em defesa do Bosque Municipal”, 06/04/1937; “O Bosque Municipal deve ser conservado!”, 22/06/1947; “Bosque Municipal”, 15/02/1948. (Levantamento realizado por Luis Paulo Valente, cf. nas Referências Bibliográficas)

²⁴ ITO, Claudemira Azevedo; BELTRÃO, Leila Maria Vasquez. *O uso residencial do solo em Presidente Prudente: exemplos de ocupação regularizada, não regularizada e clandestina*. Presidente Prudente, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, 1987. 46 f. (Trabalho Acadêmico).

o processo de “seleção das classes de renda que deveriam consumir este espaço” (SPOSITO, 1983, p. 155-158)²⁵.

No contexto da valorização do capital, é claro que na metrópole os produtos imobiliários analisados têm um impacto muito maior, já que envolvem quantidades e fluxos de investimentos também maiores. Na perspectiva de uma cidade média, as cifras investidas e movimentadas podem ser menores, mas os impactos no conjunto da cidade podem ser sentidos mais evidentemente, especialmente, na relação público↔privado como veremos a seguir.

3.1.1 Prudenshopping: consumo e lazer no mundo privado

O Prudenshopping é o principal *shopping center* da cidade²⁶. No seu processo de produção, a relação público↔privado não foi somente afetada pela irrupção de um espaço totalmente privado para o consumo, mas também pelo agir do poder público municipal. Nesse sentido, é muito interessante analisar o processo de implantação desse *shopping center*, já que esse empreendimento resultou de iniciativa da Prefeitura Municipal. Segundo Montessoro (1999, p. 59-60)²⁷, a Prefeitura foi, através da Companhia Prudentina de Desenvolvimento (Prudenco), empresa municipal de capital misto, proprietária do terreno e responsável, na primeira fase, pelo empreendimento. Posteriormente, a Prefeitura Municipal associou-se com

²⁵ SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *O chão em Presidente Prudente: a lógica da expansão territorial urbana*. Rio Claro, 1983. 230 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro, UNESP.

²⁶ O Prudenshopping possui 140 lojas, 1.200 vagas de estacionamento, 1.021 lugares na praça de alimentação, 4 salas de cinema, 41.000 m² de área construída, 19.000 m² de área para locação e suas lojas âncoras são dois *fast-food*, um supermercado Carrefour, uma loja de eletrodomésticos e uma loja de brinquedos. Utilizando a classificação da Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce) pode ser considerado um shopping de tipo regional (segundo a sua propaganda atende a 1.200.000 habitantes de 64 municípios – Cf. www.prudenshopping.com.br). O outro *shopping* da cidade é o Shopping Center Americanas, que pode ser considerado um shopping de tipo comunitário (possui 65 lojas, 515 vagas de estacionamento, 350 lugares na praça de alimentação, 3 salas de cinema, 35.000 m² de área construída, 10.100 m² de área para locação e sua loja âncora é o Hipermercado Super Muffato – Cf. www.shoppingamericanas.com.br/prudente/shopping.htm). A dependência do shopping center Americanas do supermercado é quase total, situação que ficou evidente no período de 2002 e 2003 quando o supermercado Carrefour se retirou desse shopping e uma grande porcentagem das lojas teve que fechar. A chegada do Hipermercado Super Muffato reativou o shopping e a maioria dos pontos comerciais foi reaberta.

²⁷ MONTESSORO, Cláudia Cristina Lopes. *Shopping centers e (re)estruturação urbana em Presidente Prudente*. Presidente Prudente, 1999. 167 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

outras duas empresas privadas, o que facilitou a ampliação da área para a instalação do *shopping*.

Em meados de 1990, antes da inauguração, realizada em novembro desse ano, o poder municipal aprovou a Lei 2.975, que autorizou a Prudenco a vender sua participação acionária no Prudenshopping. Na imprensa da época, tentou-se justificar a medida como uma forma de obter recursos para a construção de casas populares, medida de grande impacto na opinião pública, mas no corpo da lei consta que os recursos teriam sido destinados a “diversos serviços e obras públicas”.

Outra medida tomada pela Prefeitura com relação ao Prudenshopping foi estabelecida pela Lei Municipal 2.974 de 1990 (lei imediatamente anterior àquela que autorizou a venda das ações). Essa lei autorizou o executivo municipal a alienar um terreno pertencente à Prefeitura, localizado ao lado do *shopping center* e cruzado por um córrego. O mais interessante desse caso é que a área foi entregue ao Prudenshopping em troca da “urbanização” do córrego, o aterro do terreno e a continuidade e pavimentação de uma rua. A lógica indica que o terreno poderia ter sido vendido e logo “urbanizado” pelos seus novos donos, já que, para eles, essa obra interessava para ampliar a área de estacionamentos, mas o que aconteceu foi que a Prefeitura o entregou em troca de uma rua e sua pavimentação²⁸.

Como em outros casos, o discurso da modernidade está presente no Prudenshopping. Nesse sentido, na época de inauguração, a imprensa foi “generosa” ao destacar que o grau de **desenvolvimento** da cidade era capaz de comportar esse empreendimento e apontava a **modernidade** que significava o *shopping* como padrão de qualidade, com “bom-gosto e charme” a ser imitado por todo o comércio local.

A análise apresentada mostra que o Prudenshopping é mais que um espaço privado de consumo e lazer coletivos. Ele é um empreendimento que expressa a complicada relação entre público e privado – o público que vira privado, mas que é construído a partir do público. A nova forma de consumo e

²⁸ Para o Prudenshopping foi um excelente negócio, já que um dos sócios na época, Anwar Damha – atualmente o único dono do *shopping* – possui uma empreiteira especializada em construção pesada (Encalso).

lazer associada ao privado cria uma nova sociabilidade segmentada que modifica o público, expresso na antiga forma de consumo e lazer realizada no centro da cidade: nela um indivíduo (o consumidor) tinha uma relação direta com o coletivo (o conjunto dos outros consumidores ou freqüentadores do centro), circulando num espaço público (a rua) e consumindo num espaço privado (a loja). O *shopping center* significa que um indivíduo consome e circula em espaços privados, rodeado de outros indivíduos cuja soma não tem a capacidade de constituir o público, visto que se trata de uma prática segmentada, orientada para uma parcela limitada da população.

Um exemplo emblemático dessa dinâmica, quase surreal, foi a localização, desde meados de 2003 até meados de 2004, no estacionamento do Prudenshopping, de um colégio privado. Tratava-se do colégio HOLOS, pertencente à família do atual Prefeito Agripino Lima, que se localizava entre o McDonalds e o Habib's, que gerou discussões sobre o *fast-food* da educação e que entre as "amenidades" oferecidas dispunha de salas climatizadas e "equipadas com câmaras de vídeo, para que os pais dos alunos possam acessar, via Internet, em tempo real, acompanhando o movimento dos filhos e as atividades desenvolvidas no local"²⁹. Em resumo, o Prudenshopping não somente significa consumo e lazer privados; também acrescenta nessa lista a educação privada, determinando práticas de sociabilidade segmentadas e contribuindo, como aponta Carlos (1996)³⁰, para:

[...] a constituição de uma *identidade cultural abstrata*, determinada pela sociedade de consumo, que marca a relação entre as pessoas pela mercadoria, como é o caso dos *shopping centers* que se transformam em imensas áreas privadas e normatizadas de lazer para população de alto poder aquisitivo, seguras e assépticas, mas que determinam comportamentos, relacionamentos e a fama do lugar criando uma identidade espacial. (CARLOS, 1996, p. 78-79, grifo do autor)

²⁹ Cf. Caderno Unoeste, ano 4, n. 34, maio de 2003, p. 3.

³⁰ CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

3.1.2 Loteamentos fechados: “viver com estilo”³¹

Uma mesma prática segmentada, de acesso restrito, é a que se consolida por meio das formas de morar em loteamentos fechados no espaço urbano. Do ponto de vista da relação público↔privado, pelo fato de se efetivar a privatização de ruas e espaços de lazer que estão intra-muros, os loteamentos fechados retiram de uma parte da cidade a inter-relação casa↔rua, espaço privado↔espaço público, vida privada protegida pelos muros da casa↔vida pública aberta aos outros. No caso dos loteamentos fechados, essa vida pública perde esse caráter, pois um outro muro a separa da cidade aberta. Nos loteamentos fechados podemos identificar “a existência de uma identidade que se constrói a partir da renda e que acaba produzindo um modo de vida próprio, bem como um modo de pensar e sentir o espaço que cria uma ‘aparente’ identidade entre seus moradores” (CARLOS, 1996, p. 71).

Na perspectiva da acumulação e reprodução do capital, os loteamentos fechados formam parte da lógica de venda de um novo produto para a parcela da sociedade que compõe a demanda solvente, seja no caso de já ser proprietária de algum imóvel ou no caso de novos compradores, que é instada a aderir à nova forma de morar. Nesse contexto, como vários trabalhos têm destacado, são explorados, nas estratégias de comercialização, aspectos relacionados com a segurança oferecida atrás dos muros – em oposição à insegurança da cidade aberta –, a distinção, o estilo e o *status* da nova e moderna forma de morar, bem como a disponibilidade de áreas de lazer e infraestrutura³². (Fotografia 20)

³¹ Frase tomada da propaganda de comercialização do Parque Residencial Damha.

³² Cf. CABRALES, Luis Felipe (org.). *Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara – UNESCO, 2002; SVAMPA, Maristella. *Los que ganaron: la vida en los countries y barrios privados*. Buenos Aires: Biblos, 2001; CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000; SOBARZO, Oscar. *A segregação socioespacial em Presidente Prudente: análise dos condomínios horizontais*. Presidente Prudente, 1999a. 213 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.



Fotografia 20: Interior aprazível do loteamento fechado Jardim João Paulo II (novembro de 1998)

Dessa forma, a necessidade básica de dispor de um local para morar reveste-se de outras dimensões, especialmente no plano simbólico, que conferem aos loteamentos fechados uma característica especial e os colocam como “**a forma de morar**” quase única para os segmentos de maior poder aquisitivo. Novamente, devemos destacar como nas estratégias de comercialização são explorados elementos de uma modernidade superficial, que promete vida moderna, arte de viver com estilo, primeiro mundo etc. Essas construções simbólicas alimentam o desejo e a aspiração da população para alcançar esse “primeiro mundo”, fato que pode ser relacionado às altas vendas que cada novo loteamento fechado provoca ao ser lançado no mercado, como se existisse uma fila de ávidos e ansiosos compradores esperando pelo seu *ticket* para a modernidade prometida atrás dos muros³³. (Fotografias 21 e 22)

³³ Em pesquisa anterior (SOBARZO, 1999a), notamos que as vendas dos lotes dos loteamentos fechados tendem a se concentrar nos primeiros meses, logo após o lançamento, o que demonstra que além de existir uma demanda forte para morar nesse tipo de loteamentos, existem práticas especulativas e uma forte influência da propaganda inicial, o que significa também que, a cada novo loteamento fechado lançado no mercado, as vendas dos lotes remanescentes nos outros caem. Assim, é possível afirmar que o topo do mercado vai sendo sempre ocupado pelo **novos do novo**.



Fotografia 21: Muro do loteamento fechado Jardim João Paulo II (outubro de 1998)



Fotografia 22: Muro do loteamento fechado Jardim João Paulo II (julho de 2004)

A comparação das fotografias permite observar como a “vida moderna”, prometida atrás dos muros, deve ser progressivamente protegida. Em 1998 bastavam quatro fios de arame eletrificado, já em 2004 são precisos oito fios e aumentar o muro com uma tela de arame.

Numa outra frente da análise, é importante destacar os agentes que estão por trás desses processos de acumulação de capital, já que, às vezes, corre-se o risco de personificar “o capital” como se fosse ele próprio que toma decisões e as coloca em prática, articulando e coordenando dinâmicas diferentes entre si e complexas. Na verdade, essas dinâmicas resultam das iniciativas de uma variedade de agentes – proprietários fundiários, incorporadores, construtoras, financeiras, imobiliárias, entre outros – com interesses e objetivos que muitas vezes competem entre si. “Embora as ações desse setor [imobiliário] possam ser combinadas e organizadas, não existe nenhum mecanismo abrangente de coordenação” (GOTTDIENER, 1997, p. 268)³⁴. As diversas frações do capital encontram uma certa unidade no seu objetivo comum: reproduzir sua riqueza vendendo a cidade.

No caso específico de Presidente Prudente, é fundamental analisar os agentes produtores dos loteamentos fechados porque o mercado apresenta uma forte concentração em duas empresas, uma incorporadora e uma corretora, ambas de propriedade de Anwar Damha. A empreiteira Encalso e AD Empreendimentos Imobiliários tiveram participação direta na produção de quatro dos nove loteamentos fechados de Presidente Prudente³⁵, representando 66% dos lotes disponibilizados. Ainda mais, a sua participação não se restringe a esse tipo de novo produto imobiliário, já que, como foi apontado anteriormente, o mesmo empresário é o proprietário do Prudenshopping e já implantou um novo centro comercial vizinho aos loteamentos Damha, denominado *Damha Center*³⁶ (Fotografia 23). Temos, então, que um mesmo agente produtor do espaço urbano concentra suas ações de reprodução do capital na produção dos novos produtos imobiliários que mais contribuem nessa cidade para a segmentação das práticas de sociabilidade e que se orientam, principalmente, para os grupos de maior poder aquisitivo.

³⁴ GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997. [The social production of urban space, 1985]

³⁵ Jardim João Paulo II (em associação à Mitra Diocesana proprietária do terreno), Parque Residencial Damha, Parque Residencial Damha II e Residencial Beatriz.

³⁶ O referido empresário também possui loteamentos fechados em São José do Rio Preto e Campo Grande.



Fotografia 23: Damha Center (setembro de 2004)

Numa outra perspectiva, as ações desse empresário têm sido fundamentais para iniciar um processo de consolidação de uma parte da zona Sul da cidade, além da Rodovia Raposo Tavares, como uma área quase exclusiva para loteamentos fechados. Aos loteamentos Parque Residencial Damha, Parque Residencial Damha II e Residencial Beatriz, têm se somado, nos últimos anos, o Golden Village e o Quinta das Flores, contabilizando-se cinco loteamentos fechados nesse setor da cidade. (ver Mapa 10 no capítulo 2)

Nessa consolidação, além da implantação, em si, dos loteamentos, tem sido fundamental o papel da Prefeitura Municipal, que tem contribuído com uma nova frente para a expansão imobiliária por meio da abertura de novas avenidas nesse setor da cidade. Essa situação demonstra que a concentração de poder econômico, associada aos novos produtos imobiliários, tem a sua correspondência no poder político, uma vez que os agentes privados produtores da cidade possuem a capacidade de influenciar as ações dessa esfera.

No seguinte item, continuaremos com essa temática ao tratar dos processos de valorização e de apropriação privada da produção do espaço urbano.

3.2 Valorização de áreas: a apropriação privada da produção social do espaço urbano

O espaço urbano, como foi analisado no início deste capítulo, possui a particularidade, em função do seu caráter e conteúdo capitalistas, de ser contraditório, parecer racional e unificado, quando na verdade se apresenta fragmentado; é vendido aos pedaços, sendo ao mesmo tempo global e pulverizado (LEFEBVRE, 1976, p. 42). Nesse plano, corresponde ao Estado, por meio do poder político, manter ou criar a impressão da unidade, mantendo unido o que é desunido, ligando o que está separado (LEFEBVRE, 1992, p. 365-366).

Utilizando a tríade conceitual proposta por Lefebvre (1992, p. 33, 38-39), podemos afirmar que aos planos da **prática espacial** e do **espaço de representação**, nos quais emergem essas contradições, especialmente entre o espaço vivido e apropriado – fragmentado – e o espaço dominado – aparentemente unido e global –, é possível contrapor o plano das **representações do espaço**, concepções abstratas de planejadores, urbanistas, tecnocratas e engenheiros sociais e, também, do Estado que elaboram a idéia de racionalidade e unidade do espaço, associada à dominação e a uma certa “ordem” das relações de produção.

Nesse contexto de contradições, o espaço urbano apresenta-se como um produto social, cujos benefícios são apropriados de forma privada. A produção do espaço urbano obedece ao movimento de toda a sociedade, mas os benefícios dessa produção não são apropriados de forma homogênea por todos os segmentos dela; pelo contrário, a apropriação é desigual, beneficiando principalmente os grupos de maior poder político e econômico³⁷.

³⁷ Neste ponto, está se usando a palavra “apropriação” numa acepção restrita, porque se refere principalmente ao usufruto diferenciado dos benefícios que a cidade produz socialmente. O sentido amplo do termo “apropriação”, definido por Lefebvre (1975, p. 164) como a meta, o sentido, a finalidade da vida social, será abordado no Capítulo 4. Cf. LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. 3. ed. Barcelona: Península, 1975. [Du rural à l'urbain, 1970]

Como aponta Carlos (2001):

A contradição entre o processo de produção social do espaço e sua apropriação privada está na base do entendimento do processo de reprodução espacial. Isto porque, em uma sociedade fundada sobre a troca, a apropriação do espaço, ele próprio produzido como mercadoria, liga-se cada vez mais à forma de mercadoria, servindo às necessidades da acumulação por meio das mudanças/readaptações de usos e funções dos lugares, que também se reproduzem sob a lei do reproduzível, a partir de estratégias da reprodução em determinado momento da história do capitalismo. Este se estende cada vez mais ao espaço global, criando novos setores de atividade, extensão das atividades produtivas. Cada vez mais o espaço, produzido como mercadoria, entra no circuito da troca, atraindo capitais que migram de um setor da economia para outro de modo a viabilizar a reprodução³⁸. As possibilidades de ocupar o espaço são sempre crescentes, o que explica a emergência de uma lógica associada a uma nova forma de dominação do espaço que se reproduz ordenando e direcionando a ocupação, fragmentando e tornando os espaços trocáveis a partir de operações que se realizam no mercado. Desse modo o espaço é produzido e reproduzido como mercadoria reproduzível. (CARLOS, 2001, p. 15-16)

O papel do Estado é fundamental nesse processo, porque assume a condução de um processo conflituoso, da mesma forma que cria uma aparência de unidade no espaço urbano fragmentado. No plano da acumulação capitalista:

O processo de reprodução espacial envolve segmentos diferenciados da sociedade, com interesses e desejos conflituosos. Todavia, o processo de reprodução espacial revela que os interesses divergentes podem entrecruzar-se sob a unidade do Estado, que tem inquestionável poder de comando. (CARLOS, 2001, p. 24)

Nas análises que apresentamos a seguir, procuramos destacar esses processos, especialmente na perspectiva da produção de espaços públicos por parte da Prefeitura Municipal que tem contribuído para a valorização de áreas e a apropriação, principalmente, privada desses benefícios.

³⁸ A característica do capital de migrar de um setor a outro para a sua reprodução é clara no caso da produção de loteamentos fechados em Presidente Prudente. Em 2001, o empresário Anwar Damha diversificou suas atividades ligadas à construção civil e imobiliária, por meio da Damha Nutrição Animal, para os setores de suprimentos e criação. Em 2003, O Grupo Matsuda, dedicado à produção de sementes e nutrição animal, fez o caminho inverso, lançando o loteamento fechado Residencial Portinari, por meio da Matsuda Incorporadora.

3.2.1 Novas avenidas: “transformando em obras o imposto que você paga”³⁹

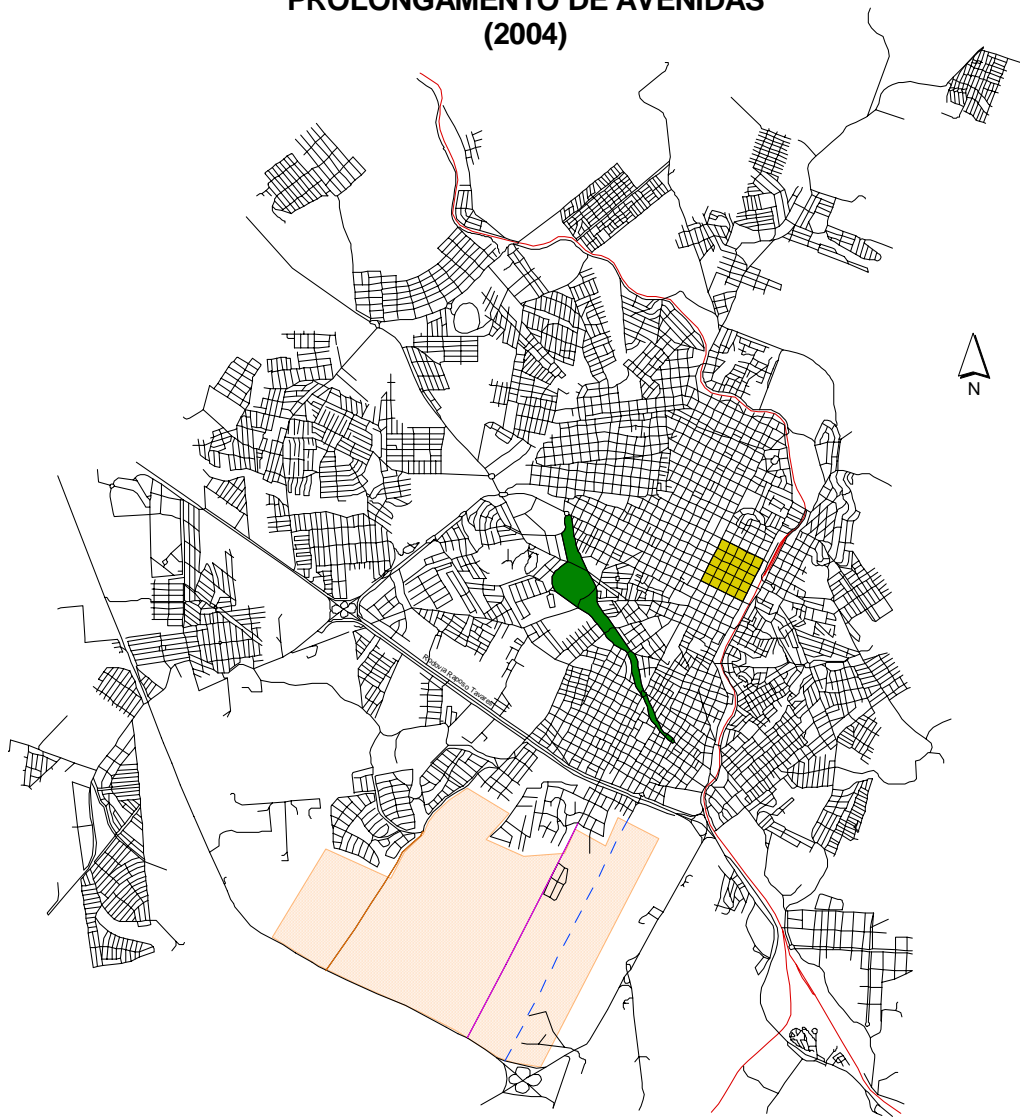
O primeiro exemplo dessa dinâmica, que já foi enunciado nas páginas anteriores, corresponde ao prolongamento de duas avenidas na zona Sul da cidade (Mapa 12). Referimo-nos ao prolongamento da Avenida Coronel José Soares Marcondes, realizado em 1996 no primeiro mandato do prefeito Agripino Lima e sua posterior iluminação no atual governo do mesmo prefeito, no qual também foi realizada a extensão da Avenida Miguel Damha. Essas obras, realizadas com dinheiro público, provindo em parte dos impostos de todos os proprietários e/ou moradores de Presidente Prudente, como apontava a propaganda veiculada pela Prefeitura Municipal no começo de 2003, certamente não seriam aprovadas por nenhum método de avaliação social de projetos pela escassa população diretamente beneficiada, mas como nem todos os cidadãos têm o mesmo peso, mesmo assim foram implantadas.

As obras da Avenida Miguel Damha são um exemplo da apropriação privada da produção social da cidade. Em primeiro lugar, porque o Grupo Damha participou ativamente por intermédio de sua empreiteira Encalso que, em parceria com a empresa mista municipal Prudenco, realizou as obras. Em segundo lugar, porque o prolongamento beneficiou fundamentalmente o grupo Damha, valorizando ainda mais a área onde se localizam seus loteamentos fechados e onde a empresa dispõe de uma reserva de terras para futuros investimentos imobiliários de aproximadamente 100 hectares. Nesse sentido, a declaração do presidente da Prudenco não deixa dúvidas: *“Teremos uma nova frente de crescimento urbano, haverá o desenvolvimento da região”*⁴⁰. Evidentemente, a nova frente aberta, mais que contribuir para o desenvolvimento, contribui para a expansão e especulação imobiliária, e para a consolidação dos loteamentos fechados nesse setor da cidade, favorecendo diretamente os proprietários e incorporadores.

³⁹ Frase tomada de uma propaganda da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente que incentivava o pagamento das dívidas tributárias. (Cf. Jornal Oeste Notícias, 04/02/2003).

⁴⁰ Cf. Jornal Oeste Notícias, “Trevo da Miguel Damha é inaugurado”, 04/02/2003, p. 1.3.

MAPA 12
PRESIDENTE PRUDENTE:
PROLONGAMENTO DE AVENIDAS
(2004)



LEGENDA

- | | |
|---|-------------------------------------|
| Prolongamento de Avenidas | Frente de "especulação imobiliária" |
| — Avenida Coronel José Soares Marcondes | Centro |
| — Avenida Miguel Damha | Parque do Povo |
| - - - Projeção da Avenida Brasil | Estrada de ferro |



Base digital: SIMESPP - 2001.
Org.: Oscar Sobarzo.

Mas o discurso oficial pode ser lido na manchete de capa do jornal: “*Prudente ganha obras de R\$1 milhão*”⁴¹, ou seja, fomos todos os habitantes de Presidente Prudente que nos beneficiamos com as obras⁴². Com a mesma lógica deveria, seguramente, ser assumido o prolongamento da Avenida Brasil anunciado pela atual administração municipal em 2002, que ainda não saiu do papel, devido a entraves judiciais, mas que já foi licitado e cujo contrato, de mais de R\$3 milhões, foi ganho, coincidentemente, pela Encalso Construções Ltda⁴³.

As informações analisadas confirmam-nos que as ações do poder público, influenciadas pelos agentes privados, comandam e orientam os processos de expansão urbana e, especificamente nesse caso, subsidiam a consolidação de espaços segmentados socialmente, caracterizados por práticas auto-segregadoras, que contribuem para o acirramento das diferenças entre a cidade rica e a cidade pobre.

3.2.2 A valorização a partir do Parque do Povo

Como já foi destacado no capítulo 2, a implantação do Parque do Povo também desencadeou um processo de apropriação privada de benefícios relacionados com a produção social do espaço urbano. Nessa perspectiva, Silva (1994, p. 53)⁴⁴ afirma que o Parque do Povo representa uma: “apropriação desigual/diferenciada dos benefícios chamados públicos”.

Ao investir nessa área, o poder público remanejou usos e padrões ocupacionais, renovou-os, intensificando a ocupação do solo urbano por segmentos sociais de maior poder aquisitivo, através dos recursos do programa CURA. Tais iniciativas instigaram novas oportunidades de investimentos, visando benefícios aos proprietários e agentes imobiliários. (SILVA, 1994, p. 125)

⁴¹ Cf. Jornal Oeste Notícias, 04/02/2003, p. 1.1.

⁴² Não gostaríamos de passar a impressão de ser contrários à realização de qualquer obra pública, especialmente novas obras como a abertura de avenidas; somente somos críticos, nos casos analisados, por ser clara a intenção de beneficiamento diferenciado e privilegiado para alguns agentes produtores da cidade, e o disfarce que tenta se construir nesses casos justificando um suposto benefício coletivo.

⁴³ Cf. Jornal Oeste Notícias, Seção Editais, 22/11/2002, p. 2.14.

⁴⁴ SILVA, Maria José Martinelli. *O Parque do Povo em Presidente Prudente-SP: a lógica da intervenção do poder público local no processo de (re)estruturação do espaço urbano*. Presidente Prudente, 1994. 195 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

Ainda mais, o poder público municipal agiu de forma diferenciada e discriminadora com relação aos proprietários e moradores afetados diretamente com a implementação do parque. Segundo Silva (1994, p. 39-49), para os proprietários de grandes terrenos ou daqueles com boas relações políticas, os impactos da obra foram positivos, já que houve valorização das áreas remanescentes à expropriação, uma vez que estas incorporaram os benefícios financiados com os recursos públicos. Pelo contrário, os pequenos proprietários foram afetados negativamente, porque o preço pago no processo de desapropriação não lhes permitiu se manter na mesma área ou porque a valorização, refletida no aumento dos impostos territoriais, significou-lhes custos que não podiam enfrentar, gerando, em ambos os casos, o deslocamento deles, fundamentalmente, para áreas periféricas carentes de infraestrutura e serviços.

Nesse contexto, os trabalhos de Sposito (1983) e Hora e Silva (1991)⁴⁵ mostram como a implementação do Parque do Povo contribuiu para a valorização das áreas adjacentes, provocando a saída de parte da população de menor renda e a chegada de novos proprietários de maior poder aquisitivo.

Depois da implementação do parque, verificaram-se processos de substituição populacional ou de consolidação da ocupação por grupos de alto poder aquisitivo na maioria dos bairros existentes antes da urbanização do fundo de vale e da criação da área de lazer. Segundo Sposito (1983, p. 95-101, 157-161), as obras do Parque do Povo criaram “externalidades positivas” que, em alguns casos impuseram custos que a população de baixo poder aquisitivo residente na área não tinha condições de enfrentar, estimulando a substituição dos residentes (como aconteceu nos bairros Jardim Paulistano, Vila Tabajara, Vila Guaíra, Vila Liberdade, Jardim Caiçara e Vila Mathilde Vieira), enquanto que noutros casos significou a consolidação de uma ocupação por grupos de alto e médio poder aquisitivo

⁴⁵ HORA, Mara Lúcia Falconi da; SILVA, Maria José Martinelli. *Produção x apropriação do espaço urbano: o papel exercido pelo poder público no processo de “valorização” de áreas urbanas. O exemplo do Jardim Caiçara e da Vila Matilde Vieira em Presidente Prudente – São Paulo. Presidente Prudente, 1991. 83 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.*

definida com anterioridade (Jardim Bongiovani e Cidade Universitária). (Mapa 13)

A referida valorização da área também pode ser observada na implantação, posterior às obras do parque, do loteamento fechado Jardim João Paulo II (1980) e do bairro aberto de alto padrão Jardim Marupiara (1980), assim como na construção de prédios residenciais para os segmentos de alto poder aquisitivo, nas adjacências do parque e na instalação nos últimos anos de alguns tipos de comércios e serviços requintados, como butiques e restaurantes. (Fotografias 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31)

* * *

Em termos gerais, podemos afirmar que os processos de reprodução e acumulação de capital, enfocados neste capítulo por meio da análise dos novos produtos imobiliários e da valorização de áreas, modificam profundamente as formas e, também, os conteúdos presentes na cidade, sendo possível observar isso nas novas formas que determinam novos padrões de sociabilidade. Nesta pesquisa, defendemos a tese da consolidação de um padrão de sociabilidade segmentado que afeta ou influencia o plano da realização da vida humana e será, justamente, sobre essa temática que refletiremos no seguinte capítulo.



Oscar Sobarzo

Fotografia 24: Vila Liberdade – coexistência de antigas e novas formas
(julho de 2004)



Oscar Sobarzo

Fotografia 25: Vila Liberdade – habitação que conserva o padrão original
(julho de 2004)



Fotografia 26: Novos padrões habitacionais no Parque do Povo – avenida 11 de Maio esquina rua Padre João Goetz (julho de 2003)



Fotografia 27: Novos padrões habitacionais no Jardim Bongiovani – rua José Bongiovani (julho de 2003)



Fotografia 28: Butique de grifes exclusivas no Parque do Povo – avenida 14 de Setembro, proximidades da Vila Guaíra (julho de 2003)



Fotografia 29: Serviços diversos oferecidos no Parque do Povo: academia de ginástica, lavanderia, faculdade e concessionária de veículos – avenida 11 de Maio, Jardim Morishita (julho de 2004)



Oscar Sobharzo

Fotografia 30: Loja de artigos esportivos no Parque do Povo – avenida 11 de Maio, Vila Liberdade (julho de 2004)



Oscar Sobharzo

Fotografia 31: Centro médico especializado no Jardim Bongiovani (julho de 2004)

CAPÍTULO 4:

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E A REALIZAÇÃO DA VIDA HUMANA: APROPRIAÇÃO E COTIDIANO

[...] los parques de la ciudad nos pertenecen a todos, y el mejor uso que pueden tener, es cuando en verano los cabros chicos transforman sus fuentes de agua en piscinas populares. [...] Esos espejos de agua con esculturas clásicas y querubines piluchos, ahora cobran vida cuando el familión proleta veranea en el césped de la plaza. Esas esculturas tiesas alegran su inutilidad decorativa cuando los niños pobres se encaraman en sus brazos sin vida.

[...] os parques da cidade nos pertencem a todos, e o melhor uso que podem ter, é quando no verão os garotos transformam suas fontes de água em piscinas populares. [...] Esses espelhos de água com esculturas clássicas e querubins pelados, agora ganham vida quando a grande família proletária veraneia no gramado da praça. Essas esculturas rijas alegram sua inutilidade decorativa quando as crianças pobres sobem nos seus braços sem vida.

(Da crônica “Veraneo en la Capital (O la gota gorda del sudor capitalino)” de Pedro Lemebel, publicada no livro *Zanjón de la Aguada*)

Nos dois capítulos anteriores, as análises centraram-se nas relações do espaço público com a política e com a acumulação do capital, níveis de análise principalmente ligados ao campo da dominação. No primeiro caso, trata-se da dominação política analisada por meio das ações do poder municipal e das elites locais na produção do espaço urbano. No segundo caso, da dominação econômica, as reflexões giraram em torno dos processos hegemônicos de acumulação e reprodução do capital.

Neste capítulo, em que abordaremos o nível da realização da vida humana, o foco desloca-se da dominação para a apropriação do espaço, ou seja, para as relações socioespaciais produzidas pelo uso, nas práticas cotidianas que conformam o plano do vivido e que constroem a identidade e o sentimento de pertencimento das pessoas. Podemos pensar a leitura da produção do espaço público em termos da dominação, como relações de verticalidade ou processos “vindos de cima” que alteram o caráter do público na cidade. No caso da produção e apropriação desses espaços pelo uso, as relações podem ser lidas na horizontalidade, como uma metáfora de trajetórias no espaço de pessoas que no seu dia-a-dia constroem (e são construídas), modificam (e são modificadas) e dão (encontram) sentidos ao (no) espaço público.

As palavras de Milton Santos (1997)¹, embora pensadas numa outra circunstância de análise, resumem bem essa reflexão:

As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta. (SANTOS, 1997, p. 227)

Nesse contexto, as análises do capítulo iniciam-se com uma reflexão da relação entre apropriação, cotidiano e espaço público, centrando a discussão na possibilidade da leitura, no cotidiano, do conflito entre dominação e

¹ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

apropriação; posteriormente, é analisado o lugar em sua constituição como vida cotidiana; finalmente, as reflexões avançam no sentido de considerar a apropriação do espaço público no cotidiano e a construção de identidade. Continuamos analisando os modos diferenciados de apropriação da cidade, examinando alguns exemplos em Presidente Prudente e concluimos com uma tentativa de leitura das possibilidades de transformação e mudança a partir da apropriação dos espaços públicos.

4.1 Apropriação, cotidiano e espaço público

Como indicamos anteriormente, aqui trataremos da apropriação no sentido amplo: apropriação dos espaços públicos, por meio do uso, para a realização da vida das pessoas no seu cotidiano. Nesse sentido, Lefebvre (1975)² define a apropriação como a finalidade da vida social:

O conceito de apropriação é um dos mais importantes que nos tem podido legar séculos de reflexão filosófica. A ação dos grupos humanos sobre o meio material e natural tem duas modalidades, dois atributos: a dominação e a apropriação. Deveriam ir juntas, mas freqüentemente se separam. A dominação sobre a Natureza material, resultado de operações técnicas, arrasa essa Natureza permitindo às sociedades substituí-la pelos seus produtos. A apropriação não arrasa, mas transforma a Natureza – o corpo e a vida biológica, o tempo e o espaço disponibilizados – em bens humanos. A apropriação é a meta, a finalidade da vida social. Sem a apropriação, a dominação técnica sobre a Natureza tende ao absurdo, na medida em que aumenta. Sem a apropriação, pode existir crescimento econômico e técnico, mas o desenvolvimento social propriamente tal se mantém nulo. (LEFEBVRE, 1975, p. 164-165, tradução nossa)

A oposição entre dominação e apropriação não pode ser entendida como uma dicotomia entre termos excludentes. Para Lefebvre (1992, p. 165, grifo do autor, tradução nossa)³, “o conceito [de dominação] só atinge seu significado pleno quando é contrastado com o conceito oposto e inseparável de *apropriação*”. Nesse sentido, embora a dominação, no

² LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. 3. ed. Barcelona: Península, 1975. [Du rural à l'urbain, 1970]

³ LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1992. [Production de l'espace, 1974]

processo histórico do capitalismo, pareça ganhar ou se impor à apropriação, esta última não desaparece, continua sendo presente e importante. É, justamente, na esfera da vida cotidiana que ambos os conceitos e também ambos os espaços (espaço dominado e espaço apropriado) se manifestam e podem ser lidos claramente na sua inter-relação (LEFEBVRE, 1992, p. 166 e 366).

Como analisa Carlos (1996, p. 144-145)⁴, “o cotidiano não se restringe às atividades de rotina, nem tampouco a atos isolados, isto porque no cotidiano se realizam as coações e se gestam as possibilidades”. Nesse sentido, as **coações** estão ligadas à dominação e as **possibilidades** se relacionam com a apropriação e a potencial subversão que, por meio do uso, são possíveis de se contraporem a essa tentativa de dominação. O cotidiano resume e funde a tendência global da difusão do consumo de massa e a irrupção de um modo de vida associado a valores do consumo e das necessidades criadas e, por outro lado, também inclui a possibilidade da superação e da criação do novo, das insurgências (CARLOS, 1996, p. 145) ou da subversão como apontamos anteriormente.

Segundo Lefebvre (1991)⁵, a vida cotidiana expressa um equilíbrio momentâneo e provisório entre produção e consumo, estruturas e superestruturas, conhecimento e ideologia, relações que permitem considerá-la ao mesmo tempo como **resíduo** e como **produto** do conjunto social.

Lugar do equilíbrio, é também o lugar em que se manifestam os desequilíbrios ameaçadores. Quando as pessoas, numa sociedade assim analisada, não podem mais continuar a viver sua cotidianidade, então começa uma revolução. (LEFEBVRE, 1991, p. 39)

No plano da dominação, o cotidiano se reduz ao âmbito das mercadorias, do consumo, da prevalência do valor de troca sobre o valor de uso, o que leva a relacionar o cotidiano com:

⁴ CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

⁵ LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991. [La vie quotidienne dans le monde moderne, 1968]

[...] o lugar dos gestos repetitivos e da uniformidade e homogeneidade de hábitos, formas de uso, comportamento, valores etc. Tudo programado pelo capitalismo e pela estratégia estatal que organiza o cotidiano (modo de morar, vestir, como e onde despendem as horas de folga e lazer) tratando de abolir a diferença. (CARLOS, 1996, p. 93)

Nesse contexto, parece se impor na vida cotidiana o valor de troca sobre o valor de uso, a dominação sobre a apropriação:

O fato é que o uso reemerge agudamente em conflito com a troca no espaço, e isso não envolve “propriedade”, mas sim “apropriação”. Apropriação insinua tempo (ou tempos), ritmo (ou ritmos), símbolos, e uma prática. A maioria do espaço é funcionalizada – a maioria cai sob a ação dos “agentes” que o manipulam para fazê-lo unifuncional – o menos suscetível se torna apropriação. Por quê? Porque deste modo ele é afastado da esfera do tempo *vivido*, do tempo dos “usuários”⁶, que é um tempo diverso e complexo. (LEFEBVRE, 1992, p. 356, grifo do autor, tradução nossa)

Mas como apontamos anteriormente, junto à dominação existe a apropriação no cotidiano e com ela as possibilidades de transformação, do novo. Nesse contexto, são fundamentais os aportes de De Certeau (2003)⁷ que destaca a capacidade dos usuários de superar a condição de meros consumidores passivos e dominados. Para esse autor, as “**maneiras de fazer**” cotidianas são caracterizadas pela criatividade e “constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sócio-cultural”, chegando a compor, em última instância, a “rede de uma antidisciplina” (DE CERTEAU, 2003, p. 41-42).

De Certeau remete-nos à relação entre **espaços de representação e representações do espaço** (uso/apropriação e dominação):

⁶ Estamos usando o termo “usuário” no sentido dado por Lefebvre por meio da palavra “*usager*”. Segundo Carlos (2001, p. 40 e 44) a tradução mais correta de “*usager*” seria usador, definindo um sentido amplo do termo e mostrando uma relação espacial mais ligada ao valor de uso; já o usuário teria uma relação mais restrita ao valor de troca do espaço. (Cf. CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-Tempo na Metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001). Contudo, preferimos utilizar o termo usuário, com as ressalvas expostas anteriormente e assumindo o seu sentido amplo, porque nas traduções de outros autores utilizados prevalece esse termo.

⁷ DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. [L'invention du quotidien. 1a. arts de faire, 1990]

[...] eu gostaria de detectar práticas estranhas ao espaço “geométrico” ou “geográfico” das construções visuais, panópticas ou teóricas. Essas práticas do espaço remetem a uma forma específica de “operações” (“maneiras de fazer”), a “uma outra espacialidade” (uma experiência “antropológica”, poética e mítica do espaço) e a uma mobilidade *opaca e cega* da cidade habitada. Uma cidade *transumante*, ou metafórica, insinua-se assim no texto claro da cidade planejada e visível. (DE CERTEAU, 2003, p. 172, grifo do autor)

Assim, os usuários e as suas maneiras de se apropriar do espaço constituem uma superação da racionalidade planejada e dominante que tenta se impor na cidade. O espaço da apropriação é o espaço do usuário; o espaço do vivido. “Quando comparado com o espaço abstrato dos especialistas (arquitetos, urbanistas, planejadores), o espaço das atividades cotidianas dos usuários é um espaço concreto, o que quer dizer, subjetivo” (LEFEBVRE, 1992, p. 362, tradução nossa). A vida cotidiana remete à relação entre espaços de representação (vividos, concretos, subjetivos, apropriados) e as representações do espaço (abstratas, objetivas, dominadoras).

Voltando às palavras de De Certeau (2003, p. 172), a relação entre as “maneiras de fazer” e o surgimento de “uma outra espacialidade”, ligada à “experiência antropológica, poética ou mítica do espaço”, que podemos resumir como a **apropriação do espaço** no cotidiano, conduz as nossas reflexões ao conceito de **lugar**. Como o autor especifica: “o espaço é um lugar praticado. Assim, a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres” (DE CERTEAU, 2003, p. 202, grifo do autor).

A introdução do conceito de lugar nas nossas reflexões possibilita avançar no sentido de incorporar a capacidade que a vida cotidiana e a apropriação do espaço possuem na construção da identidade das pessoas, do subjetivo ligado ao vivido, às experiências do uso, que vão além da simples materialidade do espaço já que envolvem aspectos do imaginário e do simbólico, incluindo a potencialidade de mudança e transformação.

O conceito de lugar é claramente definido por Carlos (1996, p. 20) quando, partindo da tríade **habitante-identidade-lugar**, define-o como: “a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua [...]”.

Os lugares relacionam-se ao cotidiano das pessoas, são locais apropriados pelo uso, espaços do vivido, carregados de significado, que criam a identidade. Ainda, a autora nos alerta para não conceber o lugar de forma autônoma, como se tivesse vida própria, mas na sua articulação com a totalidade espacial, considerando as suas relações com o caráter social e histórico da produção do espaço geográfico global (CARLOS, 1996, p. 21-22 e 33).

Nesse sentido, Milton Santos (1997) analisa:

O lugar é o quadro de uma referencia pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações de espontaneidade e da criatividade. (SANTOS, 1997, p. 258)

No momento atual, essa relação do lugar com o global implica num conflito entre novos modelos culturais e de comportamento, ligados ao consumo e ao mundo da mercadoria, e às especificidades das relações da vida no lugar. A irrupção de uma rotina organizada da vida cotidiana transforma radicalmente a sociabilidade, ao transformar os usos e as formas de relacionamento dos e nos lugares, significando a redefinição da prática socioespacial. Nesse processo, o Estado também cumpre um papel importante porque pretende organizar a vida cotidiana, normatizando os usos (CARLOS, 2004, p. 21-22, 26-27)⁸.

A análise dessa dinâmica em Presidente Prudente constituiu o principal objetivo dos capítulos anteriores, nos quais a dominação política e econômica foi abordada na perspectiva da modificação das práticas socioespaciais e da consolidação de uma sociabilidade segmentada. Na perspectiva da relação entre apropriação e espaços públicos, que analisaremos no decorrer deste capítulo, tentaremos ler sempre um conflito entre dominação e uso, espaço abstrato e espaço vivido, normatização e subversão, realidade e virtualidade.

Antes de continuar com as análises, consideramos necessário avançar na relação entre vida cotidiana, lugar e espaços públicos. Um autor que auxilia

⁸ CARLOS, Ana Fani Alessandri. Uma leitura sobre a cidade. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 11-30, jan.-jul. 2004.

nessa tarefa é Mayol (2002)⁹ por meio das análises que realiza sobre o bairro, mas que consideramos serem possíveis de projetar para outros lugares (centro da cidade, praça, rua). O autor citado concebe a apropriação como “uma privatização progressiva do espaço público”, determinada pelo seu uso habitual (MAYOL, 2002, p. 42).

A apropriação, nessa perspectiva, dá significado ao espaço público, interligando as esferas do privado e do público. A apropriação constitui, assim, um prolongamento do privado no público, efetuado mediante o uso, tratando-se, desse modo, de uma “privatização corporal” porque feita pelo corpo do habitante que sai do espaço privado da casa (dentro) e vai “conquistando” para seu uso, para sua vida e, em último termo, para a sua reprodução uma parcela do espaço público (fora) definida pelas suas trajetórias¹⁰. “E é na tensão entre esses dois termos, um *dentro* e um *fora*, que vai aos poucos se tornando um prolongamento de um dentro, que se efetua a apropriação do espaço”. (MAYOL, 2002, p. 42, grifo do autor)

É importante destacar que a apropriação relacionada ao uso dos espaços públicos também apresenta o que temos chamado anteriormente de uma dimensão restrita, ou seja, quando a apropriação consiste não numa privatização “corporal”, mas numa privatização que não permite o uso e a apropriação para os demais usuários. Alguns exemplos dessa apropriação restrita são mostrados nas fotografias 32 e 33. Elas que exemplificam atitudes de descaso com a esfera do público as quais são alimentadas pela concepção de público no senso comum como uma terra de ninguém ou como aquilo que é do governo e do qual é lícito tirar “vantagem”. Essa atitude que vem sendo tomada desde tempos coloniais, remete-nos às relações clientelistas que caracterizam a formação do Brasil.

⁹ MAYOL, Pierre. O bairro. In: DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano*: 2. morar, cozinhar. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 37-45 [L'invention du quotidien. 2 habiter, cuisiner, 1994]

¹⁰ Podemos exemplificar essa privatização “corporal” numa caminhada na qual a cada passo vai se privatizando um pedaço do chão na trajetória definida pelo caminhante. Uma boa representação disso pode ser visto no vídeo-clipe da música *Billie Jean* de meados da década de 1980 do cantor norte-americano Michael Jackson, no qual a cada passo do cantor pela rua acendia-se o chão que pisava; a privatização “corporal” do caminhante seria isso, pedaços do espaço público dos quais ele se apropria pelo uso e que na sua trajetória vão definindo uma seqüência de privatizações que não interferem nas possibilidades de privatização de outros caminhantes nas suas trajetórias.



Fotografia 32: Exemplo de apropriação restrita – os tijolos e a areia na calçada impedem o passo dos pedestres. Rua José Bongiovani, proximidades do Cemitério Municipal (julho de 2003)



Fotografia 33: Exemplo de apropriação restrita – geladeiras e móveis usados na calçada e na rua impedem o passo dos pedestres e dificultam o trânsito de veículos. Rua Gerônimo Mora, Cidade Universitária (julho de 2004)

Nesse sentido, devemos superar a separação dicotômica entre público e privado para compreender a apropriação e avançar no sentido de uma concepção em que a complementaridade esteja presente, ainda que plena de contradições. Não se trata de dois âmbitos separados, mas unidos nas suas diferenças¹¹. Mayol (2002) é preciso quando analisa essa complementaridade no bairro:

Assim, o limite público/privado, que parece ser a estrutura fundadora do bairro para a prática de um usuário, não é apenas uma separação, mas constitui uma separação que une. O público e o privado não são remetidos um de costas para o outro, como dois elementos exógenos, embora coexistentes; são muito mais, são sempre interdependentes um do outro, porque, no bairro, um não tem nenhuma significação sem o outro. (MAYOL, 2002, p. 43)

O bairro, na sua dimensão de lugar, define-se pela possibilidade da apropriação e com ela pela criação da identidade e do reconhecimento dos seus habitantes, o que nos remete à tríade **habitante-identidade-lugar** de Carlos (1996).

Aí se acham reunidas todas as condições para favorecer esse exercício [da apropriação]: conhecimento dos lugares, trajetos cotidianos, relações de vizinhança (política), relações com os comerciantes (economia), sentimentos difusos de estar no próprio território (etologia), tudo isso como indícios cuja acumulação e combinação produzem, e mais tarde organizam o dispositivo social e cultural segundo o qual o espaço urbano se torna não somente o objeto de um conhecimento, mas *o lugar de um reconhecimento*. (MAYOL, 2002, p. 45, grifo do autor)

Nessa dimensão serão analisados os espaços públicos e a relação do público e do privado como produtores e como produtos da apropriação, criando relações de identidade e de reconhecimento para os seus usuários. Na condição de lugares – o calçadão, a praça central, a praça do bairro, a rua comercial, a rua de residência, o parque – esses espaços públicos permitem analisar a interação público↔privado na apropriação pelo uso definido nas práticas cotidianas.

¹¹ Prost (2001, p. 116) utiliza a expressão “espaços de transição”, entre um interior e um exterior, para mostrar essa complementaridade. Cf. PROST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado. In: _____; VICENT, Gerard (org). *História da vida privada*, 5: da Primeira Guerra a nossos dias. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 13-154. [Histoire de la vie privée, vol. 5: De la Première Guerre Mondiale à nos jours, 1997]

4.2 A cidade apropriada e os modos de apropriação da cidade

Partindo da definição de apropriação como uma dimensão do uso dos espaços, no sentido de uma privatização do espaço público na escala do corpo dos usuários (uma privatização corporal), vemos que dificilmente alguém alcança a experiência do uso e da apropriação cotidiana de toda a cidade, pois em função das trajetórias habituais a cidade será apropriada de forma parcial e fragmentada. Assim, para cada usuário existem “pedaços” de cidade apropriada.

A consideração da apropriação como uma privatização do espaço público na escala do corpo dos usuários inter-relaciona as esferas do público e do privado, mas também significa uma relação interescalar porque, embora falemos que a apropriação é realizada na escala do corpo, na verdade, o usuário, a partir do seu corpo, “conquista” uma outra escala representada no espaço público do bairro, do centro da cidade ou num daqueles “pedaços” de cidade definidos pelas suas trajetórias. Utilizando a tipologia “incompleta e aberta” apresentada por Smith (2000)¹² das diferentes escalas geográficas, podemos conceber a apropriação do espaço público como uma instância de “salto escalar”¹³ que permite sair da escala do **corpo** e da **casa** (âmbitos privados) para as escalas da **comunidade** ou do **bairro** e do **espaço urbano** ou de fragmentos dele¹⁴.

Numa outra perspectiva, existem diferentes modos de apropriar esses “pedaços” de cidade. A nossa análise pretende identificar e diferenciar três modos: a caminhada, o uso do transporte coletivo e o uso do automóvel particular.

Ao combinar essas duas dimensões de análise, os fragmentos de cidade apropriada e os modos de apropriação, podemos verificar que a experiência urbana pode mostrar diferentes cidades numa mesma cidade.

¹² SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção da escala geográfica. In: ARANTES, Antonio (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papius, 2000. p. 132-159.

¹³ Entendemos a expressão “salto escalar”, num sentido amplo, como relações interescalares e não somente como saltos entre níveis ou degraus estanques.

¹⁴ Analisaremos mais amplamente a apropriação como relação interescalar no final deste capítulo ao abordarmos as possibilidades de transformação, insurgências ou subversão.

Ao analisarmos, em termos gerais, a cidade apropriada pelos grupos de maior poder aquisitivo – que, como apontamos no Capítulo 3, nas cidades médias podem incluir, pelo menos em algumas práticas, parte dos grupos médios – notamos que há prevalência de dimensões de caráter privado. As trajetórias tendem a se dar entre espaços privados e, quando no espaço público, são sempre mediadas pelo uso do automóvel particular. De fato, as trajetórias da casa – que pode estar dentro de um loteamento fechado – para o *shopping*, escola particular, loja, clube, centro médico privado, outra casa etc. representam percursos entre espaços privados e quando essas trajetórias utilizam a rua – espaço público – não existe um contato direto com ela, já que o automóvel particular cria uma espécie de extensão do mundo privado em movimento pelas ruas. A interação entre o mundo privado e o público, que caracteriza a apropriação, é modificada pela velocidade do automóvel e pelas “barreiras” que ele cria para a verdadeira apropriação relacionada com os sentidos, com a escala do corpo do usuário¹⁵.

Esses grupos de poder aquisitivo médio e alto perdem a oportunidade, muitas vezes, da apropriação, no sentido de uma privatização corporal, por meio de atos banais e cotidianos como, por exemplo, ir até a padaria, ficando dependentes do automóvel. Nesse sentido, muitas vezes fomos testemunha de pessoas que saem de carro do loteamento fechado Jardim Morumbi para comprarem na padaria que fica a 20 metros da portaria e logo voltam para dentro do loteamento¹⁶.

Já no caso dos grupos de menor poder aquisitivo, menos dependentes do automóvel particular, a apropriação está mais relacionada ao corpo e aos sentidos: sair de casa e caminhar até a padaria, a bar ou a quitanda do bairro, até a praça, até a casa da vizinha; ou crianças que mais freqüentemente brincam nas ruas. Quando esses grupos se deslocam, por exemplo até o centro, utilizam transporte coletivo, que também significa uma apropriação modificada pela velocidade, mas o ônibus é uma instancia de contato com

¹⁵ Nesse sentido, é ilustrativa a fala de um morador da cidade que nos confidenciou: “*Moro no centro, mas não conheço mais o centro. Só passo de carro e não vejo direito*”.

¹⁶ Alertamos ao leitor que nossa postura não é contra o uso do automóvel muito menos a de defender um retrocesso que signifique a abolição do carro e dos transportes motorizados na cidade. Somente queremos destacar que o automóvel impõe restrições à apropriação que estamos denominando “corporal”.

outros, com a possibilidade de uma troca de informações, de falar e de escutar. No centro da cidade, é preciso caminhar e se apropriar das ruas até o destino: novamente a apropriação pelo corpo, trajetórias que se cruzam na praça ou no calçadão, público e privado interagindo, as pessoas como seres individuais conformando um público, privatizando-o por meio do seu uso.

A análise anterior mostra experiências diferentes na cidade apropriada: uma experiência mediada pela velocidade do automóvel e uma experiência mais ligada à escala do corpo do usuário. Nesse sentido, Santos (1997) analisa:

Quem, na cidade, tem mobilidade – e pode percorrê-la e esquadrihá-la – acaba por ver pouco, da cidade e do mundo. Sua comunhão com as imagens, freqüentemente prefabricadas, é a sua perdição. Seu conforto, que não desejam perder, vem, exatamente, do convívio com essas imagens. Os homens “lentos”, para quem tais imagens são miragens, não podem, por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e acabam descobrindo as fabulações.

É assim que eles escapam ao totalitarismo da racionalidade, aventura vedada aos ricos e às classes médias. Desse modo [...] são os pobres que, na cidade, mais fixamente olham para o futuro. (SANTOS, 1997, p. 260-261)

Assim, é a apropriação dos lentos ou a “privatização corporal”, ligada aos sentidos do usuário que possibilita o conhecimento e o reconhecimento na cidade e com eles as possibilidades de pensar um futuro diferente e de escapar das ações relacionadas com a dominação no espaço urbano. A apropriação pelo corpo, no uso cotidiano, permite a superação do espaço abstrato, porque no uso se manifesta a vida, a necessidade de produção e reprodução dos habitantes. Isso se dá tal forma que o nível da **representação do espaço** é ultrapassado pela vivência, no plano do vivido, remetendo aos **espaços de representação**. Neles é construída a identidade e o reconhecimento, e a vivência presente se torna lembrança no futuro com a capacidade de nos possibilitar o reconhecimento em alguns lugares construtores e construídos da/nossa vida, ainda que nos encontremos longe – no tempo e/ou no espaço – num jogo que Lefebvre (1983)¹⁷ identifica como de presenças e ausências.

¹⁷ LEFEBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica. 1983. [La présence et l'absence. Contribution à la théorie des représentations, 1980]

Nesse sentido, o ato de caminhar constitui uma prática significativa na produção do espaço urbano, na produção do sentido do lugar e na interação entre as esferas do público e do privado. Como aponta Carlos (1996):

Um mesmo trajeto convoca o privado e o público, o individual e o coletivo, o necessário e o gratuito. Enfim o ato de caminhar é intermediário e parece banal – é uma prática preciosa porque pouco ocultada pelas representações abstratas; ela deixa ver como a vida do habitante é petrificada de sensações muito imediatas e de ações interrompidas. São as relações que criam o sentido dos “lugares” [...] porque o lugar só pode ser compreendido em suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas produzidas por um conjunto de sentidos, impressos pelo uso. (CARLOS, 1996, p. 22)

Assim, a caminhada possibilita as relações, a criação de referenciais e o sentido dos lugares na cidade pela sua apropriação. Para De Certeau (2003, p. 176), “os jogos dos passos moldam os espaços”, tecendo os lugares e dando existência efetiva à cidade.

O ato de caminhar está para o sistema urbano como a enunciação (o *speech act*) está para a língua ou para os enunciados proferidos. Vendo as coisas no nível mais elementar, ele tem com efeito uma tríplice função “enunciativa”: é um processo de *apropriação* do sistema topográfico pelo pedestre (assim como o locutor se apropria e assume a língua); é uma *realização* espacial do lugar (assim como o ato da palavra é uma realização sonora da língua); enfim, implica *relações* entre posições diferenciadas, ou seja, “contratos” pragmáticos sob a forma de movimentos (assim como a enunciação verbal é “alocução”, “coloca o outro em face” do locutor e põe em jogo contratos entre colocutores). O ato de caminhar parece portanto encontrar uma primeira definição como espaço de enunciação. (DE CERTEAU, 2003, p. 177, grifo do autor)

A análise de De Certeau evidencia os três aspectos antes destacados: a apropriação, a realização do lugar e as relações possibilitadas. Mas ela não se esgota aí, porque para o autor a caminhada também possui o componente da transformação do significado do espaço, o que nos remete à relação entre representações do espaço (abstratas) e espaços de representação (subjetivos).

Da mesma forma, o caminhante transforma em outra coisa cada significativa espacial. E se, de um lado, ele torna efetivas algumas somente das possibilidades fixadas pela ordem construída (vai somente por aqui, mas não por lá), do outro aumenta o número dos possíveis (por exemplo, criando atalhos ou desvios) e dos interditos (por exemplo, ele se proíbe de ir por caminhos considerados lícitos ou obrigatórios). Seleciona portanto. (DE CERTEAU, 2003, p. 178)

Para quem se desloca na cidade exclusivamente de automóvel particular, a apropriação do espaço público não se realiza na escala do corpo. Embora exista a apropriação do sistema topográfico e seja possível a seleção (nas palavras de De Certeau), as possibilidades sempre são mais limitadas – por exemplo, não é possível entrar numa rua na contramão – e, em último termo, trata-se de uma apropriação que perde o ritmo do usuário, a velocidade do seu caminhar e a percepção de seus sentidos, já que o automóvel impõe outra velocidade, limita os sentidos ao concentrar a atenção no ato de dirigir, modificando a dimensão espaço-temporal do usuário¹⁸.

No contexto da interação público↔privado, o automóvel representa uma projeção do mundo privado que percorre superficialmente a esfera do público. O espaço público nesse caso é reduzido a um receptáculo pelo qual se deslocam as “cápsulas” privadas que não conseguem a apropriação plena porque não alcançam a privatização do espaço público na escala do corpo.

No caso do transporte coletivo, como já ressaltamos, também se produz uma apropriação parcial mediada pela velocidade, mas, por se tratar de uma instância de interação com outros, pode desempenhar um importante papel na experiência da cidade para o usuário, especialmente pela possibilidade de informar e ser informado por meio do contato com outras pessoas. Nesse sentido, em Presidente Prudente, os ônibus que percorrem a periferia

¹⁸ Nesse sentido, a percepção diferenciada das distâncias talvez seja o melhor exemplo da desigual apropriação para quem circula de automóvel e para quem caminha. Somente como ilustração nos permitimos reproduzir este episódio: estando em Curitiba nos foi recomendada uma pizzaria que, segundo uma pessoa usuária de automóvel, ficava somente a três quarteirões de distância; ao caminhar até a pizzaria, descobrimos que ficava a sete quarteirões, mas que existiam três semáforos no percurso; a conclusão é óbvia: para o usuário de automóvel, a percepção das distâncias é modificada pela velocidade e seus referenciais passam a ser os semáforos, potenciais obstáculos do seu percurso.

informam, para quem quiser realizar essa leitura, as diferenças socioespaciais da cidade: o chão com restos de terra vermelha nos fala das ruas sem asfalto, as roupas escassas nos dias de frio nos informam da pobreza das famílias, as falas nos contam o dia-a-dia da periferia, os rostos alegres das crianças que vão ao centro – ou simplesmente “vão à cidade” – mostram a alegria que significa sair para o diferente, os rostos preocupados das mães com filhos doentes a caminho do hospital indicam a falta de equipamentos em alguns bairros.

Contudo, nas análises que apresentamos a seguir, pretendemos valorizar a apropriação na escala do corpo (no sentido da relação interescalar enunciada anteriormente), da caminhada do usuário, possibilitadora do reconhecimento, da construção da identidade e do entendimento dos espaços públicos (e da interação público↔privado) como lugares.

4.3 Lugares e apropriação em Presidente Prudente

4.3.1 A apropriação no/do centro da cidade (ou as evidências da não-morte do centro)

É comum ouvir falar sobre a decadência ou até a morte do centro das cidades, assim como sobre as iniciativas para a sua revitalização. No Capítulo 2, alertamos sobre a nossa posição contrária à suposta decadência do centro de Presidente Prudente e destacamos a verificação de uma sociabilidade segmentada, pelo abandono do centro como área de consumo e lazer, por uma parte da população, ficando ele mais orientado à população de renda média e baixa. Assim, é justamente essa população que se apropria do centro e que no seu uso cotidiano o enche de movimento e vida, transformando-o num **lugar** que cria identidade e permite o reconhecimento.

Evidentemente, as formas de uso que se realizam no centro da cidade são diferentes daquelas que ocorriam no passado. Quiçá uma das maiores “saudades”, que se identifica nas evocações de outros tempos, seja o *footing* na praça 9 de Julho e em algumas ruas da área central. Essa prática, que desde meados do século passado até finais dos anos 1960, constituiu uma

importante forma de convívio social, significava uma apropriação do espaço público e interligava as esferas do público e do privado, porque não só consistia na caminhada ao redor da praça, que propiciava o flerte e o encontro de garotas e garotos, mas também a interação e integração com o antigo cinema João Gomes e com os cafés e bares existentes no centro (Cruzeiro do Sul, Haidamus, Shoyama, do Maracujá para citar alguns), assim como a disponibilidade de um sistema de alto-falantes que transmitia recados, notícias e música. Era o conjunto deles que possibilitava a prática do *footing* considerada uma das maiores distrações da juventude especialmente na década de 1950¹⁹. Como nos testemunhou um antigo morador da cidade: “Trabalhava a semana toda. Sábado e domingo a distração à noite era o *footing* no centro”.

Hoje essa prática não existe, mas a apropriação desse espaço continua. O conjunto formado pela praça 9 de Julho e o Calçadão nos possibilita fazer uma leitura da apropriação no sentido dos passos rápidos e dos passos lentos. De fato, a primeira impressão que o centro passa é a dos passos rápidos das pessoas que se dirigem aos seus empregos ou daquelas que convergem até o centro para realizar compras, trâmites ou pagar contas. Essa efervescência nas ruas é, especialmente, visível nos horários de pico, perto das 9 da manhã, ao meio-dia e nas proximidades do final do expediente do comércio pela tarde. São pessoas que caminham rapidamente, que passam pela praça quase sem se deter nela, mas que não são os únicos usuários desse espaço.

Existem, também, no centro os usuários dos passos lentos, aqueles que não têm pressa e para os quais o centro representa um lugar de encontro. Neste grupo, podemos destacar os aposentados que jogam baralho na Praça 9 de Julho (Fotografia 34) e que se encontram quase todos os dias nessa sua

¹⁹ Oliveira Neto (2003, p. 34) descreve uma situação similar de interação entre os espaços públicos (ruas) e privados (bares, cinemas) na prática do *footing* em Campo Grande: “Durante as décadas de 1950/60, era justamente após o encerramento das atividades do comércio que a [rua] 14 de Julho tornava-se mais agitada, praticamente tomada pelos jovens que a pé circulavam no *footing*, caminhando pelos seus bares, no trajeto entre os cinemas da rua Dom Aquino e da avenida Afonso Pena, em busca dos encontros, das conversas, ou seja, dos contatos sociais”. Cf. OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. *Campo Grande e a rua 14 de Julho: tempo, espaço e sociedade*. Presidente Prudente, 2003. 181 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

“única distração, que é boa porque é de graça”, mas que poderia ser melhor porque “nos dias de chuva não dá para jogar” – como nos relatou, com um pouco de receio, um dos participantes do jogo²⁰.



Fotografia 34: Pessoas jogando baralho na Praça 9 de Julho (agosto de 2002)

Na mesma praça se reúne diariamente um outro grupo que fica comercializando relógios usados e “jogando conversa fora” como comentou Abreu (2002, informação verbal):

Um outro local atual, meio de lazer, meio de comercio, é aqui [no meio da praça 9 de Julho]. Você está vendo aquele grupo de pessoas ali, sabe o que eles estão basicamente vendendo e comprando: relógios. Evidentemente que ali também ficam batendo papo, falando das coisas; é um grupinho. Ninguém sabe como apareceu, nem como se mantém, mas fica um grupinho sempre ali.

²⁰ Em geral sentimos uma grande dificuldade para falar com as pessoas usuárias dos espaços que analisamos na pesquisa. Talvez o nosso sotaque assustasse muitas pessoas (o que será que esse estrangeiro quer?), mas acreditamos que a pouca vontade de exteriorizar opiniões e vivências é um sinal das tensões e conflitos que enfrenta a relação entre o público e o privado atualmente, porque, no final das contas, tratava-se de tornar públicas as suas opiniões e nesse sentido verificamos muita desconfiança.

Já no calçadão chama a atenção grupos de aposentados que se reúnem para conversar e lembrar outros tempos:

Você vai encontrar aposentados professores, dentistas, batendo papo e se você chega lá se incorpora também na maior tranquilidade. Já na esquina do Banespa, se formou há uns três, quatro anos, um ponto de encontro de ex-bancários, aliás de ex-bancários banespianos; talvez seja uma forma de continuar ligado à instituição, e ali ficam batendo papo. (ABREU, 2002, informação verbal)

Para esses grupos de aposentados, o centro continua sendo um espaço importante na hora do lazer; já para os usuários dos passos rápidos, o centro constitui principalmente uma área comercial e de serviços mais valorizada pelos grupos de renda menor. Essa valorização que pode ser lida na expressão “ir à cidade” demonstra que o centro é diferente do bairro de residência e que contém a possibilidade de realizar coisas não habituais: desde comprar uma roupa nova, comer um salgado, tomar uma vitamina ou suco, até comer pipoca na praça, que são atividades “especiais” fora da rotina. Nesse sentido, a expressão de alegria das crianças em “visita ao centro” é um claro exemplo dessa dinâmica que vai criando desde cedo no imaginário dos grupos de menor renda a percepção do centro como a melhor área da cidade²¹.

Um outro aspecto que demonstra que o centro de Presidente Prudente não morreu é o que, no Capítulo 2, chamamos do valor simbólico do centro, especialmente do ponto de vista das reivindicações políticas ou sociais. Assim, é freqüente a realização, no centro, das mais diversas manifestações como protestos contra a proliferação de presídios na região, caminhadas pela paz, campanhas de saúde, reunião do MST, atos de protesto da União Democrática Ruralista (UDR), entre outras, demonstrando uma grande variedade de intenções e de posturas políticas que reforça a percepção da importância simbólica do centro da cidade (Fotografias 35 e 36).

²¹ Como analisou Thomaz (2003), a população de bairros periféricos considera uma atividade de lazer ir ao centro da cidade pelo simples fato de sair de casa e do bairro, embora somente se trate de um passeio para pagar as contas. Cf. THOMAZ, Francini. *Loteamento fechado e loteamento popular: o sentido da rua como espaço público e coletivo*. Presidente Prudente, 2003. 144 f. Relatório de Estágio Supervisionado Não-obrigatório. Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.



Oscar Sobharzo

Fotografia 35: Manifestação na Praça 9 de Julho contra a construção de presídios na região (março de 2003)



Oscar Sobharzo

Fotografia 36: Manifestação da União Democrática Ruralista (UDR) na Praça 9 de Julho (maio de 2004)

Nesse sentido, chamou a atenção, no final de 2002, a manifestação dos estudantes do curso de Medicina da Unoeste (universidade privada da cidade) contra o aumento das mensalidades – os participantes da manifestação saíram pelo calçadão central protestando pelo alto preço do curso – porque é muito provável que, para muitos desses estudantes, essa tenha sido uma das poucas vezes que foram até o centro, já que no seu circuito de consumo e nas suas práticas cotidianas, esse local não aparece freqüentemente²². Esse protesto estudantil difere muito dos protestos que, em abril de 1952, encabeçaram outros estudantes para se manifestarem contra o aumento do valor do ingresso do cinema, porque nessa época os estudantes usavam efetivamente o centro no seu cotidiano, pois havia uma interação entre ir ao cinema e realizar o *footing*, prática analisada nos parágrafos precedentes²³.

Em síntese, a apropriação do centro demonstra essa mistura de passos rápidos e lentos, de atividades comerciais e de serviços, de reivindicações que indicam que se trata de um espaço cheio de vida, que somente perde essa vitalidade à noite e nos finais de semana, quando o comércio e os serviços deixam de funcionar, mas representa, ainda, um referencial importante para grande parte da população prudentina, embora alguns segmentos tenham deixado de utilizá-lo.

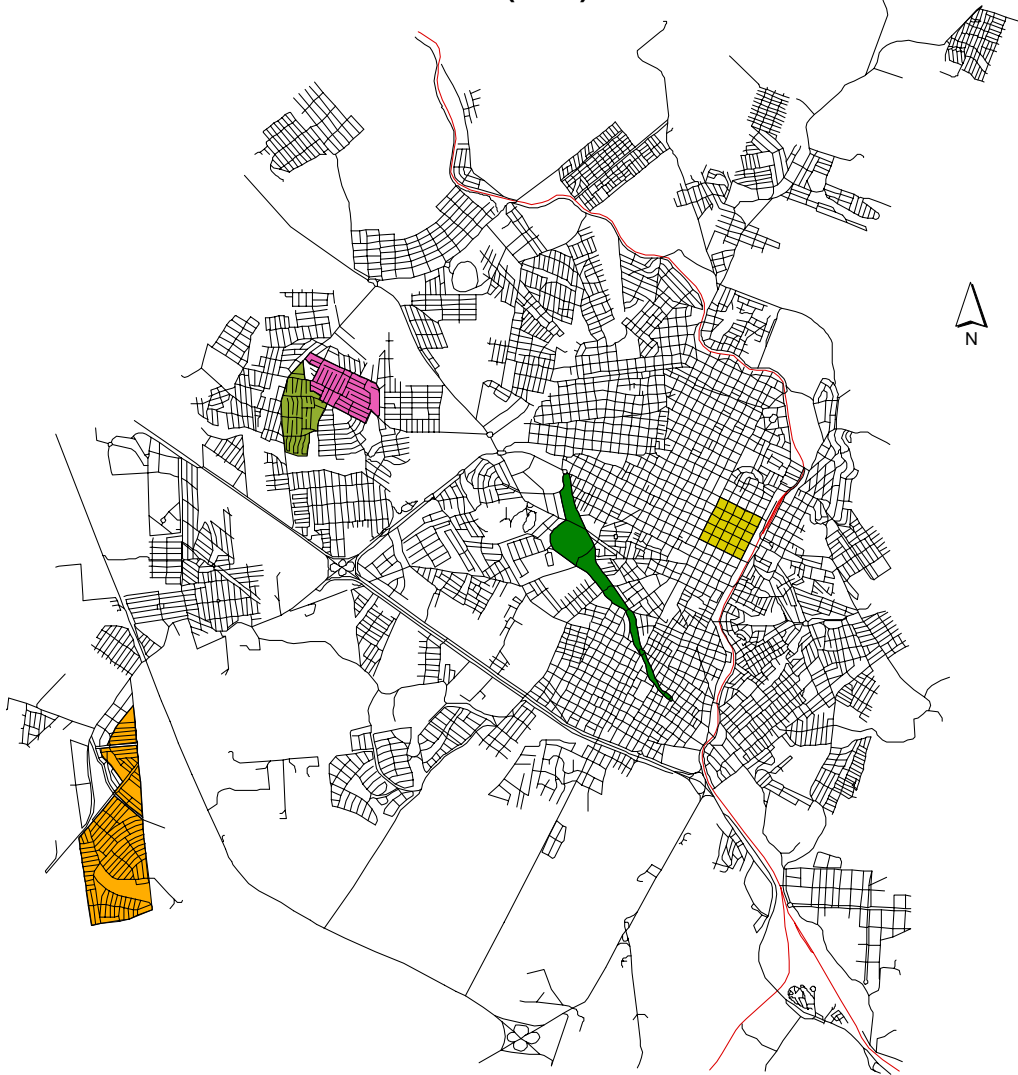
4.3.2 A apropriação nos bairros “periféricos”

No caso dos bairros Cohab, Cecap e Ana Jacinta (Mapa 14), interessa-nos destacar como a apropriação cotidiana de espaços periféricos, orientados à população de baixo poder aquisitivo e com carências de infraestrutura e serviços tem modificado esses locais. Podemos pensar esses bairros no momento da sua criação – no caso dos bairros Cohab e Cecap no começo da década de 1980 e do Ana Jacinta no começo dos anos de 1990 –

²² Aspecto que comprovamos durante o ano de 1997 quando moramos num pensionato com estudantes da Unoeste e descobrimos que alguns deles, depois de quase um ano morando na cidade, nunca tinham ido até o centro e nem sabiam como chegar nele.

²³ Cf. Jornal A Voz do Povo, “Os estudantes não têm razão em protestar contra o aumento dos preços nos ingressos”, 06/04/1952. (Levantamento realizado por Luis Paulo Valente, cf. nas Referências Bibliográficas)

M A P A 14
PRESIDENTE PRUDENTE:
BAIRROS COHAB, CECAP E ANA JACINTA
(2004)



LEGENDA

■ Ana Jacinta (*)
■ C E C A P
■ C O H A B

(*) Inclui o conjunto habitacional Mário Amato

■ Centro
■ Parque do Povo
— Estrada de ferro

1 0 1 2 Km.

Base digital: SIMESPP - 2001.
Org.: Oscar Sobharzo.

como espaços sem identidade, como um conjunto de ruas e casas sem vida; como espaços da dominação do poder público que os criou, para supostamente solucionar o problema habitacional. No entanto, por sua localização periférica, no momento da implantação, e pela sua carência de equipamentos, esses bairros demonstraram que a política habitacional respondia a outros interesses, como analisado no Capítulo 1.

Desde o momento em que a população chega para morar nesses bairros, quando se enchem de vida, a dominação da sua concepção abstrata começa a dar lugar à apropriação, iniciando-se um processo de transformações que não só se referem às mudanças físicas, nas construções por exemplo, mas que também incluem transformações relacionadas ao uso que a população diariamente faz do bairro: as diferentes trajetórias que os vizinhos criam nas suas caminhadas, as mil e uma brincadeiras que as crianças inventam, as formas de boa ou de conflituosa vizinhança etc. Em resumo, da produção original de um espaço, passamos para a sua transformação contínua pelo uso e pela vida presente nele. Os bairros analisados mostram essa dinâmica.

Um primeiro elemento que permite fazer essa leitura e que nos interessa por mostrar uma relação entre público e privado refere-se ao surgimento do comércio nos bairros. Como destacamos anteriormente, no momento da sua criação, os bairros Cohab e Cecap localizavam-se em descontínuo do núcleo compacto da cidade. Atualmente se encontram totalmente incorporados à malha urbana e se vêem melhoras substanciais em suas condições urbanas iniciais, verificando-se até processos de substituição dos moradores originais por moradores de poder aquisitivo relativamente maior. Do ponto de vista do comércio e dos serviços, depois da fase inicial em que o bairro não dispunha nem sequer de uma padaria, verifica-se o surgimento de um subcentro comercial – como foi analisado por Nascimento (1999)²⁴ – que se orienta para a satisfação das necessidades mais “imediatas” dos moradores, chegando a dispor de alguns serviços mais especializados.

²⁴ NASCIMENTO, Rose Maria do. *Dispersão e difusão: a constituição do subcentro da “COHAB” e sua centralidade*. Presidente Prudente, 1999. 81 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

Esse subcentro, que nasceu da necessidade da sua população pela prática diária dos seus moradores e alheio a qualquer planejamento, é apropriado pelos moradores nas suas práticas cotidianas, nas caminhadas até a padaria, ao açougue, ao mercadinho, à quitanda. São essas práticas diárias que criam os referenciais para as pessoas se sentirem parte do bairro e que permitem e possibilitam a privatização “corporal” do espaço público e a interação entre os mundos privado e público. Em última análise, são essas práticas que permitem considerar o bairro como um **lugar**.

Na perspectiva da nossa pesquisa, também nos interessa destacar, no bairro Cohab/Cecap, a avenida Ana Jacinta, que constitui a principal via para as linhas de ônibus e que tem polarizado um número importante de atividades comerciais e de serviços (Fotografia 37). Assim, surge como uma área de interação social no dia-a-dia e de encontro para os moradores, situação que também se verifica à noite nas lanchonetes, sorveterias, bares e restaurantes do setor. Outro aspecto importante é que, nessa socialização, especialmente à noite, a rua é apropriada e usufruída pela população, em rodas de amigos, carros com som, circulação de pessoas etc.



Fotografia 37: Avenida Ana Jacinta – eixo comercial dos bairros COHAB e CECAP (outubro de 2004)

No caso do bairro Ana Jacinta, verifica-se uma situação similar: o loteamento implantou-se em descontínuo ao tecido urbano já constituído e longe do núcleo compacto da cidade sendo que, no começo, apresentava uma forte carência de meios de consumo coletivo (PEREIRA, 2001)²⁵. A análise do comércio do bairro demonstra a relação entre dominação e apropriação existente no espaço urbano. Os eixos que o plano do loteamento realizado pela Prefeitura Municipal definia para a localização comercial não foram respeitados pela prática cotidiana dos moradores e suas necessidades, e foram deslocados para os locais de circulação dos ônibus. Segundo aponta Pereira (2001):

A área que era destinada para ser comercial e de serviços, de acordo com o projeto de instalação do Conjunto não teve um desenvolvimento efetivo, por estar mais afastada das áreas com maior concentração residencial, ocorrendo uma transformação de uso do solo em algumas ruas e avenidas que se encontram mais no núcleo de residências e servem de vias para o transporte coletivo. O grande fluxo desse transporte coletivo e de seus usuários facilitou a concentração de comércio nessas ruas, as quais acabaram perdendo seu aspecto e sua função estritamente residencial. Houve uma transformação na fachada das residências, nas quais os estabelecimentos são muitas vezes extensão da casa. (PEREIRA, 2001, p. 149)

Essa dinâmica exemplifica como a apropriação do espaço consegue modificá-lo e transformar as definições que no âmbito do planejamento são colocadas como normas a serem seguidas. A apropriação representada na dinâmica do uso cotidiano permite, às vezes, vislumbrar uma certa capacidade de resistência à normatização. Numa outra perspectiva, o surgimento do comércio de bairro associado às residências das pessoas ou, como aponta Pereira (2001), como uma “extensão da casa”, remete-nos a relações próximas entre o mundo privado e público. Assim, a apropriação dos espaços públicos, considerada como uma privatização “corporal”, pode ser relacionada a uma relativa coletivização do privado.

Essa apropriação relacionada ao comércio do bairro pode ser complementada com a apropriação das instâncias do lazer. No bairro Ana

²⁵ PEREIRA, Sílvia Regina. *Subcentros e condições de vida no Jardim Bongiovani e Conjunto Habitacional Ana Jacinta – Presidente Prudente-SP*. Presidente Prudente, 2001. 194 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

Jacinta (e também nos bairros São Matheus e Vila Líder), a implementação de áreas de lazer nos fundos de vales tem ampliado as possibilidades de lazer da população em espaços públicos, situação verificada pelo intenso uso que as novas áreas apresentam. (Fotografias 38 e 39)

A área de lazer do conjunto Ana Jacinta também nos permite desenvolver outra linha de raciocínio com relação aos espaços públicos. O conjunto foi produzido afastado do tecido compacto da cidade, com um alto grau de segregação da sua população majoritariamente pobre. Essas características fizeram com que os espaços públicos fossem intensamente usados – ruas e praças –, e também surgissem manifestações de interação social que não encontramos em outros bairros. Referimo-nos à chamada “Noite da Paquera”, iniciativa de dois moradores do bairro que perceberam a dificuldade de lazer para a juventude que não tinha dinheiro para se locomover ou freqüentar outros locais. A Noite da Paquera surgiu no final de 2002 e ocorreu até meados de 2003, nas noites de domingo, numa rua próxima à área de lazer do bairro e permitia aos jovens ouvir e dançar as músicas da moda, mandar recados, dedicar músicas, paquerar e se divertir; ninguém pagava e tudo era organizado com ajuda dos comerciantes e moradores do bairro. Na entrevista realizada com os organizadores²⁶, ficou clara a preocupação deles com a segurança do evento, pela grande quantidade de pessoas que dele participavam a cada domingo, mas também foi destacada a importância que teve para o bairro²⁷.

Esse exemplo nos remete às colocações de Lefebvre sobre a realidade e a virtualidade: na realidade dura da segregação do bairro, onde talvez não veríamos mais que desesperança, existe a potencialidade de criar novas instâncias de convivência que nascem da mesma população, das suas necessidades, das suas limitações, mas também da sua capacidade de se apropriar do espaço e transformá-lo num **lugar** de encontro, de reconhecimento e de identidade.

²⁶ Entrevista realizada em 17 de março de 2003.

²⁷ Em meados de 2003, os organizadores da *Noite da Paquera* decidiram suspendê-la pela responsabilidade e preocupação que significava a organização de um evento massivo que superou as suas expectativas e suas possibilidades, já que a cada domingo atraía mais pessoas, inclusive de outros bairros da cidade (Informação verbal, 23 ago. 2004).



Fotografia 38: Crianças brincando na área de lazer do bairro Ana Jacinta (julho de 2004)



Fotografia 39: Crianças brincando na área de lazer do Jardim São Matheus (julho de 2004)

4.3.3 A feira (ou a metamorfose da Avenida Manoel Goulart)

A feira da avenida Manoel Goulart (Mapa 15), que acontece nos finais de semana, nas tardes de sábado e nas manhãs de domingo, mostra a relação entre forma e conteúdo e as possibilidades de apropriação diferenciada. Nesse caso, a mesma forma – a avenida – dá suporte a dois conteúdos radicalmente diferentes: o tráfego rápido dos veículos motorizados e o caminhar dos usuários da feira. (Fotografias 40 e 41)

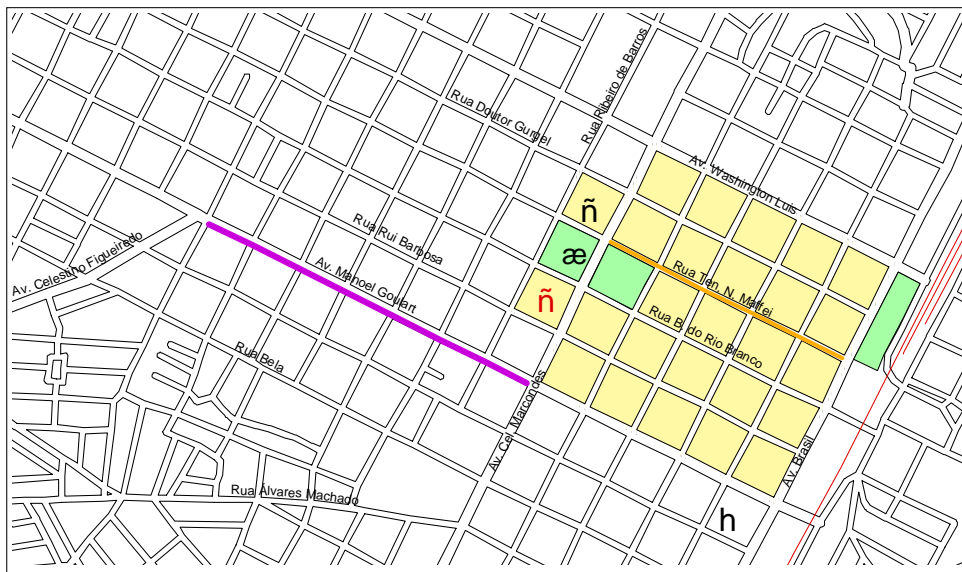
A apropriação desse espaço público pelos pedestres está vedada quase a semana toda, quando a avenida cumpre a sua função regular de via expressa para o transporte de ônibus, motocicletas e automóveis. É um espaço da fluidez, onde reina a velocidade e no qual as pessoas passam.

Quando a avenida – ou pelo menos uma parte dela – se metamorfoseia e vira feira, o mesmo espaço público se abre aos passos dos pedestres, ao ritmo da caminhada. A feira não deve ser reduzida ao seu sentido comercial, deve ser valorizada na sua capacidade de possibilitar a interação no espaço público de pessoas diferentes que se apropriam dela numa atividade cotidiana – as compras – e, dependendo de cada pessoa, permite variados graus de sociabilidade.

Nesse sentido, pensemos nas relações afetivas que se estabelecem entre vendedores e compradores, que vão do hábito de cumprimentar até a fidelidade da compra segura nessa ou naquela banca. A feira também constitui espaço de troca de informações e opiniões das mais diversas naturezas: os preços e a qualidade dos produtos, a economia do país, a política, a situação do time de futebol etc. Na feira também temos a possibilidade de encontrar as pessoas que conhecemos em outros momentos e atividades, como o professor, os colegas, o técnico da prefeitura, o bancário, o atendente, entre outros exemplos, o que reforça os laços de sociabilidade.

Essas instâncias de interação na feira transformam-se muitas vezes em certos “rituais”, como o conhecido ato de comer o pastel da feira, que objetivamente não tem nada de diferente de outro pastel, mas que justamente ganha um significado especial pelo **lugar** onde é consumido: a feira e a suas possibilidades para a apropriação do espaço público e a interação entre as pessoas.

MAPA 15
PRESIDENTE PRUDENTE:
ÁREA CENTRAL - FEIRA AV. MANOEL GOULART
(2004)



LEGENDA

- Feira da Avenida Manoel Goulart
- Calçadão
- Estrada de ferro
- Núcleo original - Vila Goulart (1919)
- Praças
- æ Catedral
- ñ Prefeitura e Câmara Municipal
- ñ Procuradoria do Estado
- h Terminal de Ônibus Urbanos



Base digital: SIMESP - 2001
 Orig.: Oscar Sobarzo.



Fotografia 40: Avenida Manoel Goulart sem feira
(setembro de 2004)



Fotografia 41: Avenida Manoel Goulart com feira
(agosto de 2004)

4.3.4 O Parque do Povo (ou o parque da cidade)

Nos capítulos anteriores, analisamos o Parque do Povo do ponto de vista da dominação política – exemplificada no uso eleitoral das obras no parque – e na perspectiva da acumulação de capital – abordada pelo processo de valorização e apropriação diferenciada dos benefícios de uma obra pública. Na presente análise, queremos destacar a apropriação do parque no sentido de seu uso pela população.

Nesse sentido, devemos começar ressaltando que o Parque do Povo apresenta uma alta intensidade de usos, entre os quais se destacam a caminhada, o uso das quadras, as brincadeiras das crianças, os quiosques de lanches, os carros com som, uma feira de artesanato aos sábados etc (Fotografias 42 e 43). Esses usos são mais intensos nos finais de semanas, especialmente nas tardes de sábado e domingo, mas durante a semana também é possível ver muitos usuários praticando caminhada. No período da manhã é mais freqüente encontrar pessoas adultas, enquanto que à tarde aumenta a porcentagem de jovens caminhando ou usando as quadras que o parque possui.

O Parque do Povo não deve ser pensado como uma área de lazer qualquer, já que ele possui a condição e o prestígio de ser “**o parque da cidade**”, situação amplamente explorada pela Prefeitura Municipal na idéia do cartão postal e no fato de chamar as outras áreas de lazer da cidade, especialmente as periféricas, como “parques do povo” – como analisado no Capítulo 2. Esse prestígio também pode ser observado pelo fato do parque atrair, além de usuários dos bairros adjacentes, muitos outros de diversos bairros da cidade que chegam de automóvel para realizar as suas atividades esportivas ou de lazer.

No parque, parecem existir códigos não escritos; ele está aberto a todos e nele podemos observar a diferença, mas as roupas esportivas e tênis da maioria dos que usufruem dele, especialmente dos que praticam a caminhada, remetem-nos a uma prática segmentada, da qual nem todos participam. Aqui não queremos cair na demagogia e defender a idéia de que a cidade toda deve ir ao parque para caminhar ou jogar bola; somente queremos contextualizar um tipo de uso intensivo – e, nesse sentido, amplamente positivo do espaço público –, porém com alguns graus de segmentação social.



Fotografia 42: Caminhada no Parque do Povo
(outubro de 2004)



Fotografia 43: Crianças brincando no Parque do Povo
(maio de 2003)

Contudo, o Parque do Povo deve ser considerado um **lugar**, já que ele consegue criar identidade nos prudentinos que o utilizam freqüentemente e que se apropriam dele nas suas caminhadas ou na prática de algum esporte. Assim, podemos considerar esse espaço público como um bom exemplo das múltiplas dimensões da produção do espaço urbano: os interesses ligados aos planos político e econômico que definem o espaço do ponto de vista da dominação, principalmente na sua concepção abstrata; mas também as ações que produzem e reproduzem o espaço pela sua apropriação por meio do seu uso cotidiano e que constroem, no plano do vivido, a concepção concreta – porque real ao ser definida na vida mesma das pessoas – e subjetiva do espaço – porque é capaz de criar relações de reconhecimento que se constroem no imaginário das pessoas. O Parque do Povo consegue, inclusive em quem não é seu usuário freqüente, criar um sentimento de pertencimento, já que a idéia do “parque da cidade” e do “cartão postal” permeia amplos setores da população que o consideram um orgulho para a cidade, situação que demonstra como o espaço abstrato e da dominação consegue também influenciar o imaginário da população que continua a repetir: “*Antes, isso aqui era um buraco*”.

4.3.5 A apropriação “limitada” nos mundos privados: loteamentos fechados e *shopping centers*

Anteriormente utilizamos o termo “privatização corporal” para nos referir à apropriação que realizam os usuários do espaço público nas suas práticas cotidianas. No caso dos loteamentos fechados e dos *shopping centers*, consideramos que não cabe a utilização desse termo, já que se trata de locais onde não existe o espaço público; antes poderíamos pensar na existência de um espaço de uso coletivo orientado a extratos sociais que procuram e valorizam as relações de sociabilidade entre iguais e, por tal, contribuem para a segmentação socioespacial e, por vezes, para a segregação.

Assim, propomos que a apropriação que é possível realizar nesses espaços seja considerada uma “apropriação limitada”, em primeiro lugar porque se trata de uma apropriação que não é realizada no espaço público e, nesse sentido, não dá conta da diversidade da cidade, já que limita o convívio entre as diferenças. Como aponta Oliveira (1999, p. 70)²⁸, os cotidianos das elites são “extremamente fechados, cerrados, claustrofóbicos, homogêneos”. Nesse sentido, a apropriação cotidiana desses espaços não pode ser considerada nas mesmas condições que a apropriação de espaços realmente públicos.

Contudo, o desejo de separação e diferenciação que se materializa nesses espaços – loteamentos fechados e *shopping centers* no caso de Presidente Prudente – encerra algumas contradições. A primeira refere-se à contradição da elite em se isolar, mas ao mesmo tempo se mostrar perante o resto da sociedade. Nesse sentido, podem ser lidas as aparições freqüentes, em páginas sociais dos jornais locais, e as manifestações públicas de fatos pessoais e privados, como acontece com os cartazes e até *outdoors* que anunciam colações de grau, aprovação em vestibular, aniversários, boas-vindas para algum familiar etc (Fotografia 44). Esses fatos demonstram que ao mesmo tempo em que os grupos de maior poder aquisitivo defendem a sua privacidade em espaços que negam o público, precisam recorrer a ele para conseguir a sua auto-afirmação. Isso constitui uma situação óbvia porque nenhum indivíduo isolado consegue desenvolver seu “ser social” na sua privacidade, precisando necessariamente dos outros para isso. É por essa razão que o termo “privado” pode ser lido como a individualidade, mas também como a privação da participação pública.

²⁸ OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destruição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: _____; PAOLI, Maria Célia (org.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 55-81.



Fotografia 44: *Outdoor* que expõe o privado para o público (julho de 2003)

Numa outra perspectiva, a característica desses espaços de procurar a homogeneidade social encontra-se questionada por uma outra grande contradição, já que os “diferentes” dos quais se busca distância estão efetivamente presentes nos cotidianos dos grupos de maior poder aquisitivo. Com efeito, as estratégias de auto-segregação e separação, como aponta Seabra (2004, p. 199)²⁹, não conseguem evitar que “o pobre, do qual foi planejada a separação, esteja dentro de casa, que prepare a comida que vai ser servida, arrume as camas, cuide das roupas e, não raras vezes, fique com as crianças o dia todo”. Ainda mais, esses mesmos pobres muitas vezes realizam as atividades de segurança nos loteamentos fechados e nos *shopping centers*, nos quais também trabalham prestando todo tipo de serviços. Essa contradição entre o desejo da separação e o convívio mostra que no Brasil “a miséria é tão geral e contundente que riqueza e pobreza se juntam de forma inesperada” (SEABRA, 2004, p. 199).

²⁹ SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Territórios do uso: cotidiano e modo de vida. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 1, n. 2, p. 181-206, jul.-dez. 2004.

A análise de Ribeiro (2004, p. 34)³⁰ sobre a proximidade física e a separação social das classes subsidia essa reflexão ao relacioná-la com o caráter híbrido da ordem social no Brasil³¹, baseado num “sistema estatutário, hierárquico” que considera as pessoas “naturalmente desiguais em termos de poder social” e que gera relações de clientelismo e submissão que possibilitam uma sociabilidade pouco conflituosa apesar das diferenças gritantes entre as classes sociais.

Nesse sentido, as práticas que temos denominado como de “apropriação limitada”, as quais tentam negar as diferenças apesar do convívio com elas, remetem-nos ao questionamento de um aspecto mais amplo como é a cidadania. De fato, as transformações do espaço público, verificadas no plano material – espaços físicos e materialização das relações sociais –, também possuem sua dimensão no plano simbólico: a valorização dos **novos espaços** criados – controlados e vigiados – e a tendência ao menosprezo dos **espaços públicos tradicionais** – abertos³² –, reforçam um ideário que identifica o “moderno”, o “melhor”, o “primeiro mundo”, com uma parte da sociedade e da cidade que exclui e nega a outra parte, ou seja a minoria assumindo a totalidade e negando a maioria.

Numa perspectiva ampla, o questionamento e a transformação do sentido dos espaços públicos envolvem e alimentam a desvalorização da vida pública e dos valores democráticos³³. Segundo Caldeira (2000, p.

³⁰ RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. In: _____ (org.). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Editora Fundação Pedro Abramo, 2004. p. 17-40.

³¹ Aspectos que na Introdução analisamos baseados em José de Souza Martins. Cf. MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994; MARTINS, José de Souza. *As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil*. In: _____. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 17-54.

³² Um exemplo claro dessa tendência encontra-se em muitos discursos anti-rua. Slogans como: “devemos tirar as crianças da rua”, ajudam a desvalorizar os espaços públicos, como se o problema social que se quer resolver fosse um problema da rua e não de uma sociedade desigual que deu esse conteúdo à rua.

³³ Na entrada do loteamento fechado Jardim Morumbi de Presidente Prudente, encontra-se uma placa que indica: “Nossas ruas são preferenciais para crianças, idosos e bicicletas”. Essa mensagem mostra claramente que o interior do loteamento é diferente do exterior. Se “crianças, idosos e bicicletas” merecem respeito nas ruas que “pertencem” aos moradores, o que acontece no exterior com outras “crianças, idosos e bicicletas”? Como criar uma consciência cidadã em pessoas que moram em espaços que parecem defender a tese de que “tudo se pode fora dos muros”?

340)³⁴, ao não se reconhecer como concidadãos as pessoas pertencentes a grupos diferentes, não se concebem como legítimas as necessidades e reivindicações dos outros; nessa perspectiva, as cidades muradas e segregadas e os novos espaços públicos que estão sendo criados contribuem para essa condição de enfraquecimento da cidadania e da democracia³⁵. Para o caso argentino, Svampa (2001, p. 262-263)³⁶ levanta as preocupações decorrentes do surgimento de um modelo de cidadania privada, limitado em si mesmo, mas que também limita a possibilidade de construção de uma ordem maior baseada na reciprocidade e na solidariedade. Ribeiro (2004, p. 36) também destaca esse aspecto no Brasil ao contrapor a hipercidadania de alguns poderosos e vitoriosos com a falta de cidadania dos mais pobres, para os quais sobram as políticas clientelistas e assistencialistas que bloqueiam a sua capacidade de transformação. Nessa perspectiva, percebemos que o desenvolvimento e a consolidação dos espaços que propiciam uma “apropriação limitada” impõem limitações que os superam e que afetam a totalidade da sociedade.

Numa segunda perspectiva, a idéia da “apropriação limitada” permite incorporar o fato de que as práticas cotidianas nos loteamentos fechados e no uso de *shopping centers* são práticas regulamentadas e normatizadas que limitam a apropriação como uma instância de superação e subversão da dominação. Com efeito, esses espaços restringem o que anteriormente denominamos de “privatização corporal” porque impõem regras de como deve ser apropriado o espaço (que como destacamos não é público) e como o corpo do usuário deve se comportar, limitando o plano do vivido. Nas palavras de Carlos (1996, p. 24 e 117, grifo da autora) é a racionalidade que reina sobre o lugar e cria simulacros de lugares que “produzem *comportamentos e modos de apropriação*”.

³⁴ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000.

³⁵ Numa sociedade desigual como a brasileira, o enfraquecimento desses valores – que possivelmente só se materializaram em parte – compromete a construção de uma sociedade mais justa ou menos injusta, e, em consequência, de uma cidade mais integradora.

³⁶ SVAMPA, Maristella. *Los que ganaron: la vida en los countries y barrios privados*. Buenos Aires: Biblos, 2001.

Finalmente, a apropriação desses locais pode ser considerada limitada porque embora seja possível a criação de relações de pertencimento e reconhecimento de seus usuários e moradores, a sua homogeneidade e a sua similitude limitam a possibilidade da criação de uma identidade. O que esses espaços propiciam é o idêntico e não a identidade, a repetição até o cansaço das mesmas vitrines, marcas, sistemas de climatização e iluminação, produtos e até cheiros (pense-se no caso das praças de alimentação e seu monótono cheiro que mascara qualquer comida e impede diferenciar uma da outra) – no caso dos *shopping centers* – e estilos arquitetônicos, cores, gramados, *playgrounds*, salões sociais, salas de ginástica e quadras poliesportivas – no caso dos loteamentos fechados. São espaços que privilegiam a repetição das formas, mas também dos conteúdos que obedecem a certos níveis socioeconômicos e devem obedecer a certos padrões de comportamento previamente definidos limitando a apropriação.

Nas análises apresentadas anteriormente sobre diferentes espaços de Presidente Prudente, tentamos destacar as possibilidades e as características da apropriação. A seguir, nossa reflexão tentará explorar as potencialidades da apropriação dos espaços públicos como uma dimensão que pode contribuir para a transformação e a mudança da realidade.

4.4 Apropriação do espaço público e possibilidades de subversão

Como afirmamos no começo do capítulo, o espaço urbano exprime a relação entre dominação e apropriação. Constitui-se como um campo moldado pelas ações do Estado e dos extratos sociais que representa, do ponto de vista da dominação, mas que também permite a apropriação definida pelo uso no processo da reprodução da sociedade, expresso na vida cotidiana e capaz de criar novas possibilidades.

Lefebvre (apud Brenner, 2000, p. 370)³⁷ desenvolveu na sua obra *De l'État* (1976-1978)³⁸ as principais formas da intervenção do Estado no

³⁷ BRENNER, Neil. The urban question as a scale question: reflections on Henri Lefebvre, urban theory and the politics of scale. *International Journal of Urban and Regional Research*. Malden, v. 24, n. 2, p. 361-378, June 2000.

³⁸ LEFEBVRE, Henri. *De l'État*. (4 volumes). Paris: Union Générale d'Éditions, 1976-1978.

capitalismo: (i) mobiliza o espaço como uma força produtiva mediante variadas formas de investimentos em infraestrutura, planejamento espacial, políticas industriais e financiamentos dirigidos para diferentes locais e escalas geográficas; (ii) opera como mediador institucional do desenvolvimento geográfico desigual; (iii) organiza diversas estratégias para hierarquizar as relações sociais em diferentes escalas geográficas, atuando simultaneamente para manter a coesão social e impor uma diferenciação funcional no espaço.

São essas intervenções que comandam o processo da produção do espaço da dominação, como um espaço abstrato, instrumental à reprodução capitalista. No entanto, no centro desse processo está a vida e a sua dinâmica de reprodução que modificam a abstração trazendo o processo ao plano do vivido, do concreto e subjetivo.

Como ressalta Lefebvre (1992, p. 349), o espaço cumpre um papel entre as forças de produção e apresenta-se politicamente instrumental, facilitando o controle da sociedade, mas também contém potencialidades e, na resistência, inaugura o projeto de um espaço diferente. É no plano do vivido, da apropriação cotidiana que o espaço se abre às possibilidades.

Nesse contexto, Carlos (1996, p. 145 e 148) – baseada em Lefebvre – analisa o cotidiano como o lugar da superação, o lugar do novo, onde as coações, mas também as insurreições estão presentes. Assim, o cotidiano deve ser entendido como:

[...] um campo e uma renovação simultânea, uma etapa e um trampolim, um momento composto de momentos (necessidades, trabalho, diversão – produtos e obras – passividade e criatividade – meios e finalidade etc.), interação dialética da qual seria impossível não partir para realizar o possível (a totalidade dos possíveis). (LEFEBVRE, 1991, p. 20)

A capacidade de construção desses possíveis a partir da esfera da vida cotidiana é real. Segundo Lefebvre (1992, p. 366), a “totalidade” também depende do “nível micro” ou da esfera da vida cotidiana, embora esse nível não consiga fornecer “o teatro do conflito ou a esfera na qual as forças em conflito são desdobradas”. Contudo, a vida cotidiana possibilita a ocupação do espaço e a

materialização de uma prática espacial, e como o autor frisa: “Uma prática espacial destrói a prática social; a prática social se destrói por meio da prática espacial”.

Nesse contexto, retomamos os aportes de De Certeau (1994, p. 41 e 47) no sentido de considerar as ações cotidianas como táticas, ou seja, um jogo entre os acontecimentos que permite aproveitar a ocasião e compor uma antidisciplina. Em outras palavras, no cotidiano podemos ganhar pequenas batalhas contra a dominação.

Muitas práticas cotidianas (falar, ler, circular, fazer compras ou preparar as refeições etc.) são do tipo tática. E também, de modo mais geral, uma grande parte das “maneiras de fazer”: vitórias do “fraco” sobre o mais “forte” (os poderosos, a doença, a violência das coisas ou de uma ordem etc.), pequenos sucessos, artes de dar golpes, astúcias de “caçadores”, mobilidades da mão-de-obra, simulações polimorfos, achados que provocam euforia, tanto poéticos como bélicos. [...] Essas táticas manifestam igualmente a que ponto a inteligência é indissociável dos combates e dos prazeres cotidianos que articula [...]. (DE CERTEAU, 1994, p. 47)

No cotidiano é possível cultivar as resistências, como destaca Carlos (2001):

[...] o cotidiano é muito mais que o inconsciente fluir de dias sempre iguais, pois no cotidiano o cidadão se encontra diante de coações e vigilância; mas na repetição também pode surgir a essência do imaginário, na medida em que há brechas no cotidiano que abrem espaço para o criativo e para o virtual [...]. (CARLOS, 2001, p. 303-304)

Mas quem está chamado à subversão e à antidisciplina? Consideramos que são aqueles que nas atuais condições da reprodução capitalista se encontram nas situações mais desfavoráveis: os grupos de menor poder aquisitivo. Como aponta Milton Santos (1997):

Por serem “diferentes”, os pobres abrem um debate novo, inédito, às vezes silencioso, às vezes ruidoso, com as populações e as coisas já presentes. [...]

Trata-se, para eles, da busca do futuro sonhado como carência a satisfazer – carência de todos os tipos de consumo, consumo material e imaterial, também carência do consumo político, carência de participação e de cidadania. Esse futuro é imaginado ou entrevisto na abundância do outro e entrevisto, como contrapartida, nas possibilidades apresentadas pelo Mundo e percebidas no lugar. (SANTOS, 1997, p. 261)

Nessa perspectiva, das possibilidades percebidas no **lugar**, a apropriação característica dos grupos de menor poder aquisitivo, que denominamos de “privatização corporal” do espaço público, deve ser valorizada como uma instância chave da reprodução social e das possibilidades de transformações e insurgências. O pobre convive com o lugar, apropria-se do espaço público, interage com outros – mesmo que numa prática que temos designado de segmentada – e ao criar laços de reconhecimento e identidade pode adquirir a consciência que o leve à transformação. No lado oposto, a “apropriação limitada” das classes altas e médias alimenta o seu conformismo e “cria uma mecânica rotineira, um sistema de gestos sem surpresa” nas suas áreas de modernidade que ficam reduzidas a espaços “fechados, racionalizados e racionalizadores” (SANTOS, 1997, p. 261).

A relação entre apropriação, cotidiano, espaço público e subversão pode ser compreendida por meio da produção da escala geográfica. Como apontamos anteriormente, a apropriação do espaço público pode ser entendida como uma instância de “salto escalar” que permite sair da esfera do privado – corpo e casa – para escalas maiores como o bairro e a cidade. A escala geográfica deve ser entendida como uma produção social no sentido amplo, embora, num primeiro momento as análises tenham privilegiado o papel do capital na sua construção, identificando as escalas espaciais do capital³⁹. Reflexões posteriores, especialmente as de Smith (1992, 1995 e 2000)⁴⁰, avançaram na perspectiva de consolidar o entendimento da produção da escala geográfica como uma construção resultante das atividades e relações econômicas, políticas e sociais, como expressão da ação social coletiva, portanto relacionada às disputas e lutas sociais.

³⁹ Cf. SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. [Uneven development, 1984]

⁴⁰ SMITH, Neil. Geography, difference and the politics of scale. In: DOHERTY, J.; GRAHAM, E.; MALEK, M. (eds.). *Postmodernism and the social science*. London: Macmillan, 1992 (Texto traduzido ao espanhol por María Franco García e disponível em: <www2.unesp.br/cemosi/vinculos/trNeilSmith.htm>. Acesso em: 17 jul. 2004); SMITH, Neil. Remaking scale: competition and cooperation in prenational and postnational Europe. In: ESKELINEN, H.; SNICKARS, F. (eds.). *Competitive European peripheries*. Berlin: Springer Verlag, 1995 (citado em BRENNER, 2000); SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção da escala geográfica. In: ARANTES, Antonio (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000. p. 132-159.

Smith (2000) reflete sobre a importância do acesso pelo corpo a espaços mais amplos ou o acesso corporal como meio de saltar escalas. É nesse sentido, que pensamos a apropriação do espaço público como possibilitadora de ações de subversão, porque os usuários – os pobres urbanos – ao se apropriarem dos lugares podem conquistar diferentes âmbitos de luta, saindo do lugar para tentar se apropriar do espaço em escalas mais amplas. Como aponta Guimarães (2004, p. 17)⁴¹, “quanto mais um ator político é capaz de atuar em diferentes escalas, maior o seu poder de decisão sobre a produção do espaço”.

Na mesma perspectiva, Brenner (2000, p. 375-376) reconhece que a capacidade de saltar escalas aumenta a influência dos atores no espaço social e destaca que a transformação da realidade urbana deve ser decidida politicamente nas lutas cotidianas, com o intuito de posteriormente influenciar nas escalas nacional, supranacional e global por meio de contra-políticas orientadas à construção de uma sociedade mais justa.

No contexto da nossa reflexão interessa-nos destacar as potencialidades de transformação na escala do espaço urbano por meio da apropriação cotidiana dos espaços públicos. Reconhecemos que subversões nessa escala podem ter conseqüências em escalas superiores, mas essa análise escapa aos nossos propósitos.

Dentro desse alcance, concordamos com Smith (2000) quando afirma que:

[...] uma política da escala pode se tornar também uma arma de expansão e de inclusão, um meio de ampliar as identidades. As escalas oferecem marcos na recuperação do espaço da aniquilação e uma linguagem mediante a qual a rediferenciação do espaço pode ser desbravada sobre bases sociais discutidas e ajustadas, em vez de seguir a lógica econômica do capital e os interesses políticos de sua classe. (SMITH, 2000, p. 157)

⁴¹ GUIMARÃES, Raul Borges. Atores políticos, representação social e produção da escala geográfica. In: MELO, Jayro Gonçalves (org.). *Espiral do espaço*. Presidente Prudente: GAsPERR, 2003. p. 7-21.

Na escala urbana – em nosso caso a cidade de Presidente Prudente – podemos pensar a apropriação como uma conquista do lugar para a conquista do espaço⁴² (o bairro e a cidade e potencialmente escalas superiores em outras instâncias). Seria um exercício de táticas cotidianas – nas palavras de De Certeau –, potenciais momentos de insurgências, subversão, antidisciplina, contra-políticas e transformação.

Nesse contexto, é fundamental pensar a apropriação do bairro como uma experiência coletiva criadora do **pertencimento** – nosso bairro, nossa rua, nossa praça, nosso lugar. Como já analisamos, essa primeira apropriação constitui um “salto escalar” que permite sair do indivíduo e da família (corpo e casa) para a comunidade. Num segundo momento, as trajetórias pela cidade que a apropriam cotidianamente – e que constituem um “salto escalar” da comunidade para a cidade – permitem fazer uma leitura do outro, daquilo que é diferente. Nesse sentido, a apropriação permite o **reconhecimento**, que não se esgota no fato de se reconhecer diferente, mas a partir disso ser capaz de perceber a injustiça dessa diferença, produto dos conflitos expressos no espaço urbano. Acreditamos que a conjunção de **pertencimento** e **reconhecimento** pode levar à mobilização social como forma de superação dos conflitos e de subversão e transformação da realidade.

O embate entre o espaço abstrato da dominação – representações do espaço – e o espaço concreto e subjetivo da apropriação – espaços de representação – evidencia os conflitos e as contradições do espaço urbano. Segundo Lefebvre (1992):

Um dos conflitos mais fundos imanentes do espaço é aquele espaço como atualmente “experimentado” que proíbe a expressão dos conflitos. Para os conflitos serem expressos, devem primeiro ser percebidos, e isso sem subscrever as representações do espaço como geralmente concebidas. Uma teoria é pedida então, que transcenda o espaço de representação por um lado e as representações do espaço

⁴² Parafrazeando uma reflexão de David Harvey (1989), reproduzida por Smith (1992) no sentido de que “os movimentos da classe trabalhadora costumam ser melhores na organização e no controle do *lugar* do que em dominar o espaço”. (Cf. HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1998. p. 216. [The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change, 1989])

por outro, e que possa corretamente articular contradições (e em primeiro lugar a contradição entre esses dois aspectos da representação). As contradições sociopolíticas são realizadas espacialmente. Assim, as contradições do espaço fazem das contradições sociais relações operativas. Em outras palavras, contradições do espaço “expressam” conflitos entre interesses e forças sociopolíticas; é somente *no* espaço que tal conflito entra efetivamente em jogo, e dentro dele faz com que elas se tornem contradições *do* espaço. (LEFEBVRE, 1992, p. 365, grifo do autor, tradução nossa)

As reflexões propiciadas por nossa pesquisa levam-nos a pensar a apropriação do espaço público, no contexto da teoria da produção da escala geográfica, como um caminho de articulação e ação política para a expressão dos conflitos e sua potencial superação. Utilizando os termos cunhados por Lefebvre, podemos pensar que a apropriação do espaço público – do bairro, da cidade – possibilita a leitura das **isotopias** e das **heterotopias** e, nesse contexto, pode articular o movimento para as **utopias** – a transformação, a subversão.

Nas palavras de Milton Santos (1997):

Então, o feitiço se volta contra o feiticeiro. O consumo imaginado, mas não atendido – essa “carência fundamental” no dizer de Sartre –, produz um desconforto criador. O choque entre cultura objetiva e cultura subjetiva torna-se instrumento da produção de uma nova consciência. (SANTOS, 1997, p. 261)

Essa nova consciência pode significar a mobilização social que acreditamos deve ser concebida e conduzida por movimentos sociais verdadeiramente populares, sem a participação dos partidos políticos nem de alguma ONG sem um real compromisso social. Um movimento popular que abandone e supere as concepções baseadas no assistencialismo e no clientelismo eleitoral, que lute por direitos verdadeiros e que crie consciência cidadã, especialmente no sentido de conceber as ações e as obras do poder público não como respostas da boa vontade ou da capacidade e preocupação especial do prefeito e sim como um dever da administração municipal e um direito das pessoas.

Temos clareza de que esse processo não se resolve e materializa totalmente na esfera da apropriação do espaço. Evidentemente, fazem-se necessárias outras frentes de ação para a criação da consciência cidadã nos planos da educação, do trabalho, da saúde, da auto-estima, mas acreditamos ser extremamente importante reconhecer o papel que o espaço pode desempenhar no processo de mudança.

Desse ponto de vista, valorizamos ações que criem novos espaços públicos nas áreas pobres da cidade, como por exemplo a urbanização de fundos de vales e a criação de áreas de lazer nos bairros periféricos, porque a apropriação desses espaços pode significar novas manifestações de sociabilidade que contribuam para um maior **reconhecimento** das pessoas no **lugar** e, posteriormente, a uma maior **identidade** como coletividade, o que pode desembocar num maior grau de organização reivindicativa frente às dificuldades e carências dos bairros.

Uma resposta embrionária nesse sentido foi a “Noite da Paquera” surgida no bairro Ana Jacinta, na qual os habitantes se reconhecendo diferentes na cidade e sem as mesmas possibilidades do lazer transformado em mercadoria nos *shoppings*, nos barzinhos ou nas boates de moda, geraram um ambiente novo e alternativo de uso, não de consumo, e, por meio dele, realizaram a apropriação do espaço público.

Ao considerar a apropriação cotidiana dos espaços públicos como um primeiro estágio da articulação escalar com vistas à geração de processos de transformação e mudança social na escala da cidade, acreditamos ter contribuído para o avanço na perspectiva do apelo de Harvey (2003, p. 67)⁴³ sobre a “necessidade de conectar o micro-espaço do corpo com o macro-espaço do que agora é chamado de ‘globalização’”. Trata-se de uma contribuição modesta, que conecta o corpo, a casa, o bairro e a cidade a partir da apropriação, mas que deixa aberta a possibilidade de futuras reflexões e posteriores articulações.

⁴³ HARVEY, David. *Espacios de esperanza*. Madrid: Akal, 2003. [Spaces of hope, 2000]

Em resumo, apropriação do espaço público, construção do lugar, identidade e reconhecimento, considerados como momentos de criação e movimento para vislumbrar uma alternativa. Deixar de lado a espera e criar a esperança, avançando na procura de novos caminhos para a mudança.

Essa busca de caminhos é, também, visão iluminada do futuro e não apenas prisão em um presente subalternizado pela lógica instrumental ou aprisionado num cotidiano vivido como preconceito. É a vitória da individualidade fortalecida, que ultrapassa a barreira das *práxis* repetitivas e se instala em uma *práxis* libertadora, a *práxis* inventiva de que fala H. Lefebvre. (SANTOS, 1997, p. 262, grifo do autor)

**REFLEXÕES SOBRE O CAMINHO
E O CAMINHAR**

O presente capítulo poderia ser intitulado “considerações finais e iniciais”: finais porque, sem pretender pensar no encerramento das reflexões, apresenta um balanço sobre o **caminho** percorrido na pesquisa; e, iniciais porque apresenta reflexões sobre um possível futuro **caminhar**, não somente da temática pesquisada, mas da leitura da esperança na cidade.

O Caminho

Caminante, son tus huellas
el camino y nada más;
caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.
Al andar se hace camino
y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar.
Caminante no hay camino
sino estelas en la mar...

(Antonio Machado – *Cantares*)¹

Uma pesquisa representa um caminho e os caminhos são únicos – nunca pisaremos o mesmo caminho segundo o poeta espanhol Antonio Machado –, mas os caminhos também mostram direções e nos deixam ensinamentos. É nesse espírito que queremos situar estas reflexões finais.

Em nosso **caminho** fizemos uma opção: analisar os espaços públicos na perspectiva teórico-metodológica da produção do espaço. O que isso significou? Qual é o balanço dessa opção? Em primeiro lugar, consideramos que o **caminho** percorrido e apresentado neste texto possibilitou ler a cidade de Presidente Prudente, a partir do espaço público e da relação público⇔privado, com base numa multiplicidade de elementos constitutivos. Não acreditamos ter dado conta de uma explicação que abarque todos os elementos da realidade, até porque acreditamos que essa seja uma tarefa quase impossível, mas pensamos ter contribuído com uma análise dos

¹ Poema musicalizado pelo cantor espanhol Joan Manuel Serrat.

espaços públicos nas suas relações com a produção do espaço urbano prudentino.

Nesse sentido, os níveis de análise utilizados – que se transformaram cada um num capítulo – possibilitaram abordar aspectos políticos, econômicos e sociais da produção dos espaços públicos, que evidenciaram a consolidação de uma sociabilidade segmentada. As reflexões sobre a dominação política e a acumulação de capital exploraram a produção do espaço público e as modificações na relação das esferas do público e do privado na perspectiva das estratégias da dominação. A análise da apropriação permitiu incorporar o plano do vivido, do uso que modifica os espaços abstratos e os reproduz para a vida como espaços concretos e subjetivos, permitindo vislumbrar possíveis alternativas.

Assim, os espaços públicos perdem importância como elementos **fixos** da cidade e ganham a possibilidade de desvendar o espaço de forma dinâmica. Em Presidente Prudente, falaram-nos de uma cidade com um sistema de poder com resquícios de práticas do tempo dos coronéis que assumem o público como uma extensão do privado e se apropriam dele – no sentido restrito –, de uma população de alto poder aquisitivo que mostra uma tendência a renunciar à cidade aberta, mas também de uma população de baixa renda que usa o espaço público nas suas práticas cotidianas, valoriza-o e apropria-se dele – no sentido amplo.

A não morte do espaço público – que defendemos no começo do texto – encontra a explicação nesta leitura: o espaço público continua sendo uma dimensão importante de convívio e sociabilidade, mesmo em se tratando de uma sociabilidade segmentada. Ainda que práticas no plano da dominação assumam o espaço público na sua abstração como um espaço primordial da circulação, como uma moeda de troca eleitoral ou o desapreciem nas práticas sociais, no plano da apropriação, a vida dos menos favorecidos valoriza o espaço público na sua cotidianidade e o reproduz, assim como eles se reproduzem dia-a-dia. Podemos pensar essa relação como um contínuo produzir, apropriar-se e reproduzir do espaço e da sociedade.

Um segundo elemento que é necessário destacar sobre a opção teórico-metodológica de nosso **caminho** corresponde à possibilidade de que a produção do espaço permite para realizar leituras multiescalares. O presente estudo analisou uma cidade média, mas os processos analisados não se esgotam num recorte territorial, já que a abordagem da produção do espaço pensada no contexto global da estratégia de reprodução do sistema capitalista consegue articular processos mundiais e as suas manifestações diferenciadas segundo o local analisado.

Nesse contexto, segundo a perspectiva da produção do espaço, é possível analisar articuladamente metrópoles – onde as manifestações globais consigam ser mais evidentes –, cidades grandes, médias ou pequenas, permitindo sempre estabelecer relações que superem o âmbito restrito de um recorte territorial.

No mesmo sentido, é factível analisar processos que obedeçam a escalas de atuação diferenciada, mas que se manifestem de múltiplas maneiras como, por exemplo, o papel de agentes na produção do espaço urbano com diferentes alcances de atuação: grandes, médios ou pequenos investidores urbanos; ou impactos diferenciados de processos de circulação de capitais que em alguns locais desencadeiam rápidas e violentas transformações na paisagem urbana, enquanto que, em outros locais, podem significar impactos menores ou nem sequer se manifestarem, constituindo-se num jogo de mudanças e permanências que redefine o espaço urbano.

Numa outra perspectiva, talvez a mais importante, a abordagem teórica da produção do espaço inter-relaciona diferentes escalas geográficas que, nos extremos, podem ser entendidas a partir do processo global de reprodução da sociedade na constituição do urbano até a escala do corpo do indivíduo, permitindo leituras intermediárias com nuances nas esferas nacional, regional, urbana e local. No contexto dos conceitos propostos por Lefebvre, a possibilidade de análises multiescalares pode ser encontrada na característica da produção do espaço de ser simultaneamente **global**, **fragmentada** e **hierárquica**, obedecendo a uma lógica contraditória que

pretende a homogeneização, mas que precisa realçar as diferenças no seu processo de materialização. Esse processo, que pode ser entendido como uma dinâmica vertical, complementa-se com uma perspectiva que permite o seu entendimento na horizontalidade, na qual os conceitos de **isotopias** e **heterotopias** nos remetem à produção de espaços análogos e diferentes. Contudo, existe ainda uma outra dimensão “escalar” para Lefebvre: a **utopia**, que articula o espaço e o tempo futuros e que abre as possibilidades para a transformação criadora, para a virtualidade possível de construir a partir do presente.

Em nosso **caminho**, perseguimos realizar essa leitura que entende a cidade como o “lugar do possível” (CARLOS, 2004, p. 29)² e, nesse sentido, abre as reflexões para um futuro **caminhar**.

O Caminhar

¡Ay! Utopía,
cabalgadura
que nos vuelve gigantes en miniatura...
¡Ay! Utopía,
incorregible
que no tiene bastante con lo posible...
¡Ay! Utopía,
cómo te quiero
porque les alborotas el gallinero.
¡Ay! ¡Ay, Utopía,
que alumbras los candiles
del nuevo día!

(Joan Manuel Serrat – *Utopia*)

Ao entender a cidade como um campo aberto às possibilidades, podemos pensar na utopia que, segundo Serrat, transforma-nos em gigantes, não se contenta com o possível, subverte a ordem e ilumina o novo dia. A utopia permite **caminhar**, a utopia possibilita a esperança.

Para Lefebvre (1999b), a cidade deve ser entendida como um escrito inacabado:

² CARLOS, Ana Fani Alessandri. Uma leitura sobre a cidade. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 11-30, jan.-jul. 2004.

A cidade se escreve, nos seus muros, nas suas ruas. Mas essa escrita nunca acaba. O livro não se completa e contém muitas páginas em branco, ou rasgadas. E trata-se apenas de um borrador, mais rabiscado que escrito. (LEFEBVRE, 1999b, p. 114)³

Nesse sentido, o **caminhar** consiste no processo de escrever e rabiscar a cidade, pensar um futuro diferente para as páginas em branco que ainda possuímos. No final do capítulo 4, tentamos realizar uma análise que respondesse a esse desafio e, partindo da concepção da apropriação do espaço público como um momento de salto escalar, refletimos sobre a possibilidade de transformação e de uma pequena subversão.

Mais que conclusões, esse trabalho deixa desafios. Em primeiro lugar, a necessidade de continuar pensando a produção do espaço como abordagem que permite análises da cidade na sua complexidade ao incorporar e relacionar diferentes fenômenos, interesses, atores e dinâmicas que se manifestam no espaço urbano. Também precisamos avançar na articulação escalar das análises urbanas, na perspectiva da produção da escala geográfica, tentando refletir sobre as manifestações **globais, hierárquicas e fragmentadas** da dinâmica da reprodução capitalista, assim como nas possíveis manifestações de estratégias de produção de alternativas. Nossas reflexões sobre o urbano deveriam, em último termo, procurar a geração de articulações políticas que respondam às estratégias da reprodução global capitalista, no sentido exposto por Harvey (2003, p. 69)⁴ de encontrar uma dialética da política que consiga movimentar-se livremente da microescala à macroescala e vice-versa.

Em segundo lugar, continuar a destacar as possibilidades de intervenção que as cidades médias ainda oferecem para reverter um quadro urbano pessimista, altamente influenciado por processos metropolitanos complexos e dificilmente reversíveis. Nesse sentido, devemos evitar a transposição direta e sem reflexão de conceitos cunhados nos estudos sobre metrópoles, já que é provável que os processos presentes nos

³ LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999b. [La révolution urbaine, 1970]

⁴ HARVEY, David. *Espacios de esperanza*. Madrid: Akal, 2003. [Spaces of hope, 2000]

espaços metropolitanos, mesmo que influenciando outras escalas urbanas, não tenham alcançado totalmente a sua consolidação na forma e/ou na sociabilidade das cidades médias.

Finalmente, precisamos continuar a insistir no apelo de Harvey (2003) sobre o otimismo do intelecto, como uma atitude que permita abrir as análises ao campo das possibilidades com o intuito de cultivar uma alternativa. Nesse sentido, não basta descrever a realidade; devemos nos esforçar para pensar, sonhar e trabalhar com e para uma cidade nova, mais integradora e menos injusta. Assim, deixamos como uma inspiração para o **caminhar** futuro as palavras de um cantor cubano que não se contenta com o possível e nos fala do impossível:

Yo he preferido hablar de cosas imposibles
porque de lo posible se sabe demasiado.

(Silvio Rodríguez – *Resumen de Noticias*)

APÊNDICE

EVOLUÇÃO GERAL DOS CONCEITOS DE PÚBLICO E PRIVADO

A dicotomia entre **público** e **privado** não é um problema exclusivo de hoje, nem tampouco nasceu ontem. Consideramos que, para entender as suas particularidades atuais, necessariamente devemos analisar as características que essas duas esferas e esses dois conceitos assumiram em diferentes momentos. Realizar uma retrospectiva, longe de pretender ser uma exposição de idéias, procura fazer-nos entender as características que o público e o privado têm hoje. Na abordagem tentaremos achar as explicações ou parte delas.

Habermas (1984)¹ mostra como as esferas pública e privada vão se transformando na História. Na Grécia existia uma forte valorização da vida pública, que se materializava na *polis*, em oposição à vida privada do lar ou do *oikos*. A esfera pública representava o reino da liberdade e da continuidade, enquanto a esfera privada era o reino da necessidade e da transitoriedade.

Nesse panorama idílico é preciso ressaltar que a vida pública estava reservada aos cidadãos, ou seja, restrita aos homens livres – e ao dizer homens é somente aos homens – excluindo as mulheres. A participação do homem na vida pública dependia da sua autonomia privada como senhor da casa (HABERMAS, 1984, p. 15). Segundo Amorós (1994)², essa independência do homem baseava-se na dependência da mulher ao lar e demonstra como historicamente tem correspondido à mulher o âmbito privado, sem destaque, e como o homem tem ocupado principalmente os papéis públicos.

Assim, para os gregos, a dicotomia público/privado correspondia à oposição entre o mundo público da realização do homem e o mundo privado do lar, ou seja, das necessidades.

¹ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. [1962]

² AMORÓS, Celia. Espacio público, espacio privado y definiciones ideológicas de "lo masculino" y "lo femenino". In: _____. *Feminismo, igualdad y diferencia*. México: UNAM-PUEG, 1994, p. 23-52. Disponível em: <www.laneta.apc.org/cidha/lectura/identidad/texto6.htm>. Acesso em: 27 maio 2002.

Nesta mesma perspectiva, Arendt (2000)³ afirma que a vitória do homem sobre as necessidades do mundo do lar, da esfera privada, permitia e criava as condições para a vida pública, que se traduzia na liberdade na *polis* (ARENDR, 2000, p. 40).

Na Roma antiga, o conteúdo profundo da esfera pública grega foi modificado dando passagem a elementos de espetáculo e cerimonial. Como aponta Sennett (2001)⁴: “Reduzida a diversidade, o antigo centro de Roma passou a ser um lugar dedicado ao cerimonial, onde o poder vestia a indumentária e desempenhava os papéis pacificadores da pantomima.” (SENNETT, 2001, p. 101). Na mesma perspectiva, logo acrescenta: “Com a expulsão dos negócios, do sexo clandestino e de outras atividades sem maiores compromissos, o velho centro urbano assumiu um aspecto formal, dignificado, porém sem vida” (SENNETT, 2001, p. 104).

Na Idade Média, não é possível distinguir esfera pública e esfera privada usando critérios institucionais, mas os atributos da soberania do senhor feudal passam a ser chamados de públicos. Com isso a representatividade pública começa a ser relacionada aos atributos das pessoas: insígnias familiares, hábitos, gestos, retórica, ou seja, códigos de comportamento “nobre” (HABERMAS, 1984, p. 20).

Para Arendt (2003), a figura do senhor feudal, que encarnava o poder na Idade Média, representou a transferência para a esfera privada das atividades humanas e, conseqüentemente, o surgimento da noção de “bem comum” como uma instância administrada por uma pessoa, enquanto todos os demais cuidam dos seus assuntos na privacidade. Assim, se produz um esvaziamento da dimensão política da esfera pública (ARENDR, 2000, p. 44).

No século XVI, o termo *privat* referia-se a estar excluído ou privado do aparelho do Estado, já que o “público” começa a ser relacionado com o Estado, formado com o Absolutismo, e materializado na pessoa do soberano (HABERMAS, 1984, p. 21).

³ ARENDR, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. [1958]

⁴ SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. [1994]

Nos séculos XVI e XVII, com o desenvolvimento de um primitivo capitalismo financeiro e mercantil, a identificação do público com o estatal, o surgimento da imprensa e a constituição de uma sociedade civil burguesa, surge também o que Habermas (1984) identifica como a “**esfera pública burguesa**”.

A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social. (HABERMAS, 1984, p. 42)

Essa definição mostra claramente a dificuldade de diferenciar de forma precisa o que é público e privado, mas já é possível identificar uma primeira privatização da esfera pública, já que, como Habermas (1984) destaca, esta corresponde à esfera das pessoas privadas reunidas em um público, tratando fundamentalmente de seus interesses particulares ante a autoridade.

Num primeiro momento, a esfera pública burguesa correspondia a uma esfera pública literária, representada na reunião de pessoas em cafés e salões para a crítica literária e política. Num segundo momento, a esfera pública literária dá lugar à **esfera pública política**, que inclui o surgimento de instituições (por exemplo, clubes partidários), a circulação de órgãos de imprensa política diariamente e o princípio de publicidade dos atos do governo.

A esfera pública com atuação política passa a ter o status normativo de um órgão de automediação da sociedade burguesa com um poder estatal que corresponde às suas necessidades. O pressuposto social dessa esfera pública “desenvolvida” é um mercado tendencialmente liberado, que faz da troca na esfera da reprodução social, à medida do possível, um assunto particular das pessoas privadas entre si, completando assim, finalmente, a privatização da sociedade burguesa. (HABERMAS, 1984, p. 93)

Notamos aqui como o desenvolvimento capitalista foi influenciando diretamente as características do público e do privado. Assim, a partir do século XVIII, fica em evidência que, na **esfera pública política**, somente são admitidas ou podem participar as pessoas que têm propriedade (donos de

mercadorias) e as pessoas cultas. Assim, o termo “privado” ganha um sentido positivo ao se referir a quem dispõe livremente de propriedade que funciona capitalisticamente e quem pode participar da esfera pública.

Na teoria econômica clássica, supõe-se que todos terão a possibilidade de acesso à propriedade e à formação, daí que todos podem se tornar “cidadãos burgueses”; por isso, somente burgueses deviam ter acesso à esfera pública politicamente atuante. A prática demonstrou que a chamada “igualdade de oportunidades” é uma ficção. A entrada de grupos de não proprietários na esfera pública burguesa, à medida que começaram a participar da imprensa, dos partidos e do Parlamento, voltou a arma da publicidade (entendida como o julgamento público e a revisão das decisões políticas perante a opinião pública) contra a própria burguesia que a criou (HABERMAS, 1984, p. 152).

Como uma resposta e adaptação ante as contradições que essa situação significava, o Liberalismo gera uma **esfera pública ampliada** através da expansão dos direitos de igualdade política para todas as classes sociais, com o objetivo de garantir a reprodução social e reduzir os conflitos de interesse.

Os conflitos, até então contidos na esfera privada, estouram agora na esfera pública; necessidades grupais que não podem esperar serem satisfeitas por um mercado auto-regulativo, tendem a serem reguladas pelo Estado; a esfera pública que, agora, precisa mediatizar essas exigências, torna-se campo de concorrência de interesses nas formas mais brutalizadas da discussão violenta. (HABERMAS, 1984, p. 158)

Na segunda metade do século XIX, verifica-se um crescente intervencionismo estatal, que se manifesta numa socialização do Estado e uma estatização progressiva da sociedade:

[...] que pouco a pouco destrói a base da esfera pública burguesa: a separação entre Estado e sociedade. Entre ambos e, ao mesmo tempo, a partir de ambos, surge uma esfera social repolitizada, que escapa à distinção entre “público” e “privado”. Ela também dissolve aquela parte específica do setor privado em que as pessoas privadas reunidas num público regulam entre si as questões gerais de seu intercâmbio, ou seja, a esfera pública em sua configuração liberal. (HABERMAS, 1984, p. 170)

Arendt (2000) identifica um processo similar, embora utilize outras denominações para os fenômenos. Para essa autora, a partir dos primeiros estágios da era moderna, produz-se uma espécie de extinção das esferas pública e privada, através do surgimento da esfera do social, na qual a esfera pública se torna função da esfera privada e a esfera privada se torna a única preocupação comum que sobrevive (ARENDR, 2000, p. 79).

Resumindo as colocações de Arendt (2000), podemos identificar três momentos chaves na evolução da relação entre o público e o privado: (1) na Antigüidade, existia uma esfera pública política da qual participavam aqueles que tinham propriedade privada; (2) com a Modernidade, surge a esfera social que relegou para a intimidade a capacidade de ação dos homens, através da normatização das pessoas e seus comportamentos e da abolição das ações espontâneas e das reações inusitadas; (3) atualmente (sem esquecer que o livro de Arendt foi publicado em 1958) se produz um forte enriquecimento da esfera privada através do individualismo que valoriza a propriedade privada, não como uma condição para participar da vida pública, mas como uma forma de acumular riqueza particular.

Temos, então, que tanto para Habermas (1984), como para Arendt (2000), é fundamental o impacto da Modernidade e do desenvolvimento capitalista na relação público↔privado.

Nessa mesma perspectiva, Sennett (1978)⁵ mostra como as mudanças no capitalismo, a partir do século XVIII, introduziram transformações nas esferas pública e privada. No século XVIII, os principais locais de convívio social eram espaços fechados (cafés, teatros, salões, clubes) e, em se tratando de espaços abertos, como parques públicos, existia o código do vestuário que permitia facilmente identificar a posição social de cada pessoa. Esses códigos facilitavam o ato de observar estranhos (SENNETT, 1978, p. 86 e 110-111).

Existia também outro elemento que valorizava um certo contato com as diferenças no espaço público. No século XVIII, a esfera do privado era considerada como a esfera natural do homem, enquanto que a esfera

⁵ SENNETT, Richard. *El declive del hombre público*. Barcelona: Península, 1978. [1974]

pública correspondia a uma criação cultural. Ou seja, tratava-se de “condição humana” versus “criação humana”; assim o público tinha a missão de corrigir certas deficiências naturais que o homem possuía (SENNETT, 1978, p. 126).

Esse panorama muda radicalmente no século XIX com a irrupção do capitalismo industrial. Sennett identifica três forças que contribuíram para mudar a relação entre o público e o privado (SENNETT, 1978, p. 29-35). A primeira refere-se à relação que o capitalismo industrial teve com a vida pública urbana; a segunda é a reformulação do secularismo que afetou a forma de interpretar o estranho e o desconhecido; e a terceira força corresponde ao enfraquecimento da vida pública como esfera da realização do ser social.

A relação do capitalismo industrial com a vida pública urbana encontra-se em dois aspectos:

- i) Uma forte pressão para a privatização da sociedade burguesa. Essa privatização social foi o resultado frente ao medo de um sistema econômico em forte transformação, situação que levou, em função do medo de “lá fora”, a erigir a família como um refúgio ante os terrores da sociedade. As pessoas começaram a perceber o domínio público como moralmente inferior, diferentemente do século XVIII quando era percebido como um domínio no qual era possível estabelecer um número limitado de relações sociais. A família representava a estabilidade e a vida pública perdia a sua legitimidade.
- ii) A possibilidade de produção de vestimentas em massa ocasionou, no domínio público, que muitos adquirissem uma aparência semelhante, de forma tal que os traços públicos perderam suas formas diferenciadoras. Isso acarretou a idéia de que compartilhar espaços abertos com outros fosse percebida como um risco, já que não se tinha noção de quem era ou podia ser o outro.

Relacionado com este ponto, encontra-se a segunda mudança que afetou a relação público⇔privado. Refere-se ao secularismo do século XIX que levou as pessoas a aceitarem as coisas por si mesmas. Assim, em público, as aparências deviam ser levadas a sério porque podiam indicar o tipo de pessoa que estava por trás delas. Nesse sentido, se era difícil distinguir uma pessoa em público pela sua vestimenta, existia o risco de se errar na interpretação de quem era o outro, de tal forma que o público virou um espaço de dúvidas e de possíveis erros.

A terceira consequência da industrialização foi a perda do caráter da vida pública como possibilidade de realização do ser social. No século XIX, o público passou a ser concebido como um domínio no qual era permitida a violação moral, um domínio imoral; a vida pública perdeu seu sentido como uma esfera moralmente legítima para a família e o lar, no qual se vivia, num “ideal moral”. Para escapar da imoralidade do público, a pessoa devia passar entre os estranhos e continuar sendo estranho ao resto, ou seja, evitar o convívio e a relação social.

Em outra obra, Sennett complementa essa visão com outros elementos: o movimento e a velocidade, valorizados principalmente a partir do século XIX. Na seguinte citação, esses elementos são relacionados diretamente com o espaço urbano:

A tecnologia da locomoção – dos automóveis às grandes rodovias – permitiu que as pessoas se deslocassem para áreas além da periferia. O espaço tornou-se um lugar de passagem, medido pela facilidade com que dirigimos através dele ou nos afastamos dele. (...) Transformado em um simples corredor, o espaço urbano perde qualquer atrativo para o motorista, que só deseja atravessá-lo. (SENNETT, 2001, p. 17-18)

O seguinte quadro nos permite resumir as colocações de Sennett (1978, p. 418-419):

<p>Século XVIII</p> <p>Equilíbrio entre a vida pública e privada.</p> <p>Privado → Natural</p> <p>Público → Cultural</p>
<p>Século XIX</p> <p>Desenvolvimento capitalista e secularização → os homens chegaram a acreditar que eram os autores de seu próprio caráter.</p> <p>O EU começou a definir as relações sociais.</p>
<p>Século XX</p> <p>Destruição da esfera pública pela crença de que os significados sociais são gerados pelos sentimentos dos seres humanos individuais.</p> <p>Individualismo e declínio do valor da impessoalidade.</p>

Essa evolução, como já foi ressaltada, inscreve-se no processo da Modernidade e por ele se explica. Levantaremos, a seguir, as principais características desse processo.

Baseado em Weber, Habermas (1990)⁶ destaca que a Modernidade se relaciona diretamente com a racionalidade e “com a desintegração das concepções religiosas”.

As modernas ciências empíricas, a autonomização das artes e as teorias da moral e do direito fundamentadas a partir de princípios levaram aí à formação de esferas culturais de valores que possibilitaram processos de aprendizagem segundo as leis internas dos problemas teóricos, estéticos ou práticos-morais, respectivamente. (HABERMAS, 1990, p. 13)

A organização social, por sua vez, adquire dois novos referenciais: a empresa capitalista e o aparelho burocrático do Estado, que como vimos nas colocações de Habermas, Arendt e Sennett, têm diretas conseqüências na relação público⇔privado: - surgimento da esfera pública política e,

⁶ HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da Modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1990. [1985]

posteriormente, da esfera pública ampliada (Habermas); - irrupção da esfera social (Arendt); - aparição de novos espaços de socialização, privatização da sociedade, produção de vestimentas em massa e desmoralização da esfera pública em relação à moralidade do lar (Sennett).

Outro elemento levantado por Habermas (1990), baseado em Hegel, refere-se à subjetividade:

Para Hegel os tempos modernos são caracterizados de uma forma geral por uma estrutura de auto-relação a que ele chama de subjectividade [...] [A] expressão subjectividade implica sobretudo quatro conotações: a) *individualismo*: no mundo moderno a peculiaridade infinitamente particular pode fazer valer as suas pretensões; b) *direito à crítica*: o princípio do mundo moderno exige que o que deve ser reconhecido por cada um se lhe apresente como algo legítimo; c) *autonomia do agir*: é característico dos tempos modernos o facto de nos querermos responsabilizar pelo que fazemos; d) por fim, a própria *filosofia idealista*: Hegel considera ser tarefa dos tempos modernos que a filosofia apreenda a idéia que sabe de si própria. (HABERMAS, 1990, p. 28, grifo do autor)

A subjetividade – que tem como marcos a Reforma, o Iluminismo e a Revolução Francesa – pode ser identificada na ciência (que tira a magia da Natureza e dá ao homem a capacidade de explicá-la e entendê-la), nos conceitos morais (adaptados à liberdade dos indivíduos) e na arte moderna (caracterizada pela interioridade) (HABERMAS, 1990, p. 28).

Como já foi ressaltado, Sennett (1984, p. 418-419) mostra como a importância adquirida pelo “indivíduo” – que se enquadra no princípio da subjetividade de Hegel – vai se refletir na vida pública, especialmente a partir do século XIX.

Outro aspecto que já foi destacado e que merece ser retomado é a relação entre a esfera pública e o Estado da Modernidade. Habermas (1984) mostra como a esfera pública burguesa – reunião de privados em público para defender seus interesses frente à autoridade – evoluiu para uma esfera pública política – que, baseada em princípios liberais, incluía somente os proprietários e os cultos – e, depois, para uma esfera pública ampliada, na qual o Estado patrocina a expansão dos direitos de igualdade política para todas as classes sociais, com a finalidade de garantir a reprodução social e reduzir os conflitos.

Nesse sentido, Gomes (2002)⁷ destaca que são dois os valores em que o Estado Moderno vai se basear: liberdade e igualdade. “Estes dois valores dividem duas esferas da vida social, a esfera privada dos indivíduos, a quem cabe o exercício da liberdade, e a esfera pública, asseguradora das condições de igualdade” (GOMES, 2002, p. 149).

Na mesma perspectiva, completa:

[...] na base da idéia de liberdade e de igualdade, de um regime político que pretende estabelecer um valor isonômico entre as pessoas, há uma condição espacial importantíssima e absolutamente necessária, a concepção de um espaço público. (GOMES, 2002, p. 159)

O espaço público surge então como uma condição para o desenvolvimento do novo sistema político – o Estado Moderno – toda vez que representa a materialização da igualdade perseguida.

No século XX, existem elementos que levam àquilo que Sennett chama de “destruição da esfera pública” pela perda do “valor da impessoalidade” (SENNETT, 1978, p. 419). A impessoalidade, na perspectiva do espaço público deve ser entendida como a possibilidade de encontros anônimos, civilizados e indiferentes, ou seja, não significa que as pessoas reunidas no espaço público tenham a obrigação de um convívio e de uma sociabilidade profundas. Nesse sentido, o espaço público moderno deve ser contextualizado como uma instância que possibilita o encontro das diferenças, mas sem cair numa idealização de uma sociabilidade intensa; pelo contrário, deve ser pensado no sentido de um convívio civilizado nos parâmetros da sociedade moderna, que do ponto de vista político persegue a isonomia, mas que socialmente é desigual.

A necessidade da contextualização é destacada por Caldeira (2000, p. 336)⁸, ao criticar as posturas que falam da morte do espaço público, sem se questionar se o que se está produzindo é uma transformação de um tipo de espaço público para outro. Essa transformação estaria abandonando os ideais

⁷ GOMES, Paulo César da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

⁸ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000.

modernos da vida urbana (ruas abertas, circulação livre, encontros impessoais e anônimos, presença dos diferentes grupos sociais consumindo, observando-se, participando da política, divertindo-se etc.) e assumindo um espaço público que consolida a desigualdade e a separação dos segmentos sociais.

Voltando a Sennett (1978) e relacionando essas idéias com a cidade podemos reproduzir o seguinte trecho:

A cidade deveria ser o mestre dessa ação [pessoas atuando impessoalmente], o foro no qual seja significativo reunir-se com as demais pessoas sem a compulsão de conhecê-las em profundidade. Não acredito que esse seja um sonho inútil; a cidade tem servido como foco para a vida social ativa, para o conflito e o jogo de interesses, para a experiência da possibilidade humana, durante a maior parte da história do homem civilizado. Mas, precisamente, essa possibilidade civilizada encontra-se hoje adormecida. (SENNETT, 1978, p. 420, tradução nossa)

Nessa mesma perspectiva e já chegando até os nossos dias, é significativa a seguinte citação de Sennett (1991)⁹:

Os espaços que na cidade moderna estão cheios de pessoas são espaços limitados ao consumo, que é orquestrado por eles, como no caso dos shopping centers, ou espaços limitados à experiência do turismo, que também organizam. Essa redução e banalização da cidade no sentido de ser o cenário da vida não é nem de longe uma casualidade. Além das razões econômicas e demográficas que dão conta dessa cidade neutralizada, existe uma razão de maior profundidade e de índole sem dúvida “espiritual”, pela qual as pessoas se mostram desejosas de tolerar um cenário tão brando no decorrer das suas vidas. O aspecto das cidades reflete um grande e incalculável medo à exposição. A “exposição”, nesse sentido, denota algo que se assemelha mais ao padecimento de danos que ao recebimento de estímulos. Esse medo a ficar exposto é em certo sentido uma concepção militarizada da existência cotidiana, como se o ataque e a defesa constituíssem um modelo apto para a vida subjetiva, assim como o são para a guerra. O que caracteriza nossa maneira de construir as cidades é a instalação de muros entre as diferenças que existem entre as pessoas, assumindo que essas diferenças têm mais possibilidades de resultar mutuamente ameaçadoras que mutuamente estimulantes. Tudo que construímos dentro do domínio urbano é, em conseqüência, uma série de espaços brandos, neutralizadores, espaços que destroem, na medida do possível, a ameaça do contato social: as ruas parecem encaixotadas entre muros de

⁹ SENNETT, Richard. *La conciencia del ojo*. Barcelona: Versal, 1991. [1990]

cristal, as auto-estradas separam os bairros pobres do resto da cidade, as cidades-dormitório permanecem afastadas do coração da cidade. (SENNETT, 1991, p. 12-13, tradução nossa)

Aqui devemos abrir uma outra frente de análise, já que considerar que as mudanças no espaço público, no decorrer do século XX, somente encontram explicação pela perda do “valor da impessoalidade” ou pelo “medo à exposição” das pessoas, não deixa transparecer a grande influência que teve o urbanismo progressista nesse campo.

O urbanismo progressista foi a resultante, nas primeiras décadas do século passado, da aplicação da racionalidade do projeto modernista ao plano da organização urbana, tal como tinha sido aplicada na produção industrial com o sistema fordista.

As propostas do ideário progressista, inspiradas na estandardização e mecanização da indústria, procuravam uma divisão rígida da cidade, conhecida como zoneamento, em razão de “quatro grandes funções humanas: habitar, trabalhar, locomover-se, cultivar o corpo e o espírito” (CHOAY, 2002, p. 21)¹⁰.

O mais influente arquiteto do urbanismo progressista, Le Corbusier (como destaca CHOAY, 2002, p. 185-190), posicionou-se a partir de uma tipificação das necessidades humanas, a favor da estandardização, igualando a cidade a uma máquina que precisava de ordem e eficácia – representados num modelo que pregava a prevalência de linhas retas, o que no plano das ruas facilitaria a circulação automotora.

A cidade ideal de Le Corbusier devia ser construída geometricamente e respeitar, sobretudo, a circulação, num modelo segregado do ponto de vista da habitação – “a moradia de uma pessoa dependia da atividade por ela exercida” (HALL, 1988, p. 246)¹¹.

As críticas aos postulados do urbanismo progressista podem ser exemplificadas com o livro de Jane Jacobs de 1961, de empolgante nome –

¹⁰ CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades*, uma antologia. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. [1965]

¹¹ HALL, Peter. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 2002. [1988]

“*The death and life of the great American cities*”. Essas críticas, personificadas na figura de Le Corbusier, podem ser resumidas assim:

Ele [Le Corbusier] procurou fazer do planejamento para automóveis um elemento essencial de seu projeto, e isso era uma idéia nova e empolgante nos anos 20 e início dos anos 30. Ele traçou grandes artérias de mão única para trânsito expresso. Reduziu o número de ruas, porque “os cruzamentos são inimigos do tráfego”. Propôs ruas subterrâneas para veículos pesados e transportes de mercadorias, e claro [...] manteve os pedestres fora das ruas e dentro dos parques. A cidade dele era como um brinquedo mecânico maravilhoso. (JACOBS, 2001, p. 23)¹²

A crítica de Jane Jacobs, na perspectiva da rua, é fundamental, já que um espaço público tão importante, a partir do ideário do urbanismo progressista, sofre um forte esvaziamento da vida, dos pedestres, e perde terreno para a circulação motorizada.

Assim, ao panorama do século XX, ligado à perda da impessoalidade e ao medo à exposição (Sennett), acrescentamos um novo urbanismo, que através da standardização e da separação funcional e social, tende a afastar as diferenças e, ao privilegiar a circulação, diminui os espaços ao pedestre.

Na última reflexão deste texto vamos destacar a relação do espaço público com a globalização. Não é nosso interesse fazer uma longa análise da globalização; pelo contrário, somente queremos destacar a relação entre uma lógica global e sua manifestação ou impacto nos lugares.

Nesse sentido, a globalização, que se apresenta como uma tendência homogeneizante, tende a realçar as particularidades dos lugares e a exigir deles uma série de características para integrá-los. Milton Santos (1997)¹³ destaca:

O Mundo [...] é apenas um conjunto de *possibilidades*, cuja efetivação depende das *oportunidades* oferecidas pelos lugares. Esse dado é hoje, fundamental, já que o imperativo da competitividade exige que os lugares da ação sejam global e previamente escolhidos entre aqueles capazes de atribuir a uma dada produção uma produtividade maior. Nesse sentido, o exercício desta ou daquela ação passa a depender da

¹² JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. [1961]

¹³ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

existência, neste ou naquele lugar, das condições locais que garantam eficácia aos respectivos processos. (SANTOS, 1997, p. 271, grifo do autor)

A globalização exige dos lugares ações para integrá-los, mas essa integração é pontual; somente uma parte da cidade – aquela que serve aos interesses globais – é integrada.

O território tanto quanto o lugar são esquizofrênicos, porque de um lado acolhem os vetores da globalização, que neles se instalam para impor sua nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contra-ordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados. (SANTOS, 2001, p. 114)¹⁴

Competitividade, integração seletiva, fragmentação dos lugares são aspectos que se materializam no espaço urbano – especialmente nas metrópoles e nas grandes cidades –, como consequência da concorrência entre cidades para conseguir formar parte do circuito global. Em função dessa lógica, surgem intervenções urbanas de renovação ou requalificação de bairros, com manifestações no espaço público a partir de uma perspectiva cenográfica – feita para ser vista e fotografada, especialmente por turistas – de características não inclusivas e padrão estético *clean* e nostálgico.

Essa tendência, claramente exposta no livro *“A cidade de pensamento único: desmanchando consensos”* de Otilia Arantes, Carlos Vainer e Ermínia Maricato, encontra suas principais características nos seguintes elementos:

- Surgimento do planejamento estratégico que busca “inserir a cidade-alvo em um nó da rede internacional de cidades, portanto torná-la atraente para o capital estrangeiro” (ARANTES, 2000, p. 20)¹⁵.
- “[...] as cidades passaram elas mesmas a ser geridas e consumidas como mercadorias” (ARANTES, 2000, p. 26).
- Intervenções urbanas pontuais e excludentes (“gentrificação estratégica”) que exigem forte vigilância e subordinação do espaço

¹⁴ SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

¹⁵ ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: _____; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 11-74.

público ao controle privado. “[...] redesenha-se o local; programam-se eventos culturais; abre-se um café ou coisa que o valha igualmente *chic*, completando-se o serviço com uma pequena horda de seguranças” (ARANTES, 2000, p. 36).

- A cidade transforma-se numa mercadoria excludente:

Em síntese, pode-se afirmar que, transformada em coisa a ser vendida e comprada, tal como a constrói o discurso do planejamento estratégico, a cidade não é apenas uma mercadoria mas também, e sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, *visitantes e usuários solváveis*. (VAINER, 2000, p. 83, grifo do autor)¹⁶

- Necessidade de parcerias público-privadas, que privilegiam os interesses de alguns privados – leia-se dos empresários:

A constituição de diferentes tipos de agências públicas com participação privada – ou vice-versa –, o surgimento de novos tipos de associação empresarial com o aporte de capitais por parte do poder público para financiar empreendimentos de grupos empresariais privados, várias são as formas de construção de novos e mais ágeis mecanismos de transferência de recursos – financeiros, fundiários, políticos – para grupos privados. (VAINER, 2000, p. 88-89)

- O papel político na/da cidade é minimizado pela necessidade de *consenso* – ideologia do *patriotismo da cidade* – alimentado pelo marketing urbano que cria a idéia de unidade sem conflito. “Transfigurando-a em mercadoria, em empresa ou em pátria, definitivamente a estratégia conduz à destruição da cidade como espaço de política, como lugar de construção da cidadania” (VAINER, 2000, p. 98)¹⁷.

¹⁶ VAINER, Carlos. Pátria, Empresa e Mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia; _____; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-103.

¹⁷ Não somente a cidade é reduzida a uma mercadoria, também o cidadão é reduzido a um consumidor. Essa tendência choca-se e contraria o ideal moderno de espaço público como materialização do objetivo de isonomia entre os cidadãos.

Um outro elemento que a globalização traz é a tendência à privatização da economia (e da sociedade também). Oliveira (1999, p. 57)¹⁸ destaca que a globalização “[...] expressa a privatização do público, ou, ideologicamente, uma experiência subjetiva de desnecessidade, aparente, do público”. Para esse autor, o processo de privatização do público não se esgota nas privatizações das empresas estatais, mas amplia-se à “[...] privatização da esfera pública, sua dissolução, a apropriação privada dos conteúdos do público e sua redução, de novo, a interesses privados” (OLIVEIRA, 1999, p. 58).

No plano urbano, as análises sobre o urbanismo estratégico confirmam essa tendência.

Damiani (1999, p. 54-55)¹⁹ mostra como na cidade atual existe a tendência à geração de espaços neutros, espaços mostrados como espetáculo, espaços desérticos com conteúdos restringidos. No nível da representação, o público é privatizado, o público sustenta o domínio dos interesses privados, processo justificado no discurso da racionalidade dominante.

Para Carlos (2001)²⁰, essas transformações produzem nos espaços urbanos – principalmente nas metrópoles – o **estranhamento**:

A constante renovação/transformação do espaço urbano por meio de mudanças morfológicas da metrópole produz transformações nos tempos urbanos da vida, nos modos e tempos de apropriação/uso dos espaços públicos, por exemplo, aquele da rua. A cidade parece como exterioridade; ela está fora do indivíduo, apontando para uma condição de alienação. (CARLOS, 2001, p. 33)

Isso rompe as relações com o lugar, a vida cotidiana vai perdendo os espaços públicos e substituindo-os por outras instâncias.

Mas, ao lado dos espaços públicos, há, na metrópole, os espaços semipúblicos, que tendem a substituir o público, como os espaços comerciais, galerias, *shopping centers*, por

¹⁸ OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destruição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: _____; PAOLI, Maria Célia (orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 55-81.

¹⁹ DAMIANI, Amélia Luisa. As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço. In: _____; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 48-61.

²⁰ CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-Tempo na Metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

exemplo, onde os encontros, organizados e normatizados, são locais de exclusão. Têm horário de funcionamento, abrem e fecham, são vigiados, não são acessíveis a qualquer hora ou dia, nem a “qualquer um”, contêm códigos e normas de uso (muitos deles são espaços abertos a encontros organizados em torno de signos, como aquele do ritual da mercadoria, onde o habitante se transforma, potencialmente em consumidor). [...] Nesse contexto, esses espaços se tornam o domínio por excelência de relações sociais entre estranhos, locos de sociabilidades polidas, frias e distantes. (CARLOS, 2001, p. 36-37, grifo da autora)

O uso e apropriação dos espaços da cidade relacionam-se cada vez mais ao consumo e à mercadoria. Assim,

[...] o corpo e os passos estão cada vez mais restritos a lugares vigiados, normatizados, privatizados ou privados. Esse fato é consequência da tendência que se esboça no mundo moderno, que transforma o espaço em mercadoria ou área de circulação, o que, tendencialmente, limita seu uso às formas de apropriação privada. (CARLOS, 2001, p. 37)

* * *

No decorrer desta análise percebemos que o sentido do espaço público tem experimentado grandes transformações. Interessa-nos principalmente destacar o caráter do espaço público na Modernidade e as suas modificações pela evolução do sistema capitalista, que encontra marcos importantes nas mudanças do comportamento das pessoas, no urbanismo progressista e na globalização que tende a mercantilizar o espaço e as relações sociais. Contudo, a evolução apresentada deve necessariamente ser contextualizada ao analisar a realidade de uma cidade média brasileira como Presidente Prudente. Em primeiro lugar porque os ideais da Modernidade encontraram no Brasil uma realidade colonial, resultando numa modernidade inacabada, incompleta e superficial, que não assumiu o espaço público como uma instância de isonomia, mas que transpassou para a relação entre o público e o

privado as práticas patrimonialistas e clientelistas do período colonial (MARTINS, 1994; 2000)²¹.

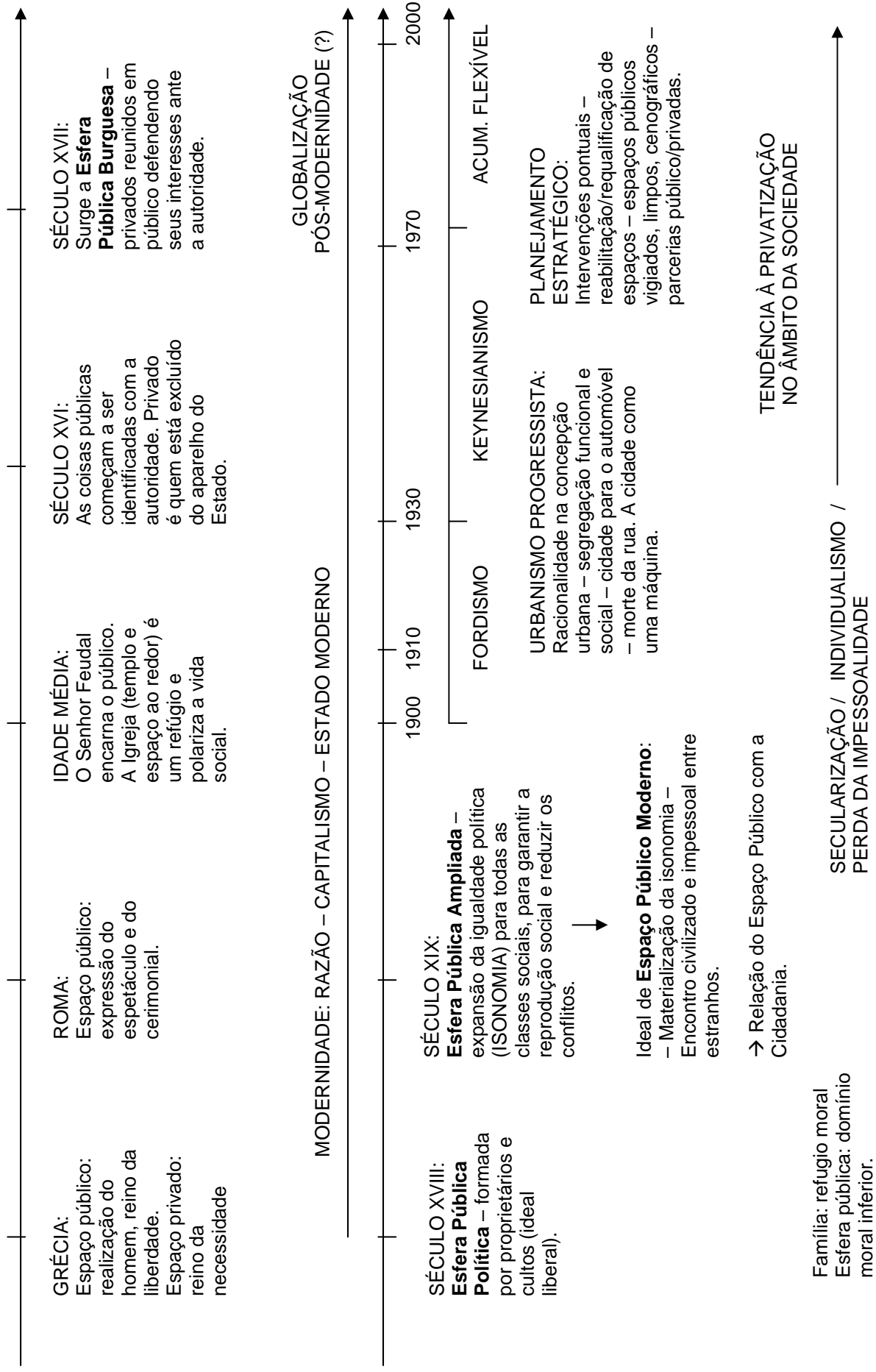
O fato de analisar uma cidade média requer que as análises sobre as transformações do espaço público no contexto da globalização, muito mais evidentes e claras nos espaços metropolitanos, sejam discutidas e repensadas especialmente na perspectiva das características e da intensidade com que essas dinâmicas se manifestam fora das metrópoles.

Para finalizar, apresentamos um esquema evolutivo que tenta sintetizar os aspectos analisados neste texto. (Figura 2)

²¹ MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994; MARTINS, José de Souza. As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil. In: _____. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 17-54.

(Ver arquivo Quadro 2)

Figura 2: Evolução Geral dos Conceitos de Público e Privado



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Dióres Santos. *Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente*. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1972.

_____. *Poder político local no populismo: Presidente Prudente-SP, 1928-1959*. Presidente Prudente: [s.n.], 1996.

AMOROS, Celia. Espaço público, espaço privado y definiciones ideológicas de “lo masculino” y “lo femenino”. In: _____. *Feminismo, igualdad y diferencia*. México: UNAM-PUEG, 1994, p. 23-52. Disponível em: <www.laneta.apc.org/cidha/lectura/identidad/texto6.htm>. Acesso em: 27 maio 2002.

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: _____. VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 11-74.

_____. Cultura e transformação urbana. In: PALLAMIN, Vera M. (org.) *Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. p. 59-70.

ARAÚJO, Iracema Magalhães et al. *Planejamento urbano e conjuntos habitacionais: o caso Ana Jacinta*. Presidente Prudente, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, 1996. [não paginado]. (Trabalho Acadêmico).

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. [1958]

ASCHER, François. Projeto público e realizações privadas: o planejamento das cidades refloresce. *Cadernos IPPUR (UFRJ)*, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 1, p. 83-96, abr. 1994.

BRENNER, Neil. The urban question as a scale question: reflections on Henri Lefebvre, urban theory and the politics of scale. *International Journal of Urban and Regional Research*. Malden, v. 24, n. 2, p. 361-378, June 2000.

CABRALES, Luis Felipe (org.). *Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara – UNESCO, 2002.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Espaço-Tempo na Metrôpole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. Uma leitura sobre a cidade. *Cidades, Presidente Prudente*, v. 1, n. 1, p. 11-30, jan.-jul. 2004.

CARVALHAL, Marcelo Dornelis. *Qualidade de vida e consciência ambiental no bairro Brasil Novo - Presidente Prudente/SP*. Presidente Prudente, Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, 1996. 37 f. (Trabalho Acadêmico).

CARVALHO, Aparecida Simoni; ISMAEL, Luciane. *Um estudo sobre o processo de favelização na cidade de Presidente Prudente: na busca de um sentido*. Presidente Prudente, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, 1994. 189 f. (Trabalho Acadêmico).

CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. [1965]

DAMIANI, Amélia Luisa. As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço. In: _____; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 48-61.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. [1990]

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constitui no Brasil a rede de cidades. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 119-146, jan.-jun. 2004.

FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. Políticas habitacionais em Presidente Prudente. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Textos e contextos para a leitura de uma cidade média*. Presidente Prudente: PPGG FCT/UNESP, GAsPERR, 2001. p. 157-182.

FREITAS, José Carlos de. *Da legalidade dos loteamentos fechados*. São Paulo: Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Habitação e Urbanismo, 1998. Disponível em: <<http://www.mp.sp.gov.br/caohabitacao>>. Acesso em: 8 nov. 2002.

GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando; SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil* (Volume 4: Contrastes da intimidade contemporânea). 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 [1998]. p. 489-558.

GOMES, Paulo César da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GONÇALVES, Marcelino. *A territorialização do trabalho informal: um estudo a partir dos catadores de papel/papelão e dos camelôs em Presidente Prudente-SP*. Presidente Prudente, 2000. 220 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997. [1985]

GUIMARÃES, Raul Borges. Atores políticos, representação social e produção da escala geográfica. In: MELO, Jayro Gonçalves (org.). *Espiral do espaço*. Presidente Prudente: GAsPERR, 2003. p. 7-21.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. [1962]

_____. *O discurso filosófico da Modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1990. [1985]

HALL, Peter. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 2002. [1988]

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1998. [1989]

_____. *Espacios de esperanza*. Madrid: Akal, 2003. [2000]

HORA, Mara Lúcia Falconi da; SILVA, Maria José Martinelli. *Produção x apropriação do espaço urbano: o papel exercido pelo poder público no processo de "valorização" de áreas urbanas. O exemplo do Jardim Caiçara e da Vila Matilde Vieira em Presidente Prudente – São Paulo*. Presidente Prudente, 1991. 83 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

IKUTA, Flávia Akemi. *A cidade e as águas: a expansão territorial urbana e a ocupação dos fundos de vales em Presidente Prudente-SP*. Presidente Prudente, 2003, 191 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

ITO, Claudemira Azevedo; BELTRÃO, Leila Maria Vasquez. *O uso residencial do solo em Presidente Prudente: exemplos de ocupação regularizada, não regularizada e clandestina*. Presidente Prudente, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, 1987. 46 f. (Trabalho Acadêmico).

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. [1961]

JORDÃO, Ermelinda Ruani. *A política de desfavelamento no município de Presidente Prudente-SP*. Presidente Prudente, 1996. 48 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

LEFEBVRE, Henri. *El derecho a la ciudad*. 2. ed. Barcelona: Península, 1973. [1968].

_____. *De lo rural a lo urbano*. 3. ed. Barcelona: Península, 1975. [1970]

_____. *Espacio y política: el derecho a la ciudad II*. Barcelona: Península, 1976. [1972]

_____. *La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones*. México: Fondo de Cultura Económica. 1983. [1980]

_____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991. [1968]

_____. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1992. [1974]

_____. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999a. [1972]

- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999b. [1970]
- LEITE, José Ferrari. *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 2. ed. São Paulo: LECH, 1981.
- _____. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil. In: _____. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 17-54.
- MARX, Murillo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Edusp, 1980.
- _____. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Edusp – Nobel, 1991.
- MAYOL, Pierre. O bairro. In: DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 37-45. [1994]
- MELO, Jayro Gonçalves. *Imprensa e coronelismo. Série Ideologia e Poder*, Presidente Prudente, FCT/UNESP, n. 1, 1995.
- _____. *Tênis Clube de Presidente Prudente: sua história de 1934 a 1980*. Presidente Prudente: TCPP, 1999.
- _____. *Tênis Clube de Presidente Prudente: sua história de 1934 a 2000*. (2ª versão revista e ampliada). Não publicado.
- MONTESSORO, Cláudia Cristina Lopes. *Shopping centers e (re)estruturação urbana em Presidente Prudente*. Presidente Prudente, 1999. 167 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.
- MORIN, Edgar. *Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 2002.
- NASCIMENTO, Rose Maria do. *Dispersão e difusão: a constituição do subcentro da “COHAB” e sua centralidade*. Presidente Prudente, 1999. 81 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Privatização do público, destruição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal*. In: _____.; PAOLI, Maria Célia (org.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 55-81.
- OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. *Campo Grande e a rua 14 de Julho: tempo, espaço e sociedade*. Presidente Prudente, 2003. 181 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

PEREIRA, Sílvia Regina. *Subcentros e condições de vida no Jardim Bongiovani e Conjunto Habitacional Ana Jacinta – Presidente Prudente-SP*. Presidente Prudente, 2001. 194 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

PRÉVÔT SCHAPIRA, Marie-France. Segregación, fragmentación, secesión. Hacia una nueva geografía social en la aglomeración de Buenos Aires. *Economía, Sociedad y Territorio*. Toluca – México, v. 2, n. 7, p. 405-431, 2000. Disponível em: <<http://www.cmq.edu.mx/documentos/Revista/revista7/est72.pdf>>. Acesso em 01 jul. 2003.

PROST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado. In: _____; VICENT, Gerard (org). *História da vida privada*, 5: da Primeira Guerra a nossos dias. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 13-154. [1997]

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Metrôpoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. In: _____ (org.). *Metrôpoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Editora Fundação Pedro Abramo, 2004. p. 17-40.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. *Território*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 39-53, jan.-jun. 1998.

_____. *Lisboa, periferia e centralidades*. Oeiras: Celta, 2001.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes estratégias e escalas de ação política. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n.16, p. 31-49, jun. 2001.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia e uma geografia crítica*. São Paulo: Edusp, 2002. [1978]

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Territórios do uso: cotidiano e modo de vida. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 1, n. 2, p. 181-206, jul.-dez. 2004.

SENNETT, Richard. *El declive del hombre público*. Barcelona: Península, 1978. [1974]

_____. *La conciencia del ojo*. Barcelona: Versal, 1991. [1990]

_____. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. [1994]

SEVCENKO, Nicolau. Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando A.; _____. (Org.). *História da vida privada no Brasil* (Volume 3: República: da Belle Époque à Era do Rádio). 5ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 [1998]. p. 7-48.

SILVA, Márcia da. *O poder local em Presidente Prudente-SP, o comerciante e suas representações sociais*. Presidente Prudente, 2000. 169 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

SILVA, Maria José Martinelli. *O Parque do Povo em Presidente Prudente-SP: a lógica da intervenção do poder público local no processo de (re)estruturação do espaço urbano*. Presidente Prudente, 1994. 195 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. [1984]

_____. Geography, difference and the politics of scale. In: DOHERTY, J.; GRAHAM, E.; MALEK, M. (eds.). *Postmodernism and the social science*. London: Macmillan, 1992. (Texto traduzido ao espanhol por María Franco García e disponível em: <www2.unesp.br/cemosi/vinculos/trNeilSmith.htm>. Acesso em: 17 jul. 2004).

_____. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção da escala geográfica. In: ARANTES, Antonio (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 132-159.

SOBARZO, Oscar. *A segregação socioespacial em Presidente Prudente: análise dos condomínios horizontais*. Presidente Prudente, 1999a. 213 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

_____. El poder municipal y la estructuración del espacio urbano: el caso de Presidente Prudente. *Revista de Geografía Norte Grande*, Santiago de Chile, v. 26, p. 85-96, 1999b.

_____; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Urbanizaciones cerradas: reflexiones y desafíos. *Ciudades*, Puebla (México), Red Nacional de Investigación Urbana, n. 59, p. 37-43, jul.-sept. 2003.

SOUSA, Silvia Aparecida de. *Políticas de Estado e a questão da moradia em Presidente Prudente*. Presidente Prudente, 1992. 79 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

SPOSITO, Eliseu Savério. *Produção e apropriação da renda fundiária urbana em Presidente Prudente*. São Paulo, 1990. 156 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Letras e Ciências Humanas, USP.

_____. (coord.). *Atlas da inclusão/exclusão social de Presidente Prudente*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, SIMESPP, 2003. 1 CD-ROM.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *O chão em Presidente Prudente: a lógica da expansão territorial urbana*. Rio Claro, 1983. 230 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro, UNESP.

_____. Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas. *Revista de Geografia*, Dourados, n. 4, p. 71-85, set.-dez. 1996.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: _____. *Textos e contextos para a leitura de uma cidade média*. Presidente Prudente: PPGG FCT/UNESP, GAsPERR, 2001. p. 235-253.

_____. A cidade dentro da cidade: uma *Edge City* em São José do Rio Preto. *Scripta Nova (Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales)* – Universidad de Barcelona, v. VII, n. 146 (045), agosto 2003. Disponível em: <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(045\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(045).htm)>. Acesso em: 07 abr. 2004.

_____. *O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo*. Presidente Prudente, 2004. 508 p. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

SVAMPA, Maristella. *Los que ganaron: la vida en los countries y barrios privados*. Buenos Aires: Biblos, 2001.

THOMAZ, Francini. *Loteamento fechado e loteamento popular: o sentido da rua como espaço público e coletivo*. Presidente Prudente, 2003. 144 f. Relatório de Estágio Supervisionado Não-obrigatório. Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

TORREZAN, Rosiane Morais. *Reestruturação da cidade: localização de conjuntos habitacionais, estrutura e crescimento em Presidente Prudente*. Presidente Prudente, 1992. 91 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-103.

VALENTE, Luis Paulo. *Lazer e vida urbana em Presidente Prudente-SP*. Presidente Prudente, 2004. Relatório de Qualificação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Como estudar a cidade na longa duração: a noção do tempo na Geografia. *Formação*, Presidente Prudente, n. 6, p. 75-90, 1999.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

WHITACKER, Arthur Magon. *A produção do espaço urbano em Presidente Prudente: uma discussão sobre a centralidade urbana*. Presidente Prudente, 1997. 319 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.